

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Elis Alves dos Santos

**ENTRE O TEMPO E O CORPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA VIDA DIGNA
NA INTERSECÇÃO ENTRE ENVELHECIMENTO E TRANSEXUALIDADE**

Rio de Janeiro/ RJ
2025

Elis Alves dos Santos

**ENTRE O TEMPO E O CORPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA VIDA DIGNA
NA INTERSECÇÃO ENTRE ENVELHECIMENTO E TRANSEXUALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, da Universidade Candido Mendes, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza

Rio de Janeiro/ RJ
2025

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ
Bibliotecário responsável: Paulo César do Prado – CRB-7 7131

S237e Santos, Elis Alves dos

Entre o tempo e o corpo: desafios e perspectivas da vida digna na intersecção entre envelhecimento e transexualidade / Elis Alves dos Santos. -- Rio de Janeiro, 2025.

118 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2025.

Orientação de: Rogério Ferreira de Souza.

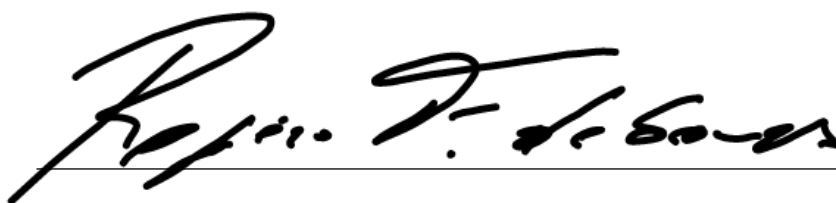
1. Envelhecimento. 2. Interseccionalidade. 3. Reconhecimento. 4. Transexualidade. I. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro II. Título.

CDU 316.346.2+.008:"712.9"

Elis Alves dos Santos

**ENTRE O TEMPO E O CORPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA VIDA DIGNA
NA INTERSECÇÃO ENTRE ENVELHECIMENTO E TRANSEXUALIDADE**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.



Prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM

Documento assinado digitalmente
 JANINE TARGINO DA SILVA
Data: 26/06/2025 13:36:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Janine Targino da Silva



Prof. Dr. Carlos Eugênio Soares de Lemos Universidade Federal
Fluminense Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro /
UCAM

Rio de Janeiro

2025

AGRADECIMENTOS

- A CAPES - Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - expresso meus sinceros agradecimentos pelo apoio financeiro concedido, que possibilitou a dedicação necessária ao desenvolvimento desta pesquisa. O suporte da CAPES foi essencial para a realização deste trabalho e para a continuidade da minha formação acadêmica.
- Ao professor Dr. Rogério Souza, pela orientação atenta, sugestões valiosas e incentivo constante ao longo de toda a pesquisa. Os diálogos enriquecedores ajudaram a moldar este trabalho e me inspiraram a seguir em frente com determinação.
- À Coordenação expresso gratidão pela dedicação e profissionalismo.
- Sou imensamente grata a todos os professores, os quais conhecimento e dedicação foram essenciais para meu crescimento acadêmico.
- Aos colegas e amigos do programa de pós-graduação agradeço e expresso minha gratidão pelas discussões produtivas, apoio mútuo e amizade construída ao longo desta caminhada. O compartilhamento de experiências e reflexões tornou este percurso muito mais estimulante e significativo. As trocas intelectuais e as colaborações acadêmicas foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho.
- À secretária Jéssica registro meus sinceros agradecimentos, cujo profissionalismo e disposição tornaram o cotidiano acadêmico mais fluido e organizado.
- Aos entrevistados que gentilmente compartilharam suas experiências, contribuindo de forma inestimável para esta pesquisa. Sem a colaboração e generosidade de cada um, esta investigação não teria sido possível.
- À minha família, agradeço por sempre estar ao meu lado, oferecendo incentivo e compreensão. Meus pais, que me ensinaram o valor da educação e nunca deixaram de acreditar em mim, demonstrando apoio e encorajamento.

- À minha filha Clarice um agradecimento muito especial, que, mesmo sendo criança, soube apoiar os estudos da mãe e compreender os inúmeros sábados e domingos que passei à frente do computador. Seu amor e compreensão foram fundamentais para que me mantivesse firme nesta trajetória que é o mestrado.

- Aos amigos agradeço por compreenderem minhas ausências e respeitarem aos meus incontáveis “hoje não posso, tenho que escrever”. Saber que vocês estavam por perto, torcendo por mim.

- Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste estudo, seja com sugestões, leituras críticas ou palavras de incentivo. Cada gesto de apoio teve um impacto profundo nesta trajetória, e levo comigo a gratidão por ter contado com tantas pessoas especiais.

Muito obrigada a todos e todas!

RESUMO

O envelhecimento da população traz desafios que vão além da biologia, inserindo-se em contextos marcados por desigualdades sociais, econômicas e simbólicas, especialmente no Brasil. A velhice, longe de ser homogênea, é atravessada por classe, raça e gênero, aprofundando situações de exclusão e invisibilidade, como as enfrentadas pelas pessoas transexuais idosas, que lidam com violências, acesso limitado a direitos e uma constante luta por reconhecimento. A pesquisa se fundamenta nos pensamentos de Nancy Fraser e Axel Honneth, que defendem a justiça social através da redistribuição econômica e do reconhecimento das identidades e diferenças, além de dialogar com Guita Grin Debert e Miriam Goldenberg para explorar as dificuldades vividas por essa população. O envelhecimento, como um processo socialmente construído e desigual, é particularmente difícil para pessoas transexuais, cujas experiências são marcadas por padrões de exclusão. A websérie *LGBT+60: Corpos que Resistam* destaca as diversas formas de resistência de pessoas trans idosas frente à invisibilidade social e violências estruturais.

Palavras-chave: envelhecimento; transexualidade; reconhecimento; interseccionalidade.

ABSTRACT

The aging of the population brings challenges that go beyond biology, and are part of contexts marked by social, economic and symbolic inequalities, especially in Brazil. Old age, far from being homogeneous, is intertwined with class, race and gender, deepening situations of exclusion and invisibility, such as those faced by elderly transgender people, who deal with violence, limited access to rights and a constant struggle for recognition. The research is based on the thoughts of Nancy Fraser and Axel Honneth, who advocate social justice through economic redistribution and the recognition of identities and differences, in addition to dialoguing with Guita Grin Debert and Miriam Goldenberg to explore the difficulties experienced by this population. Aging, as a socially constructed and unequal process, is particularly difficult for transgender people, whose experiences are marked by patterns of exclusion. The web series LGBT+60: Bodies that Resist highlights the different forms of resistance of elderly trans people in the face of social invisibility and structural violence.

Key-words: aging; transsexuality; recognition; intersectionality.

LISTA DE SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CID	Classificação Internacional de Doenças
COVID-19	Coronavírus SARS-CoV-2
CLT	Leis do Trabalho
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ILPIs	Longa Permanência para Idosos
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITBE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
LGBTQIA+	Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transgeneros, Queer, intersexo, Assexuais, Outros.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organizações das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNATI	Universidade da Terceira Idade são Universidade Aberta da Terceira

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I: Velhice e envelhecimento.....	18
1.1 O envelhecimento populacional no Brasil: perspectivas e desafios	31
1.2 A marginalização da velhice.....	38
1.3 Gênero, identidade e sexualidade na velhice	40
1.4 Velhice e consumo: o novo mercado da terceira idade	46
1.5 Violência, gênero e marginalizações	49
Capítulo II: Velhice e gênero: questões sociais e a busca pelo reconhecimento.....	55
2.1 O Envelhecimento e a Busca por Significado.....	55
2.2 A Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth.....	57
2.3 Nancy Fraser e a Crítica ao Modelo de Reconhecimento de Honneth.....	65
2.4 Velhice transexual: invisibilidade, violência e a luta por Direitos e Justiça.....	69
Capítulo III: Entre o passado e o presente: desafios da vivência trans no envelhecimento.....	80
3.1 Transexualidade ao longo da história.....	81
3.2 O mercado de trabalho e a exclusão da população trans idosa.....	86
3.3 Violência, saúde e expectativa de vida da população transexual idosa.....	89
3.4 Assistências aos idosos transexuais.....	91
3.5 Relatos de vida: a resistência de corpos trans idosos 60+.....	97
Martinha, 62 anos, dona de casa, baiana e travesti.....	98
Seu franco, homem negro e trans de 67 anos.....	100
Denise, memórias e resistência de uma mulher negra transexual de 73 anos.	101
Ana Carolina Apocalypse: a reinvenção de uma mulher trans aos 65 Anos.....	103
3.6 Educação e velhice: o acesso da população trans ao ensino.....	105
3.7 Caminhos para uma velhice digna e inclusiva.....	107
Conclusão.....	110
Referências Bibliográficas.....	114

*Não é o avanço da idade que marca as etapas mais significativas da vida; a velhice é,
antes, um processo contínuo de reconstrução.*

Guita Grin Debert

Introdução

O envelhecimento, particularmente na experiência de idosos transexuais, é um campo de estudo que desperta crescente interesse, embora ainda seja negligenciado na literatura acadêmica. Este fenômeno, multifacetado e complexo, abrange dimensões sociais, culturais, econômicas e de saúde, que, quando combinadas com a vivência de marginalização e discriminação enfrentada pela comunidade transexual, ampliam os desafios desta fase da vida.

A escolha de dedicar minha pesquisa à análise do envelhecimento de idosos transexuais está intrinsecamente ligada a uma motivação pessoal e acadêmica, influenciada tanto por observações familiares e experiências de vida quanto por leituras teóricas significativas, como *A Solidão dos Moribundos e Envelhecer e Morrer* (2001) de Norbert Elias, que abrem caminhos para reflexões sobre a dinâmica do envelhecimento.

Sendo uma mulher cisgênero, reconheço a importância de explicitar minha posição de pesquisadora diante do tema, que me atravessa não pela vivência direta, mas pelo compromisso ético e político com os direitos humanos, a justiça social e o reconhecimento das diferenças. Minha escuta foi pautada pelo respeito, pela escuta sensível e pelo esforço constante de não tomar a fala de outrem, mas criar espaço para que essas vozes ganhem centralidade na pesquisa.

O aumento da população idosa é uma tendência crescente no Brasil e no mundo, com implicações profundas para as políticas públicas e os sistemas de saúde. No entanto, a experiência do envelhecimento não é homogênea; ela varia enormemente dependendo de fatores sociais, culturais e individuais. Diante disso, ao investigar a velhice com ênfase nos idosos transexuais, busco não apenas ampliar o entendimento sobre as condições sociais desse grupo, mas também colaborar para a construção de uma sociedade mais sensível às suas vivências, promovendo um envelhecimento mais inclusivo e digno. Este estudo é relevante, pois a experiência de envelhecer sendo transexual, especialmente para indivíduos com 60 anos ou mais, é marcada por décadas de estigmatização, discriminação e invisibilidade, o que reflete diretamente no bem-estar desses indivíduos.

A pesquisa valeu-se de uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas presentes na série *LGBT+60: Corpos que Resistem*, disponível no canal #Colabora do *YouTube* com pessoas transexuais idosas, a fim de captar suas experiências de envelhecimento e dignidade. Essa plataforma foi escolhida devido à sua acessibilidade e amplo alcance, permitindo a coleta de dados sobre as vivências de idosos transexuais de diferentes contextos. Apesar dos desafios enfrentados, como dificuldades no acesso aos entrevistados e a

necessidade de apoio financeiro, as narrativas compartilhadas proporcionaram uma riqueza de informações cruciais para a análise.

É importante destacar que tentei realizar entrevistas com idosos transexuais como uma estratégia para ampliar a pesquisa e enriquecer a análise por meio de diferentes fontes. No entanto, enfrentei consideráveis dificuldades nesse processo. Em uma das tentativas, uma possível entrevistada, por meio de troca de mensagens pelo aplicativo *Whatsapp*,¹ mencionou que transexuais, independentemente da faixa etária, se sentem como “ratos de laboratório para a cisgeneralidade”. Além disso, houve a solicitação de ajuda de custo e recursos financeiros para a realização da entrevista, o que dificultou ainda mais o avanço da pesquisa. Essas dificuldades apontam para a complexidade da interação com essa população e os desafios de acessibilidade e confiança que permeiam a coleta de dados em estudos sobre a vivência de idosos transexuais. Percebi que, sem a oferta de ajuda financeira, não haveria interesse em participar da entrevista. A única pessoa transexual com mais de 50 anos que aceitou conversar comigo, sem a exigência de algo em troca, foi Luma Montenegro, como prefere ser chamada.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotei uma abordagem metodológica que combina a análise de relatos pessoais com uma investigação empírica mais ampla. O estudo de caso, como discutido por Ronaldo Almeida (2016), foi utilizado aqui para explorar de forma aprofundada as complexidades do envelhecimento entre idosos transexuais. O estudo de caso permite uma investigação contextualizada, que vai além da generalização quantitativa, ao focar nas particularidades dessa vivência. Complementando essa abordagem, o método da história oral, conforme apresentado por Danielè Voldman (2020), também foi incorporado à pesquisa. A história oral possibilita o acesso direto às narrativas individuais, oferecendo uma visão rica e detalhada das experiências vividas, algo que fontes tradicionais não conseguem capturar.

A metodologia adotada foi a netnografia, um método que envolve a observação de interações e conteúdos gerados por usuários em plataformas digitais, oferecendo uma perspectiva mais ampla sobre as dinâmicas sociais e culturais de comunidades dispersas geograficamente. A netnografia permitiu que a pesquisa fosse além das limitações físicas, alcançando a diversidade de experiências vividas pelos idosos transexuais. A análise das representações de gênero, identidade e envelhecimento foi essencial para entender como as dinâmicas de visibilidade e as questões sociais emergem nas produções audiovisuais.

A netnografia, conforme proposta por Kozinets (2014), adapta os princípios da etnografia tradicional para o ambiente digital, mantendo o caráter investigativo e a observação

¹ Ocorrido em 12 de janeiro de 2025.

das interações sociais online. Para garantir uma prática ética, o autor destaca quatro passos fundamentais: identificar-se, informar os participantes sobre a pesquisa, obter as permissões adequadas e dar o devido crédito às contribuições dos membros. Kozinets (2014) também discute a avaliação da qualidade netnográfica a partir de oito momentos históricos da etnografia e propõe dez critérios analíticos — como coerência, rigor, inovação e reflexividade, que funcionam como um “kit de ferramentas” para a análise e apresentação dos resultados. Além disso, defende a validação do relatório final junto ao grupo estudado, fortalecendo a legitimidade da interpretação. A Internet, segundo o autor, transformou profundamente os modos de ser e interagir na sociedade, tornando possível uma abordagem investigativa que transcende os limites entre o online e o offline.

Yuri Alves Fernandes, roteirista e produtor dos vídeos que compõem a série *LGBT+60: Corpos que Resistem* do Canal Colabora, aceitou ser entrevistado por mim em 29 de outubro de 2024. Relatou ter tido também dificuldade em conseguir idosos transexuais para as gravações dos vídeos, embora posteriormente, com a ampliação e divulgação da série, principalmente para a *GloboPlay*, que agora ele consegue mais facilmente pessoas para entrevistar, já que seu conteúdo atinge um número muito maior de espectadores. Membros dessas comunidades entram em contato com ele, se oferecendo para serem gravados. “Eu não imaginava que furaria tanto a bolha, assim, sabe? Os vídeos foram compartilhados pelo Bruno Gagliasso, pela Gloria Groove. Aí eu falei, caraca, realmente está acontecendo!” E complementou, “nem todo mundo vai chegar ao Colabora, mas no Canal Futura, no Globoplay, a chance de alcançar mais pessoas é maior.” Portanto, foi possível perceber que, à medida que a série *LGBT-60: Corpos que Resistam* ganhava visibilidade, a captação de possíveis entrevistados se tornou mais facilitada. Em 2022, conseguiu um incentivo financeiro para *webséries* por meio de um edital da Rio Filmes². Era a oportunidade de continuar o trabalho e expandir, possibilidade em dar um novo passo para a série, ampliando sua produção e alcançando mais espectadores. “Muita gente me relata que, depois de assistir os vídeos, passou a ter esperança de envelhecer”, afirma o produtor.

A análise dos vídeos produzidos no contexto da pesquisa, tem objetivo de examinar as narrativas e representações presentes nas produções audiovisuais. Etapa fundamental para compreender as dinâmicas de visibilidade e as questões de gênero, identidade e experiência vividas por sujeitos transexuais, particularmente aqueles na faixa etária 60+, abordados na série. A análise partiu de uma abordagem qualitativa, focado nas interações entre os entrevistados, a

² A RioFilme é uma empresa da Prefeitura do Rio de Janeiro e atua nas áreas de distribuição, apoio à expansão do mercado exibidor, estímulo à formação de público e fomento à produção audiovisual, visando o efetivo desenvolvimento da indústria audiovisual carioca. Disponível em: <https://riofilme.com.br/> Acesso: 05 mar. 2025.

construção de suas histórias e as implicações sociais que emergem a partir de suas falas e das imagens que os acompanham. Ao longo deste processo, busca-se entender de que maneira os vídeos contribuem para a construção de uma representação mais ampla da vivência de pessoas transexuais em processo de envelhecimento, evidenciando tanto os desafios quanto às resistências presentes nas narrativas.

A série *LGBT+60* não apenas documenta histórias, mas também provoca reflexão e gera representatividade, abrindo espaço para um debate essencial sobre envelhecimento e diversidade. Yuri destaca que seu olhar sempre esteve atento às desigualdades dentro da pirâmide social, especialmente no contexto LGBTQIA+. Ele observa que, enquanto homens gays brancos têm maior visibilidade, pessoas transexuais, especialmente negras e idosas, permanecem invisibilizadas nas discussões e na representação midiática. “A gente não escuta falar muito sobre essas pessoas”, afirma.

“Eu sempre tento deixar o entrevistado muito à vontade, muito confortável. Querendo ou não, a maioria não me conhece. Então como uma pessoa vai contar a vida dela para uma pessoa que ela nem conhece?” Diz o produtor. “Percebo que ao criar um ambiente acolhedor e respeitoso, o entrevistado se sente seguro para abordar questões íntimas e difíceis de sua trajetória diante da exposição para a câmera, o que pode permitir um relato mais detalhado”, afirma Yuri. Não obstante, os entrevistados participam cientes de que se trata de um produto que será divulgado amplamente nas redes sociais e poderá ser comercializado, concordando com o uso de sua imagem e relatos nesse contexto. A estrutura das entrevistas é pensada para acompanhar a trajetória de vida dos participantes, indo da infância à velhice, o que demandou um trabalho de sensibilização prévio. “Com o tempo, fui entendendo melhor como conduzir essas entrevistas”, explica.

Gostaria de destacar que também entrevistei Valéria Fátima da Rocha, membro da ONG *Eternamente Sou*, a primeira organização no Brasil dedicada ao público LGBTQIA+ 50+, que compartilhou detalhes sobre o funcionamento da instituição, além das principais dificuldades enfrentadas e observadas no atendimento aos grupos assistidos.

Esta pesquisa, ao destacar as vozes de idosos transexuais, contribui para a ampliação da representatividade e para o fortalecimento do debate sobre a inclusão e o envelhecimento digno, incentivando a reflexão sobre as mudanças necessárias nas políticas públicas voltadas para esse público, bem como suas lutas por reconhecimento e pertencimento.

Em vista disso, a dissertação está dividida, após esta introdução, em três capítulos e mais uma conclusão. O primeiro capítulo traz o debate a respeito da velhice e o envelhecimento como processos sociais. Apresenta um panorama sobre o processo de envelhecimento como

fenômeno social, cultural e biológico. Discute a construção social da velhice, representações simbólicas, transformações históricas e os desafios da longevidade em sociedades que valorizam a juventude. Analisa-se ainda o impacto da aposentadoria e a utilização da expressão 'Terceira Idade' como uma forma de referir-se às pessoas mais velhas de maneira que não carregue conotação depreciativa. Por fim, o capítulo destaca questões relacionadas à sexualidade na velhice e ao consumo nesse período da vida.

O segundo capítulo, portanto, analisa o envelhecimento a partir das lentes da teoria do reconhecimento e da redistribuição de Axel Honneth e Nancy Fraser, debatendo os direitos, a dignidade e a justiça social. O foco recai sobre os idosos transexuais, marcados por múltiplas vulnerabilidades, como invisibilidade, violência, e exclusão dos serviços públicos e das políticas de cuidado. Já o terceiro capítulo traz a história da transexualidade, a exclusão no mercado de trabalho, o acesso à saúde, a assistência social e educacional, com base em entrevistas e análises de narrativas da *websérie “LGBT+60: Corpos que Resistem”*. Este capítulo enfatiza a resistência de corpos trans idosos e propõe caminhos para uma velhice digna, respeitosa e inclusiva.

Complemento que os capítulos são permeados por falas de entrevistados que aceitaram conversar comigo, contribuindo de forma essencial para a fundamentação desta pesquisa. Contudo, a presente pesquisa busca responder à questão de como se configuram os desafios e as possibilidades de uma vida digna para pessoas transexuais em processo de envelhecimento.

Capítulo I –VELHICE E ENVELHECIMENTO

A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer

Arnaldo Antunes

Em uma sociedade que muitas vezes idealiza a juventude, na qual, a longevidade se torna cada vez mais acessível graças aos avanços médicos e tecnológicos, o envelhecimento emerge como uma experiência que reflete as transformações das dinâmicas sociais. Nesse contexto, envelhecer deixa de ser apenas um processo biológico, e passa a ser um tema central nas discussões sobre saúde, identidade e bem-estar, ressignificando as questões de qualidade de vida e a construção de uma existência digna nas fases mais avançadas da vida.

O envelhecimento da população é um fenômeno global resultante da diminuição da mortalidade. Esse processo é impulsionado por importantes avanços médicos, urbanização das cidades, melhorias na nutrição, elevação dos padrões de higiene em lares e ambientes de trabalho, além dos avanços tecnológicos. Tais fatores começaram a se manifestar entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1950. (Mendes, Gusmão, *et.al.* 2005, p.423).

Mas, afinal, o que causa o envelhecimento? As pesquisas sobre o envelhecimento biológico assinalam que

As teorias de programação genética sustentam que o corpo da pessoa envelhece de acordo com o relógio evolutivo normal inato dos genes. Uma dessas teorias diz que o envelhecimento resulta da *senescência programada*: “desligamento” de genes específicos antes que as perdas relativas à idade (por exemplo, na visão, audição e controle motor) tornem-se evidentes. [...] As teorias de taxas variáveis, algumas vezes chamadas de *teorias dos erros*, consideram o envelhecer como resultado de processos randômicos que variam de pessoa para pessoa e envolvem danos resultantes de erros aleatórios, ou agressões ambientais, nos sistemas biológicos. (Papalia e Feldman (2013. p. 576).

Essas perspectivas ressaltam a importância de se levar em consideração o entrelaçamento biológico e as questões ambientais, bem como as relações sociais, econômicas e culturais que atravessam a constituição do ser humano. A respeito das relações interpessoais, por vezes, a velhice é vista como uma época de solidão e isolamento. Se o idoso construiu família, há uma probabilidade de que os filhos já tenham construído novas famílias ou saído de casa. Os cônjuges, quando vivos, passam a ser o suporte existencial para o outro. No entanto, surge outra questão: a proximidade com a morte e o adeus à vida. Os idosos enfrentam constantemente despedidas, seja de amigos, dos companheiros, entre outros.

Beauvoir (1990) cita que em Esparta, na Grécia Antiga, a velhice era honrada. Para Homero, a velhice está associada à sabedoria. Em Atenas, conferiam todo poder às pessoas idosas.

No contexto internacional contemporâneo, Bitencourt e Dalto (2021) destacam que a I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, realizada em Viena em 1982, conferiu centralidade ao tema, estabelecendo diretrizes que influenciaram políticas nacionais. Que no Brasil, esse movimento resultou em seminários regionais e um nacional. A partir dessa Assembleia, o envelhecimento passou a ser debatido em diversas áreas, incluindo saúde, trabalho e esfera social. O plano global de ação aprovado buscava assegurar a segurança econômica e social dos idosos, integrando-os aos planos de desenvolvimento dos países. Suas diretrizes abrangiam áreas fundamentais, tais como saúde, nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia, meio ambiente, família, bem-estar social, previdência social, trabalho e educação. Esse avanço impulsionou diversos países da América Latina, como Brasil (1988), Peru (1993), Bolívia (1994), Equador (1998) e Venezuela (1999), a incorporarem direitos dos idosos em suas Constituições.

Em 2002, em Madri, aconteceu a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, enfatizou-se que o envelhecimento ao invés de ser percebido como um problema é antes uma conquista para a sociedade, o que constitui a razão de se promover uma visão positiva da geração idosa. Destacou-se ainda que o envelhecimento deve ocupar lugar fundamental em todas as prioridades no domínio do desenvolvimento, garantindo a participação ativa na vida econômica, social, cultural e política. (Bitencourt e Dalto, 2021).

No entanto, a longevidade acentuada da população brasileira tem se tornado tema de grande importância entre diversas áreas do conhecimento, tais como: medicina, psicologia, sociologia e antropologia, entre outras. Ou seja, o que antes era preocupação das áreas voltadas para a saúde pública, na contemporaneidade, o envelhecimento da população e os modos de vida dessa categoria populacional ganha escopo para pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares, pois, “O surgimento da velhice e da terceira idade pode ser entendido como resultante de um processo complexo, que envolve a convergência de discursos políticos, práticas sociais, interesses econômicos e disciplinas especializadas.” (Silva, 2008). Ou seja, a análise do fenômeno envelhecimento deixou de ser circunscrito apenas à observação das transformações biológicas no indivíduo, incluindo também os impactos sociais, políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, esta dissertação se enquadra nessa corrente, objetivando investigar a temática do envelhecimento pelas lentes da Sociologia Política em diálogo com a psicologia social e a teoria social contemporânea.

A partir da leitura de Silva (2008, p. 802), observa-se que a autora resgata a contribuição de Peter Laslett (1989), um dos pioneiros na concepção da terceira idade como uma fase distinta do ciclo vital. Diferenciando-se da idade adulta e da velhice tradicionalmente associada à

dependência e ao declínio funcional, essa etapa intermediária passa a ser reconhecida como um novo momento existencial, marcado por potencial de autonomia, participação social e reconfiguração identitária. Tal perspectiva contribui para deslocar a compreensão da velhice de uma condição exclusivamente biomédica para um campo de experiências sociais e culturais historicamente situadas.

Os tipos de envelhecimento incluem o biológico, caracterizado por um conjunto de mudanças físicas e orgânicas, com acúmulo progressivo de disfunções e diminuição das reservas e capacidades fisiológicas. O envelhecimento social envolve alterações nos papéis sociais, principalmente definidos pela sociedade. Já o envelhecimento psicológico abrange mudanças na atividade intelectual e nas motivações, além de alterações comportamentais e emocionais. (Ribeiro, 2007).

O envelhecimento psicossocial envolve mudanças profundas nas relações sociais, papéis e estatutos dos indivíduos idosos. Estas transformações são influenciadas por fatores como a viuvez, a aposentadoria, a perda de amigos e as limitações funcionais, resultando muitas vezes em isolamento, exclusão social e queda na autoestima. A transição para a inatividade profissional pode representar uma perda de identidade e de reconhecimento social, tornando a adaptação a essa nova fase um desafio significativo. (Ribeiro, 2007. p. 28).

O contexto familiar e social também sofre alterações, com destaque para o surgimento das chamadas “gerações sanduíche”, que dividem os cuidados entre filhos e pais idosos. Ao mesmo tempo, os idosos, em muitos casos, assumem papéis de suporte emocional e prático dentro da família, especialmente no cuidado intergeracional. (Ribeiro, 2007. p.29).

As teorias do desenvolvimento humano — como a do ciclo vital e a do envelhecimento ativo — destacam a importância da plasticidade, da resiliência e da capacidade de adaptação dos idosos diante das perdas e mudanças. Modelos como o da continuidade e da atividade demonstram que a participação social, o engajamento em atividades significativas e a manutenção das redes de apoio são fundamentais para um envelhecimento mais saudável e satisfatório. (Ribeiro, 2007. p. 29-30).

Entretanto, as desigualdades sociais, o idadismo e a transformação dos papéis do idoso na sociedade moderna afetam significativamente sua integração social. A construção da velhice é, assim, atravessada por aspectos socioculturais, econômicos e geracionais, que moldam as experiências individuais e coletivas do envelhecimento. Reconhecer a diversidade de trajetórias e as múltiplas formas de envelhecer é essencial para promover inclusão, dignidade e bem-estar na velhice. (Ribeiro, 2007. p. 29).

É necessário destacar que, de acordo com Costa e Soares (2016), o processo de envelhecimento se dá por toda a vida, do nascimento até a morte, assim a partir do nascimento estamos envelhecendo, já a velhice é uma construção social, demarcada como a última fase da vida, carregada de preconceitos e mitos.

“Terceira Idade” é uma expressão que vem, desde a década de 1990, se popularizando no vocabulário brasileiro. Seu significado, mais do que referência a uma idade cronológica, é uma forma de tratamento das pessoas de mais idade que ainda não adquiriu conotação depreciativa.” (Debert, 1999, p. 138). Como descreve o poeta Rubem Alves (2009), “Pessoas portadoras de crepúsculos no seu olhar...” nos sugere uma visão poética da velhice.

A primeira idade é compreendida como a fase da dependência, da socialização inicial e da imaturidade, marcada por atividades voltadas à formação e à educação. A segunda idade corresponde ao período da independência, da maturidade e das responsabilidades familiares e sociais, no qual predominam a constituição de uma família e o desenvolvimento profissional. Já a terceira idade é caracterizada como uma fase voltada à realização pessoal, à busca por satisfação e à ressignificação de projetos de vida. Por fim, a quarta idade representa o retorno à dependência, associada à fragilidade física, à decrepitude e à proximidade da morte. (Silva, 2008 p. 803). Considera-se a existência “quarta idade” a que engloba indivíduos com 80 anos ou mais, e da categoria “velhice extrema”, destinada a pessoas com idade superior a 90 anos. (Porto; Rodrigues, 2011, p. 246).

O que se observa nos debates sobre o envelhecimento, além das questões pertinentes à saúde, são pautas que apontam para uma preocupação em torno da redução dos estigmas e preconceitos associados à velhice. Formas de reconhecimento e promoção do respeito e a valorização dos idosos, reconhecendo-os como pessoas ativas e também voltadas para o mercado consumidor, e ainda, demandantes de políticas públicas. Considerando que a experiência da terceira idade pode variar significativamente de pessoa para pessoa, dependendo de fatores como saúde, condições socioeconômicas, suporte social e estilo de vida.

A tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento. A ideia de um processo de perda tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca de prazer e da satisfação pessoal. (Debert, 1999, p. 14).

Conforme cita Simone de Beauvoir (1990) em *A Velhice*: “Para a sociedade a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar.” Isso reflete um desconforto generalizado com a ideia de envelhecer e a aproximação consequentemente da morte. Motivo para a exclusão social, fazendo com que os velhos se sintam desvalorizados ou

invisíveis. Na época em que Beauvoir disse essa frase, causou no leitor a reflexão de que aos mais velhos devemos a sabedoria e que saibamos extrair deles experiências de vida. Beauvoir salienta que todos envelhecemos, mudar é a lei da vida. (Beauvoir, 1990).

Vivenciar a velhice é conviver com as modificações corporais resultantes do processo de envelhecimento, como o aparecimento de rugas, o surgimento de cabelos brancos, a diminuição da elasticidade da pele, a perda de dentes e as alterações físicas e fisiológicas associadas ao envelhecimento.

Uma percepção social e cultural que distancia a ideia de envelhecimento de nossa própria realidade é àquela “velho é o outro”, associando-a a uma categoria externa, muitas vezes vista de forma estigmatizada ou desumanizada. Sugere que a velhice é algo que diz respeito àqueles que estão fora do nosso círculo de referência imediato, especialmente em uma sociedade que privilegia a juventude e o vigor físico. Ao entender a velhice como uma condição atribuída ao outro, em vez de algo universal e que faz parte da experiência humana de todos, cria-se barreiras entre gerações e estigmas que dificultam o reconhecimento e valorização da pessoa idosa como sujeito de direitos e capacidades. Nesse sentido, a antropóloga Mirian Goldenberg (2001) traz a fala de Simone de Beauvoir que alertava: “velho não é o outro. Na verdade, a velhice está inscrita em cada um de nós só assumindo consciente e plenamente em todas as fases da vida que nós também somos ou seremos velhos poderemos ajudar a derrubar os medos estereótipos e os preconceitos existentes sobre a velhice.” (Goldenberg, 2021, p. 43). Um convite à reflexão se faz em:

Não é fácil imaginar que o próprio corpo, cheio de frescor e de sensações prazerosas pode tornar-se lento, cansado e torpe. Não é possível imaginá-lo, nem no fundo se quer imaginar. Para expressar de outro modo: edificação como estão envelhecendo e com os que estão morrendo está cheia de compreensíveis dificuldades para os que estão em ou grupos de idade. De uma maneira consciente ou inconsciente, pessoas resistem todos os meios à ideia de sua própria velhice e de sua própria morte. (Debert, 1999, p. 235).

Em diferentes momentos históricos é atribuído a cada etapa um significado como infância, juventude, maturidade e velhice. E para cada fase, muitas vezes, é colocada de forma arbitrária as relações construídas em um tempo social e mutável. “... a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX e a ‘adolescência’, do século XX.” (Ariés, Philippe, 1978, p. 48.). No estudo sobre infância, o historiador Ariés mostra esta categoria como uma construção a partir do século XIII. Exemplifica que na Europa do período medieval crianças não eram separadas do mundo adulto,

inclusive participavam do mundo do trabalho e da vida social. A noção de infância desenvolveu-se bem lentamente ao longo de séculos. Podemos perceber em,

De fato, ser criança, adolescente ou adulto constitui grande parte da identidade dos sujeitos modernos. A crescente institucionalização das etapas da vida e o processo de identificação dos sujeitos com as categorias etárias atingiram praticamente todas as esferas da vida social, fazendo-se presentes no espaço familiar, no domínio do trabalho, nas instituições do Estado, no mercado de consumo e nas esferas de intimidade. (...). A noção de velhice como etapa diferenciada da vida surgiu no período de transição entre os séculos XIX e XX. Uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice. (Silva, 2008. p. 157-158)

Neste sentido, as professoras Papalia e Feldman (2013) em *Desenvolvimento Humano* separam em capítulos a vida adulta por fases: Início da Vida Adulta e Adulto Jovem, Vida Adulta Intermediária e Vida Adulta Tardia. Sendo a vida adulta frequentemente vista como um período de realização, mas que, na sociedade contemporânea, tem-se observado uma longa transição entre a adolescência e a vida adulta, permitindo, portanto, que a transição seja vivida com mais liberdade. Essa fase tem se estendido devido ao tempo maior dedicado à escolarização, como cursos superiores e especializações, embora o contexto socioeconômico também influencie essa prolongada transição.

A adultização é caracterizada pela maturação psicológica, vivência da identidade e a capacidade de tomar decisões importantes, sendo ainda associada à independência financeira e responsabilidade pelas ações. Portanto, quanto maior a longevidade, maior está sendo a juvenilização das idades, é o contraditório movimento da sociedade contemporânea. (Bitencourt; Dalto, 2021. p. 295).

A velhice é uma fase da vida marcada pelo cansaço, mas não pela destruição ou perda total das capacidades. Não se trata de idade arruinada, mas de uma fase que pode ser fonte de prazer para aqueles que souberem aproveitá-la. Quando bem vivida, oferece experiências valiosas e satisfatórias, dependendo da maneira como cada indivíduo se relaciona com as oportunidades que ela, a velhice, oferece. (Alonso, 2020 p.47).

Joel Birman (2015) contribui a esse debate ao afirmar que o envelhecimento envolve múltiplos processos, nos quais a velhice se diversificou em várias formas de ser e de existir, ampliando suas representações no discurso. Destaca que, gradualmente, a velhice abandonou as associações negativas de invisibilidade e marginalização, ganhando, em contrapartida, uma visibilidade social mais evidente.

Myriam Moraes Lins de Barros (2006), ao realizar as pesquisas dela sobre envelhecimento, enfrentou dificuldades significativas no levantamento bibliográfico dedicado especificamente ao tema, observando uma escassez de estudos antropológicos que abordassem

o envelhecimento em diferentes sociedades. Ela reconheceu que o problema era mais amplo, citando autores que também encontraram obstáculos nas investigações. Essa dificuldade, segundo a autora, reflete uma tendência social em valorizar a infância e a juventude, não apenas como temas centrais da atenção social, mas também como objetos privilegiados de estudo. Tais períodos da vida ocupam um papel de destaque, especialmente nos estudos antropológicos, em parte devido à sua conexão com questões psicológicas, como a ênfase na infância no desenvolvimento da personalidade.

Em *Envelhecer e Morrer*, Elias apresenta uma cena por ele vivenciada; a qual, em termos de interpretação, fazemos analogia com o que Sigmund Freud classificou de recalque, a ser notado na passagem:

Uma experiência de juventude assumiu certa significação para mim agora que sou mais velho. Assisti a uma conferência de um físico muito conhecido em Cambridge. Ele entrou devagar, arrastando os pés, um homem muito velho. Eu me surpreendi pensando: “Por que ele arrasta os pés assim? Por que não pode caminhar como um ser humano normal?” Na hora, me corrigi: “Não pode evitar, é muito velho. (Elias, 2001, p.42)

Uma comparação possível de ser feita, a partir do fragmento citado, é a de que quando somos bebês, estamos ainda aprendendo a ter equilíbrio e domínio do próprio corpo, logo os primeiros passos acontecem em desalinho e caímos muitas vezes. O mesmo sucede no processo de envelhecimento, dito por muitos no senso comum por “o fim da vida”. Os passos ficam inseguros, o uso de andador se faz necessário ou até mesmo o apoio de uma bengala.

Os jovens, ao observarem o descompasso de um velho, assim como narrado na experiência de Norbert Elias, sentem certa repulsa e agem como se não fossem chegar a esta fase, ou seja, que não irão envelhecer. Eis o recalque Freudiano inserido de forma inconsciente. Esta sensação de desprezo tida pelos mais jovens, na visão do autor, é compreensível e uma explicação seria que se trata de um tópico pouco abordado na sociedade e até mesmo na literatura. Uma espécie de desvio da norma social. Não há, portanto, um preparo para o envelhecer. “Não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e muitas vezes de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado”. (Elias, 2001, p.42). Vivemos uma sociedade que cultua a juventude e a ilusão de que seremos eternos. Temos, portanto, grande dificuldade em lidar com a finitude da vida. (Dillman; Nascimento, 2022. p.207).

Freud (2016) descreve o recalque como um mecanismo pelo qual impulsos e conteúdos psíquicos incompatíveis com o eu consciente são excluídos e lançados no inconsciente, o que pode se alinhar com a recusa inconsciente da juventude ao se identificar com a figura do velho.

Logo, um conteúdo que gera desprazer (a percepção da decadência, da finitude, da morte) é recalçado, ou seja, banido do campo consciente.

Dessa maneira, podemos perceber que Elias (2001) demonstra a fragilidade dos velhos e os medos deles de perder o controle por si mesmo, ao se depararem como dependentes. Fato que assinala, portanto, o comportamento retrógrado infantil de receber comida na boca e usar fraldas. Traço de perda de força e autonomia. Aos olhos de quem vê um passo próximo do fim.

Angela Mucida (2006) cita um senhor que morava em um asilo que disse: “Deixei minhas ferramentas para trás (ele era pedreiro), pás, enxada, peneira... Acordo e vejo que não posso trabalhar mais... (chora). Queria voltar ao tempo que azulejava banheiro; de um jeito só meu. Um assentamento que só eu podia fazer, com minha técnica.”. Podemos perceber que alguns idosos fazem um retorno ao eu ideal representado pela identificação aos objetos. Agarram-se a estes artefatos como se representassem sua extensão, e a própria história.

A respeito dos asilos e abrigos para idosos, locais estes que possuem pessoas afastadas do convívio social, têm o *status* alterado em função da nova maneira de viver, isoladas da participação em coletivo com o —mundo de fora. Nobeit Elias coloca que há pessoas em muitos asilos hoje que têm que ser alimentadas, postas no vaso sanitário e limpas como crianças pequenas. (Elias, 2001, p.44). A fase do fim repetindo o início da vida.

Quanto à ideia de modernidade, futuro e mudança também se associa a uma concepção juvenil, refletindo o lema de que o “Brasil é um país do futuro”, a de um porvir caracterizado pela juventude eterna. Seja no campo da psicologia, da medicina, da biologia ou da própria sociologia, nenhuma delas, por si só, consegue dar explicações correlacionadas às mudanças complexas que o tempo provoca no ser humano.

Barros (2006) destaca que, até quase a década de 1960, os estudos sociológicos sobre a velhice eram praticamente inexistentes, pois a literatura disponível sobre o tema era dominada por abordagens da medicina e da biologia. Além disso, os poucos trabalhos realizados raramente utilizavam entrevistas abertas ou observação participante como métodos de coleta de dados.

Além disso, Barros (2006) enfatiza que a bibliografia existente a respeito da velhice é predominantemente originária dos Estados Unidos e da Europa, com uma produção quase inexistente no Brasil acerca do tema. Ela também aponta que o contexto de um bairro operário inglês na década de 1960, por exemplo, difere substancialmente da realidade da camada média no Rio de Janeiro no mesmo período, fato que destaca a necessidade de abordagens mais contextualizadas e específicas no estudo do envelhecimento.

Guita Grin Debert (1999), esclarece, com base em estudos antropológicos de cientistas pesquisados por ela, que a passagem para cada estágio da vida humana não se dava apenas pelo nível de maturidade, mas também por meio do reconhecimento em realizar tarefas como a de caçar e até se casar. Ainda, segundo Debert, o ritual de passagem de um estágio para o outro da vida não está orientado apenas pela idade cronológica dos indivíduos, mas pelo poder e autoridade jurídica que dependia na maioria das vezes de uma decisão dos mais velhos. Ela exemplifica que em sociedades primitivas poderia haver conflitos entre a ordem de nascimento e a ordem de geração nas relações familiares e de linhagem nas relações políticas e familiares. A autora ainda ressalta que a idade cronológica em sociedades ocidentais é estabelecida por determinado aparato cultural e que os critérios para a idade estão incorporados à exigência de leis que determinam os direitos e deveres do cidadão. Exemplifica que crianças trabalhavam em Minas de carvão há 150 anos e não existiam leis naquela época que impedissem isso, diferente da atualidade.

Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado as práticas de uma geração só são repetidas se fossem reflexivamente justificadas. (...) O curso da vida transforma-se em um espaço de experiências abertas e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra (...). (Debert, 1999, p. 53).

O envelhecer implica em uma série de alterações físicas que incluem a diminuição da força muscular, perda de flexibilidade, alterações dos sentidos como, por exemplo, a visão e a audição, além de maior propensão a doenças crônicas. Tais modificações podem afetar a autonomia e a qualidade de vida do idoso, necessitando de adaptações no estilo de vida e nos cuidados com a saúde. O envelhecimento normalmente é acompanhado por aumento da sabedoria e, às vezes, da aceitação de si mesmo, mas também há desafios como a solidão, a depressão e a ansiedade. “Talvez eu fique velho um dia”. (Elias, 2001. p. 82). Tal citação aborda a aceitação ou a antecipação do envelhecimento, trazendo à tona a consciência ou a reflexão em relação à mudança que vem com a idade. “Só não nos tornamos perigosos porque envelhecer é tornarmos vulneráveis e nada valente” (Mãe, 2011. p. 22). Em outras palavras, à medida que envelhecemos, perdemos a força, a ousadia ou a resistência necessária para confrontar certas situações, tornando-nos mais frágeis e menos propensos a atos de bravura ou de ameaça.

Na obra *Envelhecer e Morrer*, Norbert Elias apresenta uma cena por ele vivenciada; a qual, em termos de interpretação, faz analogia com o que Sigmund Freud, classificou de recalque, a ser notado na passagem:

Uma experiência de juventude assumiu certa significação para mim agora que sou mais velho. Assisti a uma conferência de um físico muito conhecido em Cambridge. Ele entrou devagar, arrastando os pés, um homem muito velho. Eu me surpreendi pensando: “Por que ele arrasta os pés assim? Por que não pode caminhar como um

ser humano normal?” Na hora, me corrija: “Não pode evitar, é muito velho. (ELIAS, 2001, p.42)

Uma comparação possível de ser feita, a partir do fragmento acima, é a de que quando somos bebês, estamos ainda aprendendo a ter equilíbrio e domínio do próprio corpo, logo os primeiros passos acontecem em desalinho e caímos muitas vezes. O mesmo sucede no processo de envelhecimento, dito por muitos no senso comum por “o fim da vida”. Os passos ficam inseguros, o uso de andador se faz necessário ou até mesmo o apoio de uma bengala.

É importante destacar que os velhos desempenham papel fundamental na interseção entre o passado e o futuro, proporcionando a sabedoria acumulada ao longo da vida para guiar as gerações mais jovens. Nesse sentido, o idoso atua como um elo entre o “começo e o fim”, integrando a narrativa histórica pessoal e coletiva com as perspectivas e possibilidades futuras. “A função social do velho é lembrar e aconselhar –*memini, moneo* - unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir.” (Bosi, 1994, p.18).

Os idosos desempenham papéis importantes como guardiões de conhecimentos. No entanto, mudanças nas estruturas familiares e no estilo de vida urbano podem afetar essas dinâmicas, exigindo uma reflexão maior sobre o papel dos idosos na sociedade. “Que é ser velho? Em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem.” (Bosi, 1994, p.18). Ou seja, o esforço para preservar características valorizadas, como independência, força, capacidade produtiva e papel ativo nas relações e na vida pública.

Em qual momento foi colocado que velhice é o fim da vida e não como um novo tempo da vida? Quais foram as “descrições” a respeito do processo do envelhecimento de que seria o fim? O idoso foi transformado positivamente em sujeito e adquiriu assim novas modalidades de subjetivação (Birman, 2015). A mudança no cenário em que está inserido o idoso se dá pela passagem da Modernidade para a Pós-Modernidade. Há um movimento para desconstruir estereótipos, por exemplo, que a velhice é vista como fase da vida que pode ser plena em significados, desafiando a ideia que se tinha anteriormente acerca do envelhecimento ser apenas sinônimo de declínio. Esta visão, para Birman, se inicia na pós-modernidade.

É válido considerar que a modernidade é caracterizada pela racionalização e diferenciação das esferas da vida, resultando em fragmentação social e alienação. Em contraste, a pós-modernidade é interpretada como um processo de diferenciação, no qual as fronteiras entre dimensões sociais previamente separadas se desfazem. Nesse sentido, Gisela B. Taschner (1999) descreve a pós-modernidade como uma “segunda revolução” do século XX, marcada por um amplo processo de destruição do significado.

O paradigma moderno tende a tratar a velhice de maneira homogênea, ignorando as diferenças de experiência entre os idosos. O autor enfatiza a importância de reconhecer a pluralidade das experiências de envelhecimento. Além disso, ressalta a ausência da “aura”, que se refere à percepção de um valor simbólico e de respeito que costumava estar associado aos mais velhos, muitas vezes ligada à sabedoria, à experiência e à importância social. Essa perda, por assim dizer, implica em mudanças na maneira como a sociedade vê e trata os idosos em contraponto ao olhar que se tinha na Antiguidade e na Idade Média, quando, os idosos, representavam efetivamente as figuras ligadas à sabedoria e à ancestralidade.

No que tange a finitude, por não sabermos o que dizer às crianças, diante do cenário de morte, acabamos afastando delas a explicação, no lugar desse silêncio criado pelos adultos, torna-se assunto tabu. Faz-se a utilização de estorinhas para ludibriar os pequenos, como exemplo, dizer que “o vovô virou estrelinha”. O jovem pode crescer sem nunca ter visto um cadáver, por o terem poupado saber a verdade pelo sumiço de um ente querido. Com isso, o falecimento de alguém é traduzido, muitas vezes, por: “fez uma viagem da qual não voltará”, “foi para o céu”, entre outros. Cria-se, assim, a ideia de vazio e afastamento da realidade e estabelece a angústia do que, de fato, acontece quando, por exemplo, o avô querido “desaparece”.

Assim como os doentes, velhos são colocados nos bastidores da vida social, o que provoca o isolamento e a solidão, principalmente por lembrar a sociedade que o fim da vida chegará. O exemplo são asilos e abrigos para idosos, locais estes que possuem pessoas afastadas do convívio social, têm o *status* alterado em função da nova maneira de viver, isoladas da participação em coletivo com o “mundo de fora”. A fragilidade dos velhos e os medos deles em perder o controle por si mesmo, ao se depararem como dependentes assinala, portanto, o comportamento retrógrado infantil de receber comida na boca e usar fraldas. Aos olhos de quem vê um passo próximo do fim. (Elias, 2001).

1.1.O envelhecimento populacional no Brasil: perspectivas e desafios

O envelhecimento populacional no Brasil tem se consolidado como um dos principais fenômenos demográficos do século XXI, refletindo mudanças estruturais na composição etária da população. Este processo, acelerado pelas melhorias nos cuidados de saúde e na qualidade de vida, leva a uma crescente longevidade e a um aumento significativo da população idosa, impactando diversos setores da sociedade, como, por exemplo, saúde, previdência e mercado de trabalho.

Promovida pela Modernidade, a velhice passa por mudanças significativas, deixando de ser vista como a expectativa da morte iminente até o século XX para se tornar uma nova etapa da vida biológica e da existência.

Não se comportar como velho é ainda ser capaz de reconhecer que a juventude acabou, evitando os entusiasmos ingênuos, as ambições e as irresponsabilidades dos jovens. É ser um expectador lúcido de um conjunto indesejado de mudanças que destruíram a dignidade da experiência de envelhecer. (Debert, 1999. p. 187).

“O Brasil é um jovem país de cabelos brancos”, afirma a frase de Renato Veras, (2007, p. 2464) ao apresentar resultados de seus estudos de que a cada ano, mais de 650 mil novos idosos são incorporados à população brasileira.

Diante disso, é perceptível que o envelhecimento da população do Brasil é uma realidade, principalmente nos últimos 12 anos. Segundo o Censo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE³), houve um acréscimo de 57,4% em relação ao ano de 2010, quando esse grupo populacional correspondia a 7,4% da população brasileira. Em 2022, esse mesmo grupo corresponde a 11% aproximadamente, em relação ao total da população do país. Ocorreram conquistas sociais nas últimas três décadas, tais como: enfrentamento à pobreza extrema, a ampliação do sistema de aposentadorias, o Estatuto do Idoso (2003), a instituição do Ministério dos Direitos Humanos (2015) e as secretarias, estaduais e municipais voltadas para o atendimento às demandas desse grupo da população. Outro ponto relevante a ser destacado é a mudança na pirâmide etária no país, que desde 1990 sofre uma reversão de tendência, com a diminuição no número de nascimento e o aumento no envelhecimento⁴.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebe-se que a expectativa de vida ao nascer tem aumentado de maneira consistente, e a taxa de fecundidade tem diminuído, resultando em uma inversão na estrutura etária do país (vide Anexo - Imagem da pirâmide demográfica do último censo). Projeções indicam que essa porcentagem continuará crescendo nas próximas décadas. Em 2010, havia 39 idosos para cada grupo de 100 jovens. A estimativa para 2040 é de 153 idosos para o mesmo grupo de 100 jovens (Miranda, G. *et al.*, 2010). O envelhecimento populacional traz consigo desafios econômicos significativos, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade dos sistemas de seguridade social e saúde. “A previsão da ONU é de que o país tende a ser [o] mais envelhecido da América Latina em poucas décadas.” (Barros, 2006).

³Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 22 jun. 2024.

⁴ Idem *site* acima.

Além disso, há uma demanda crescente por serviços de saúde especializados e políticas públicas voltadas para a terceira idade. No aspecto social, o envelhecimento também pode ampliar vulnerabilidades, como a exclusão social, o isolamento e a falta de acesso a serviços adequados. Isso requer políticas de inclusão e programas que promovam a participação ativa dos idosos na sociedade, respeitando suas capacidades e contribuições. De acordo com a lei nº 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, é considerada idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos⁵. De acordo com Bitencourt e Dalto (2021), o Estatuto do Idoso possui grande mérito, pois ele foi responsável por criar o sistema de garantias, que, apesar de vários percalços, busca efetivar os direitos sociais dos idosos brasileiros.

Considerando as cinco Grandes Regiões que compõem o país, observa-se que enquanto na região Norte 10,4% do total da população tem 60 anos ou mais de idade, essa porcentagem é de 13,2% na região Centro-Oeste, 14,5% na região Nordeste, e 17,6% nas regiões Sul e Sudeste, de acordo com os dados do Censo de 2022.

No total das pessoas de 60 anos ou mais, 56% são mulheres (17,8 milhões) e 44% são homens (14,2 milhões), segundo os dados do Censo de 2022. Em 2010, a expectativa de vida geral era de 73,8 anos; para os homens era de 70,2 e para as mulheres era de 77,6. Já em 2020, a expectativa de vida geral aumentou para 76,7 anos, sendo 73,3 para homens e 80,3 para as mulheres.⁶

Os dados do Censo de 2022, divulgados pelo IBGE em outubro de 2023, confirmam o rápido envelhecimento da população brasileira e a crescente feminização desse processo, além das desigualdades territoriais que o acompanham. Segundo o Censo, 15,8% da população brasileira tem 60 anos ou mais, o que corresponde a mais de 32,1 milhões de pessoas em números absolutos.

O que teria tornado “problema social”, tanto para o campo social quanto antropológico a respeito do envelhecimento entre a população com mais de 60 anos, são consequências econômicas que afetaram estruturas das empresas e do Estado governamental, principalmente com o advento das aposentadorias, além disso, as famílias que já não conseguiam arcar com os custos dos velhos, por sua vez, incapacitados de sustentarem a si mesmos. (Peixoto, 2006. p. 70). O aposentado não é apenas o sujeito incapaz para o trabalho, mas também o sujeito de direito, que é detentor de privilégios sociais legítimos, cujo reconhecimento lhe permite

⁵MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/estatuto-do-idoso-assegura-direitos-de-pessoas-com-60-anos-ou-mais>. Acesso em: 02 nov. 2024.

⁶INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102038.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

reivindicar benefícios em nome de uma categoria. (Silva, 2008. p. 160). Nas palavras de Beauvoir, “depois dos 70 anos, os homens deixavam seus cargos oficiais para se prepararem para a morte.” (Beauvoir, 199. p. 113).

O movimento em torno das pensões e aposentadorias, ao caracterizar o idoso como uma pessoa especial, carente, dependente e improdutivo, também teve o efeito de politizar essa parcela da população. Ao definir o idoso de forma específica, criou-se uma posição de subjetividade radical, que permite a essa pessoa exigir seus direitos, com base no reconhecimento de seu *status* como idoso. Essa transformação levou à conscientização de que, ao serem identificados como uma categoria social distinta, os idosos têm o direito de reivindicar políticas públicas e ações que atendam às suas necessidades, contrariando a visão de passividade e dependência associada a essa fase da vida. (Silva, 2008. p. 160).

O desenvolvimento de políticas e serviços específicos para a população idosa ao longo do século XX envolveu, principalmente, o sistema hospitalar e a seguridade social. Inicialmente, os serviços destinados à velhice eram tratados de forma indiscriminada, misturando o cuidado aos idosos com aquele voltado aos mais empobrecidos e marginalizados. Contudo, com o tempo, estabeleceu-se uma distinção clara entre o atendimento à velhice e o cuidado à indigência, tanto do ponto de vista espacial quanto legal.

Essa distinção entre velhice e pobreza levou ao fortalecimento da autonomia dos idosos, uma vez que passou a existir um sistema mais específico e organizado de atendimento a essa população. Antes disso, o cuidado aos idosos era fragmentado e muitas vezes desprezado ou misturado com outras formas de assistência social.

A partir da década de 1960, esse processo de organização e especialização dos cuidados aos idosos se consolidou com o surgimento do conceito de Terceira Idade, já mencionado, que buscou reconhecer a velhice como uma fase da vida com características próprias, estabelecendo uma identidade social distinta para os idosos. Ao ser associado à velhice, tal conceito ajudou a dar visibilidade e a importância a essa faixa etária, refletindo mudanças na forma como a sociedade tratava o envelhecimento e as necessidades dessa população. (Silva, 2008. p. 161).

Um número significativo de pessoas idosas no Brasil vive sozinha, o que pode aumentar o risco de não receber os cuidados necessários. Dados da Pnad Contínua/IBGE de 2022 indicam que 41,8% dos domicílios unipessoais eram de pessoas com 60 anos ou mais, com uma maior proporção de homens (55,4%) entre aqueles que moravam sozinhos, enquanto as mulheres representavam 44,6%. No entanto, a porcentagem de mulheres idosas em arranjos unipessoais é quase o dobro da dos homens (57% contra 30%). A maior parte dos cuidados para idosos é fornecida por mulheres dentro das famílias, sem remuneração. Apenas uma pequena parte dos

cuidados é oferecida por instituições, como hospitais ou Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), e esses cuidados geralmente são direcionados a mulheres que não podem ser atendidas pelas famílias. Idosas têm enfrentado dificuldades significativas para realizar atividades diárias que exigem apoio e cuidado. (Nota Informativa nº 5/2023 MDS/SNCF, Envelhecimento e o direito ao cuidado).⁷

Existe a crença de que os idosos, por não contribuírem mais economicamente, devem ser excluídos. “A sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice” (Bosi, 1994, p.18). Além disso, o processo de envelhecimento é um problema que deve ser gerido individualmente, à medida que a sociedade capitalista, ao centrar na produtividade e na eficiência econômica, negligencia as necessidades e contribuições dos idosos. Essa abordagem pode levar a uma forma de opressão na qual os idosos são responsabilizados por suas dificuldades e falhas. “Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver” (Bosi, 1994, p. 18). Ou seja, o valor do indivíduo é fortemente vinculado à sua capacidade de produzir e gerar lucro. Dessa forma, o idoso pode se ver relegado a uma posição marginalizada, já que, ao se aposentar e, portanto, sair do mercado de trabalho, ele deixa de ser economicamente “útil” nos termos do sistema.

A aposentadoria é vista como uma instituição social que garante uma fonte de renda constante até a morte, respondendo à crescente necessidade de segurança que caracteriza as sociedades atuais. Há atualmente muitas iniciativas voltadas para os idosos referentes a programas de lazer e recreação, no entanto, se encontra um imenso vazio quanto a assuntos ligados à Previdência Social e políticas de aposentadoria. (Debert, 1999). A concepção da velhice dentro do contexto produtivo e na função social da aposentadoria aponta que a velhice dos trabalhadores tem sido associada à invalidez ou à incapacidade de produzir, refletindo uma visão deturpada que vincula valor social à produtividade. Essa perspectiva reforça a ideia de que, ao perder a capacidade laboral, o indivíduo perde também seu lugar no sistema econômico. (Peixoto, 2006).

Por outro lado, a aposentadoria surge como uma instituição social que não apenas reconhece essa condição, mas também busca garantir a subsistência dos indivíduos que não podem mais participar ativamente do mercado de trabalho. Assim, a aposentadoria responde à necessidade de segurança financeira nas sociedades contemporâneas, assegurando uma fonte de renda contínua até a morte e compensando, em parte, a exclusão dos idosos da esfera

⁷ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-diagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuidado/Nota_Informativa_N_5.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

produtiva. “É o trabalho que permite o ato de existir enquanto cidadão e auxilia na questão de se traçar redes de relações que servem de referência, determinando, portanto, o lugar social e familiar.” (Mendes, Gusmão, *et.al.* 2005, p.424).

A Lei Eloy Chaves do ano de 1923, nome dado em homenagem a um deputado federal de São Paulo, é o ponto de início para a Previdência Social brasileira. A legislação publicada no dia 24 de janeiro foi feita pelo presidente da época, Arthur da Silva Bernardes⁸. Na ocasião, a previdência social foi estabelecida para proteger trabalhadores e suas famílias em situações como aposentadoria, doenças, invalidez ou falecimento.

O sistema previdenciário no Brasil tem raízes no início do século XX, em resposta à crescente industrialização e à necessidade de oferecer suporte aos trabalhadores. Na década de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) com objetivo de estender a previdência social para outras categorias profissionais, tais como industriários, comerciários, bancários, servidores públicos, entre outros. A aposentadoria dependia exclusivamente da política de cada empresa até os anos de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho⁹ os Estados e os sindicatos passaram a ter uma presença mais efetiva da gestão dos recursos. (Debert, 1999).

Em 1966, houve a unificação dos IAPs, que resultou na criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1990, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foi fundido com o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), originando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que passou a administrar tanto os benefícios previdenciários quanto os assistenciais¹⁰. No ano de 1974 é criado o Ministério da Previdência Social, desvinculando-se, portanto, do Ministério do Trabalho. A partir daí as questões de previdência e de aposentadoria ficam afastadas de interesses dos sindicatos e das empresas, que, por sua vez, permaneceram como lideranças de trabalhadores na ativa, esquecendo-se, estes, que um dia também irão envelhecer.

Têm idosos que ao se aposentar desfrutam de um período de “lua de mel particular” (Debert, 1999. p.187), viver sem preocupações, mas que, no decorrer do tempo, surge a necessidade em continuar a ocupar a mente. Algo que seja prazeroso e interessante para substituir o vazio causado pela ausência do trabalho. Apesar dos desafios, muitos idosos, na

⁸UNIESP. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20220511101553.pdf. Acesso em: 02 nov. 2024.

⁹Idem *site* acima.

¹⁰NFRAPREV. Disponível em: <https://www.infraprev.org.br/a-historia-da-previdencia-no-brasil/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

contemporaneidade, encontram novas formas de se engajar socialmente e de redefinir suas identidades. Peixoto nos mostra que,

Nos últimos tempos, o prolongamento da duração da vida empurrou para mais adiante a concepção de velhice e, [...], o licenciamento de indivíduos de 60 anos - através do estatuto legal da aposentadoria- faz com que percam o direito de continuar trabalhando, mesmo que tenham vontade, e cria novas atitudes no quadro da aposentadoria e nos lugares onde se expõem, como os espaços públicos (Peixoto, 2006. p. 81).

Com o aumento da expectativa de vida, muitas pessoas com 60 anos ou mais continuam saudáveis e ativas, desejando continuar trabalhando. No entanto, a aposentadoria pode impedir que estas pessoas sigam no mercado de trabalho, o que pode gerar sentimentos de inutilidade ou exclusão social. Essa transição pode afetar a autoestima e a ausência de interação em espaços que antes se sentiam mais integrados.

Aposentadoria e a velhice se entrelaçam com significados negativos e até estigmatizantes para os idosos, está associada a uma série de perdas criando a visão da velhice como momento de declínio. A aposentadoria é associada ao envelhecimento, o que reforça a imagem de fragilidade e limitações. É vestir o pijama e nunca mais tirá-lo. Como se fosse o ritual de passagem para o novo momento chegar (Barros, 2006). Em contraponto há uma parcela crescente da sociedade que reconhece os aposentados como experientes e que busca incorporar a participação deles em novas atividades, como voluntariado. Tal mudança reflete a valorização mais recente da velhice ativa e produtiva, embora essa perspectiva ainda não seja predominante. Há, no entanto, um paradoxo: embora a aposentadoria traga a promessa de usufruir o próprio tempo, essa liberdade pode ser trocada pela necessidade em ter que continuar a trabalhar para ajudar financeiramente com as despesas da casa e da família. Haja, vista que muitos são os lares mantidos e sustentados pelo benefício da aposentadoria de idosos.

O conceito de envelhecimento “bem-sucedido” ou “envelhecimento ideal” emergiu com o aumento de idosos saudáveis e ativos, desafiando a visão tradicional de que o envelhecimento é marcado por perdas inevitáveis. Contudo, críticas surgem sobre esses conceitos, apontando que definem padrões difíceis ou inatingíveis para muitas pessoas idosas, sobrecarregando-as. Esses modelos não consideram fatores como genética, educação e condições de vida, que influenciam diretamente as escolhas de estilo de vida. Além disso, rotular idosos como “bem-sucedidos” ou “malsucedidos” pode resultar em autocritica e estratégias de antienvelhecimento, desvalorizando a velhice e a aceitação das limitações (Papalia; Feldman, 2013. p. 611-612).

As autoras apontam que estudos indicam que cerca de um terço dos adultos acima de 60 anos envelhece com sucesso, com base em três componentes principais: ausência de doenças graves, preservação das funções psicológicas e cognitivas, e engajamento em atividades sociais

e produtivas. O apoio social é crucial para a saúde mental, e os idosos bem-sucedidos tendem a se manter ativos e produtivos, sem se identificar com a velhice. (Papalia; Feldman, 2013. p. 611-612).

“Quem tem uma adaptação mais saudável à velhice: aquele que tranquilamente vê o mundo passar de uma cadeira de balanço, ou quem se mantém em atividade desde a manhã até a noite?” (Papalia; Feldman, 2013. p. 612). De acordo com as autoras, a teoria do desengajamento, (proposta por Cumming e Henry), mostra que envelhecer geralmente comporta uma redução gradual no envolvimento social e maior preocupação consigo mesmo. Já a teoria da atividade, (proposta por Neugarten), quanto mais ativos permanecem os idosos, melhor envelhecem. É considerada hoje em dia muito simplista. (Papalia; Feldman, 2013. p. 612).

Uma versão mais detalhada da teoria da atividade sugere que a frequência e a qualidade das interações sociais são cruciais para a satisfação na vida. Estudos mostram que o número e a regularidade das atividades realizadas pelos idosos estão positivamente associados ao bem-estar, saúde mental, funcionalidade, cognitividade e longevidade. Pesquisa nacional revela que cerca de 75% dos adultos de meia-idade e idosos socializam, participam de serviços religiosos, atuam como voluntários ou frequentam reuniões ao menos uma vez por semana. Aqueles com mais de 80 anos – os que fazem parte da chamada Quarta Idade – têm duas vezes mais chances de engajamento social do que os de 50 anos. (Papalia; Feldman, 2013. p. 612-613).

Atividades produtivas e sociais estão ligadas ao bem-estar dos idosos, melhorando a felicidade e o funcionamento físico, conforme dados de pesquisas. Atividades solitárias, como leitura, também promovem a felicidade. Além disso, a participação em atividades de lazer pode trazer benefícios semelhantes à saúde, especialmente para as mulheres. (Papalia; Feldman, 2013. p. 612-613).

1.2. A marginalização da velhice

As sociedades que valorizam a produtividade e a juventude, frequentemente manifestam atitudes discriminatórias em relação aos idosos, por acreditarem que eles não merecem mais participação ativa na vida social. Esse preconceito é reforçado pela ênfase cultural na responsabilidade individual devido ao processo de envelhecimento, o que contribui para a exclusão dos mais velhos. Assim, tal conduta, não apenas reflete uma visão utilitarista da contribuição econômica, mas também perpetua a marginalização dos idosos, desconsiderando as experiências deles e a riqueza que podem ainda oferecer à sociedade. Como resultado, os

longevos são frequentemente forçados a se adaptar a expectativas sociais que não refletem suas reais preferências ou experiências de vida, comprometendo, muitas vezes, a capacidade de se auto expressarem de maneira autêntica e variada, haja vista que as formas de se vestir, os adornos utilizados e o comportamento em público acabavam produzindo uma padronização tão intensa entre os indivíduos que se tornava quase impossível identificar a idade dentro de certas faixas etárias, especialmente no caso de mulheres a partir dos 40 anos e homens a partir dos 50. “uniformizavam tanto os indivíduos que se tornava difícil determinar a idade das pessoas dentro de faixas etárias específicas.” (Debert, 1999, p. 77).

A busca por resistir à representação estigmatizada da velhice reflete uma preocupação estética e social que muitos indivíduos têm ao envelhecer. A figura do “coroa”, por exemplo, é uma representação de um homem ou uma mulher madura(o) que, embora envelhecido(a), ainda mantém atrativos, desafiando os estigmas sociais ligados à velhice. Essa imagem simboliza um corpo que envelhece, mas que tenta resistir ao estigma por meio de intervenções estéticas, como plásticas e tratamentos, buscando preservar a vitalidade. A categoria “coroa” reflete uma tentativa de distanciamento da velhice tradicionalmente associada a características negativas, colocando o indivíduo em uma zona intermediária, mais próxima do universo jovem, e oferecendo uma oportunidade de afirmar um poder que a velhice não costuma permitir. (Mota, 2012. p.135)

A distinção entre o corpo e mente na velhice, sugere que, embora o corpo possa apresentar dificuldades, a mente continua jovem, com vontade de realizar metas e seguir um estilo de vida dinâmico. Isso evidencia a perseverança e a autossuficiência do indivíduo, que, mesmo com o avançar da idade, permanece motivado e voltado para seus objetivos. (Mota, 2012. p. 137)

“Velhice é um estado de espírito”, quem nunca ouviu esta frase? Reflete a dificuldade em aceitar o envelhecimento de forma integrada, sem separações entre corpo e mente. Embora o corpo envelheça e apresente sinais físicos de fragilidade, a mente continua alimentada pela experiência, vitalidade e jovialidade. Para Mota (2012), o envelhecimento é percebido por meio das limitações impostas pela fragilidade do corpo, mas a experiência vivida continua a nutrir a mente.

No início do capitalismo mercantil¹¹, a velhice passou a ser gradualmente excluída do convívio social, juntamente com a loucura, a delinquência e a criminalidade. De condição

¹¹Refere-se à primeira fase do sistema capitalista que ocorreu entre o final do século XV e o século XVIII, também conhecido como mercantilismo. Marca a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa.

ociosa, foi igualmente considerada inútil devido à incapacidade dos idosos de trabalharem. (Birman, 2015). A velhice passou a ser vista de forma negativa, pois representava um peso econômico para a família, que precisava cuidar, abrigar e alimentar o idoso, sem que ele pudesse contribuir com recursos econômicos em troca. Um corpo estranho para o qual cabia apenas a expectativa da morte real, e assim materializar a morte simbólica que já ocorrera caracterizada pela invisibilidade. A velhice foi considerada negativa no Ocidente desde o século XIX, com a constituição da sociedade industrial. (Birman, 2015).

É importante refletirmos também acerca da adaptação às mudanças de papel na sociedade, a perda de amigos e familiares, o que pode levar ao isolamento e à exclusão do idoso, à medida que

A família irrompe dividida em cômodos, espaços e lugares - há classes sociais. Todavia, quando essa divisão é operada, uma outra unidade reaparece: cada um dos recordadores é *um* nome e cada um deles, *uma* família. Porém, a unidade refeita, a família não ressurgue como fonte primordial da socialização - ela é agora a tecelagem onde se unem os fios de relatos de solidão. Emerge, submerge destroçada e ressurgue a família, mas no caminho. (Bosi, 1994. p. 31-32)

A autora intenciona a interpretação como metáfora para a fragmentação da estrutura familiar tradicional. Esta desintegração reflete a diversidade de experiências e condições sociais dos membros da família. Sugere que a unidade familiar não é mais homogênea, mas sim uma rede complexa de diferentes realidades e condições. Quando essa cisão ocorre, surge uma nova forma de unidade familiar. Em vez de ser "fonte primordial da socialização", a família se torna "tecelagem na qual se unem os fios de relatos de solidão". Isso indica que a nova configuração das famílias não é mais apenas um suporte social idealizado, mas sim espaço em que se entrelaçam as experiências individuais de sofrimento e solidão. A família moderna é vista como lugar de interações complexas e dor individual; e o envelhecimento pode trazer desafios profundos que impactam a socialização dos idosos. O processo de envelhecimento da população brasileira, apesar de demonstrar mudança na qualidade de vida, implica também em um conjunto de desafios que ultrapassam as questões objetivas, como assistência médica, hospitalar e seguridade social. Os aspectos relativos ao abandono familiar e social, da solidão e do enfrentamento da morte, assim como do acesso aos espaços sociais e a participação ativa como cidadão são fatores socialmente subjetivos que atingem, em larga medida, o idoso. Conforme diz Giddens,

À medida que as pessoas envelhecem, elas enfrentam uma combinação de problemas físicos, emocionais e materiais difíceis de solucionar, uma das principais preocupações das pessoas idosas é conseguir independência, liberdade de movimento e habilidade para participar integralmente do mundo social. (Giddens, 2005, p.146)

Os estereótipos prescritivos em relação a como as pessoas idosas devem se vestir e se comportar impõem limites significativos às suas escolhas e expressões individuais. A sociedade frequentemente considera o que é “apropriado” para a geração mais velha, restringindo assim a diversidade e impondo, de certa forma, uma homogeneidade de comportamento. Essa normatização não apenas limita a liberdade pessoal, mas também perpetua a marginalização da criatividade e da irreverência que são valorizadas na juventude. O que é admirado como inovador e corajoso nos mais jovens, muitas vezes, torna-se motivo de ridicularização na velhice.

O idadismo é considerado o mais comum dos preconceitos e amplamente reconhecido como o mais prevalente na sociedade contemporânea, sendo caracterizado pela presença marcante nas culturas ocidentais, haja vista que nessas culturas é valorizada a produtividade assim como o individualismo. É o que mostra a publicação de outubro de 2023 da *Revista E* lançada pelo site SESC/SP, cujo título é *Idadismo no Brasil*¹². De acordo com o site do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania¹³, o idadismo ou etarismo¹⁴ refere-se a: “Preconceito em relação à idade é nocivo à sociedade e pode comprometer a saúde e a dignidade”. Inclusive, chama a atenção para a campanha *Junho Violeta*, voltada para conscientização e o enfrentamento de práticas de violência contra pessoas idosas. Esta campanha, que ocorre no mês de junho, visa promover a valorização e o respeito pelos idosos. Busca educar o público em relação aos impactos negativos e discriminativos em detrimento da idade, desafiando estereótipos associados à velhice.

É válido ressaltar que o idadismo utiliza a idade da pessoa para classificá-la e identificá-la de maneira depreciativa e estereotipada¹⁵. No entanto, não se limita necessariamente aos idosos, engloba qualquer forma de discriminação ou estereótipo negativo com base na idade, afetando tanto pessoas jovens quanto mais velhas, dependendo do contexto.

Alguém de 60 anos pode ter experiências, necessidades e perspectivas bem diferentes de uma pessoa de 80 ou 90 anos, ainda que ambas estejam tecnicamente na “terceira idade”.

¹²SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). Idadismo no Brasil: artigos refletem sobre seu avanço e as consequências deste tipo de preconceito. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/idadismo-no-brasil-artigos-refletem-sobre-seu-avanco-e-as-consequencias-deste-tipo-de-preconceito/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

¹³MINISTÉRIO DA DEFESA HUMANA (MDH). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 12 jun. 2024.

¹⁴O termo etarismo pode ser usado como sinônimo de idadismo, mas em alguns contextos é mais específico, referindo-se à hierarquização das faixas etárias, em que certas idades são vistas como mais ou menos “valiosas” ou “capazes” que outra.

¹⁵BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Entenda o que é idadismo e ajude a combater essa prática discriminatória. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/entenda-o-que-e-idadismo-e-ajude-a-combater-essa-pratica-discriminatoria>. Acesso em: 26 out. 2024.

Portanto, discorrer que “velhice deve ser pensada no plural” sugere não ser uma fase homogênea e que não pode ser reduzida a uma única experiência. Esse pensamento reconhece que, dentro do grupo geral dos idosos, existe uma diversidade de maneiras de viver e experienciar o envelhecimento, mesmo entre pessoas de idade semelhante. Fatores como condição física, saúde mental, contexto social, nível socioeconômico, gênero e cultura podem criar realidades de velhice muito distintas para cada indivíduo (Barros, 2006). Esse reconhecimento reforça a importância de não estereotipar a velhice e de considerar suas nuances, entendendo que, assim como em outras fases da vida, o envelhecimento é diversificado e envolve ampla variedade de experiências e vivências. “A velhice é sobretudo uma questão de autoconvencimento.” (Debert, 1999, p. 74).

A identidade da chamada terceira idade envolve comportamentos, crenças e imagens que acabam excluindo outras realidades. Silva (2008) chama atenção pelo uso excessivo dessa expressão, uma vez que ela tende a homogeneizar um grupo socialmente diverso. No contexto da sociedade industrializada e urbanizada, o envelhecimento deve ser analisado em relação às desigualdades sociais, uma vez que muitos idosos vivem à margem e não têm acesso aos elementos que caracterizam a terceira idade. A vivência dessa fase muitas vezes depende da capacidade do indivíduo de se reinventar. (Silva, 2008).

Silva (2008) utiliza-se de outros estudiosos e analisa a relação entre o surgimento da noção entre terceira idade e as classes médias, destacando que essas camadas, mais do que outros grupos sociais, possuem características que aceleram o envelhecimento, como o uso de especialistas e a valorização do individualismo. Tais características fazem com que as classes médias sejam as mais interessadas na invenção da terceira idade. A exemplo, a transição do termo “velho” para “idoso” reflete uma mudança de percepção, sendo o segundo mais respeitoso e distintivo das camadas médias, enquanto o termo “velho” estava associado à decadência física e incapacidade produtiva, especialmente para os pobres (Peixoto, 2006).

A busca incessante por permanecer nos vinte e cinco anos reflete uma sociedade profundamente narcisista, que cultua padrões estéticos centrados no corpo magro e sarado. O medo da velhice surge nesse contexto como uma ameaça aos atributos físicos que são admirados e valorizados socialmente. A velhice, então, é frequentemente associada à perda dessas qualidades, sendo vista como um estágio de declínio em oposição à juventude, que é idealizada e reverenciada. “A velhice é vista como uma ameaça aos atributos admirados e valorizados”. (Antunes. 2010. p. 247-248).

1.3. Gênero, identidade e sexualidade na velhice

Para Guita Debert (1999), há no processo de sociabilização uma questão geracional e nesse sentido, há um processo que estabelece distinções, pois, cada geração guarda em si um suas experiências. Dessa forma, constata a autora, “(...) Discorrer sobre velhos em geral é reproduzir uma série de estereótipos com os quais a velhice é tratada” (Debert, 1999, p.183). Dessa forma, a autora inaugura em nossa interpretação, com base nas entrevistas feitas por ela como trabalho de campo, que o velho pode ser visto de várias formas. Apontar a velhice por novas dimensões tornando-se experiência radicalmente inovadora se comparada a séculos anteriores. Por exemplo, uma viúva feliz por, agora, ter liberdade para fazer e ir aonde ela quiser. Ou o caso de quem se sente mais venturosa sendo idosa do que na juventude, quando o pai não permitia que fosse ao baile ou se sentasse a sós com o namorado no sofá. Portanto, percebemos como a velhice é tratada de formas diferentes, principalmente quando se relaciona ao gênero masculino e feminino. Estabelece dinâmicas distantes em experiências para os velhos, sendo eles homens ou mulheres. “Para as mulheres, o envelhecimento significa uma passagem de um mundo totalmente regado para outro em que se sentem impelidas a criar as próprias regras.” (Debert, 1999. p.184).

A velhice dos homens esteve ligada à identidade profissional. A aposentadoria, traz consigo uma crise de identidade, devido a terem sido sempre os provedores. Já para as mulheres, assumiram papéis tradicionais de cuidadoras. A velhice traz desafios diferentes, como a sobrecarga emocional de preocupar-se em dar atenção à família. As mulheres tendem a manter redes sociais mais fortes e a buscar apoio emocional, enquanto os homens, geralmente, têm círculos sociais mais restritos. Hoje, já não dão a devida consideração aos mais velhos. As exceções são raras, resultantes de uma educação dos filhos rigidamente pautada em modelos tradicionais ou então consequência do interesse econômico da família nos bens dos mais velhos. (Debert, 1999.p.186-87).

A enorme carga de trabalho não remunerado, que envolve atividades essenciais para a gestão, sustentação e reprodução da vida, como a preparação de alimentos, a manutenção da limpeza e o cuidado de pessoas com diferentes graus de autonomia, tem sido, historicamente, atribuída às mulheres dentro do espaço doméstico. Esse trabalho, embora fundamental para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas, recai de maneira desproporcional sobre as mulheres, especialmente as negras, as pobres e aquelas que vivem em zonas rurais ou nas periferias urbanas. A sobrecarga resultante compromete a possibilidade dessas mulheres de exercerem seus direitos em outras esferas, como a educação, a formação profissional e a inserção no

mercado de trabalho, limitando as chances de autonomia econômica e perpetuando a pobreza e a desigualdade social. A organização social dos cuidados no Brasil, além de ser marcada por profundas injustiças e desigualdades, torna-se cada vez mais insustentável, especialmente devido às mudanças nas estruturas familiares e à crescente participação das mulheres na força de trabalho. Nesse contexto, é urgente a transformação dessa organização social, com a promoção de políticas públicas que não só garantam o direito ao cuidado para todos, mas também promovam a corresponsabilização entre Estado, famílias, comunidades, mercado e empresas. A ideia central é aliviar a carga sobre as mulheres, garantindo que a responsabilidade pelo cuidado e pela manutenção da vida seja compartilhada, possibilitando a qualidade de vida e a autonomia das pessoas, especialmente as idosas. (Nota Informativa nº 5/2023 MDS/SNCF, Envelhecimento e o direito ao cuidado do governo federal).¹⁶

Tanto para homens quanto para mulheres, a importância é o projeto de vida, seja no campo da saúde, do amor ou das questões físicas e econômicas. “O tempo é o principal capital e deve ser aproveitado da melhor forma possível.” (Goldenberg, 2021). Mulheres, por sua vez, apresentam mais preocupação com a velhice referente ao aspecto físico, ou seja, da aparência. Salientam que quando eram jovens não tinham tempo para cuidarem de si pelo fato de estarem sempre atribuladas com questões domésticas e familiares, em alguns casos, com a profissão. As idosas hoje, ao se tornarem invisíveis quanto à aparência para os homens, no que tange à sexualidade, já não se importam com as imperfeições do corpo, o exibe sem a vergonha de outrora. Momento de serem elas mesmas.

No entanto, a sociedade costuma “reprimir” a sexualidade entre os idosos, reforçando estereótipos que os caracterizam como “menos homens e mulheres” – no sentido de inferiorização - ou até mesmo como “assexuados”. Essa visão desconsidera a continuidade do prazer e dos afetos na velhice, impactando negativamente a autoestima e o bem-estar dessa população. Além disso, tais representações taxativas limitam a formulação de reconhecimento quanto às necessidades afetivas e sexuais dos idosos. (Debert; Brigadeiro, 2012. p. 40). “A batalha empreendida pela gerontologia contra a ideia de que velhice e a sexualidade não são mutuamente excludentes não é tarefa fácil. Trata-se de uma disputa contra o senso comum”. (Debert; Brigadeiro, 2012. p. 43). Inclusive, os autores destacam que a maioria das produções escritas sobre o tema em questão possuem uma perspectiva predominantemente

¹⁶BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Nota Informativa nº 5: diagnóstico sobre envelhecimento e direito ao cuidado. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-diagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuidado/Nota_Informativa_N_5.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

heteronormativa, ou seja, baseiam-se em pressupostos e referências voltadas para a sexualidade heterossexual. A descrição das questões sexuais e das dinâmicas de relacionamentos ao longo da vida, bem como os argumentos sobre como se vive a sexualidade, são moldados por uma visão centrada na heterossexualidade. Ademais, destaca-se a falta de referência ou menção à homoafetividade, o que evidencia um viés de exclusão dessa experiência sexual. (Debert; Brigadeiro, 2012. p. 41).

A sexualidade na velhice é uma fase que se reinventa, desafiando as concepções tradicionais e heteronormativas sobre o envelhecimento e a intimidade. A sexualidade não desaparece com a velhice, mas assume novas formas de expressão, que são tanto mais abrangentes quanto mais inclusivas do corpo como um todo, não se limitando à área genital, no entanto se expande, sugerindo que qualquer parte do corpo pode se tornar fonte de prazer. Isso reflete um deslocamento significativo nos discursos sobre a sexualidade, que agora reconhece o direito à vida sexual no envelhecimento, destacando formas de amor mais sutis, como o toque, o olhar e a voz. Portanto, implica uma reinterpretação das dinâmicas afetivas, reconhecendo o direito dos idosos à transformação de suas experiências libidinais como uma reinvenção das formas de amor. (Debert; Brigadeiro, 2012. p. 42). “Se já há a ideia de que idosos não fazem sexo, imagina quando se trata de pessoas LGBTQIA+?” Questiona Yuri Alves Fernandes, roteirista e produtor dos vídeos da *websérie* *LGBT+60: Corpos que Resistem* do Canal *Colabora* em entrevista a mim em outubro de 2024.

A frase “os velhos não têm vida sexual” pode ser modificada para “os velhos devem fazer sexo para uma vida plena”, é o que sugerem os autores (Henning; Debert, 2015. p. 15) a fim de que se reflita quanto a mudança na visão da sexualidade na velhice. Tal aspecto propõe que o erotismo seja ligado à qualidade de vida e ao cuidado do corpo, sendo desejável para todos. Além disso, sugere-se a desgenitalização da sexualidade masculina, de modo que os homens passem a explorar prazeres além do sexo penetrativo. Inclusive, segundo Beauvoir, “a fraca atividade (sexual) das mulheres devia-se, provavelmente, ao fato de que seus maridos eram mais idosos que elas.” (Beauvoir, 1990. p. 710),

Pesquisas com mulheres da terceira idade revelam que muitas consideram a velhice a melhor fase de suas vidas, pois a libertou das obrigações sexuais. Elas celebram as mudanças sociais que permitiram maior liberdade em relação ao passado, como não precisar mais se vestir de preto ou ficar esperando visitas quando viúvas. Participam de programas para a terceira idade, ampliando suas redes sociais e explorando novos estilos de vida, embora o tema sexual ainda seja difícil de abordar. O sexo, para elas, é visto muitas vezes como uma obrigação incômoda. Já em associações de aposentados, predominantemente masculinas, o combate ao

preconceito sobre a velhice é centrado na manutenção da lucidez e na crítica social, incluindo a maneira como a mídia retrata a vida dos idosos. (Henning;Debert, 2015. p. 19).

Envelhecimento e sexualidade, em geral, assim como a orientação sexual são vistos de forma essencialista, simplificando as identidades a uma oposição entre homossexuais e heterossexuais. Nas últimas décadas, as reflexões que tangenciam gênero e envelhecimento têm sido influenciadas por uma tendência de tratar a condição feminina e a velhice como universais, em vez de reconhecer suas múltiplas dimensões. Alguns estudiosos argumentam, conforme mostram (Henning; Debert, 2015) que as mulheres enfrentam uma espécie de dupla vulnerabilidade na velhice, por serem discriminadas tanto pelo gênero quanto por idade, o que inclui a desvalorização, a solidão e o subemprego. Outros, no entanto, veem a velhice feminina de forma mais positiva, apontando que a mulher enfrentaria menos rupturas em relação ao trabalho, que seus vínculos familiares seriam mais fortes e que ela teria mais facilidade para lidar com as mudanças físicas da idade devido às experiências anteriores com transformações corporais.

A “Bela velhice”, por sua vez, é um termo trazido por Goldenberg (2021. p. 13), baseado na obra de Simone de Beauvoir que expressa que o aspecto feminino é estar em dia com a saúde, além de ter encontros com as amigas para conversarem e darem risadas. Para os homens, de acordo com pesquisas realizadas pela antropóloga Mirian Goldenberg, eles não apresentam arrependimento em terem descoberto o prazer da liberdade tardiamente. Como se já fossem livres desde sempre, muito mais que as mulheres. O universo masculino parece estar mais voltado para assuntos e interesses profissionais, em alguns casos, preferem o conforto do lar quando aposentados, enquanto elas querem viajar e aproveitar a vida. Os homens falam em ganhar dinheiro para sustentar a casa, enquanto as mulheres reclamam que sempre estiveram ocupadas cuidando dos outros, filhos, maridos e netos e não delas mesmas (Goldenberg, 2021).

O termo “velho alforria”¹⁷ pode se referir a importância da liberdade e da autonomia na fase da velhice. Isso envolve permitir que os idosos mantenham a independência e tomem decisões em relação às próprias vidas, respeitando suas próprias experiências e sabedoria. “É uma verdadeira libertação das prisões sociais e familiares.” (Goldenberg, 2021). Podemos dizer que existe uma ambiguidade aí, uma vez que a velhice pode tanto ser vista como momento de doença, fragilidade, perdas, medos e solidão quanto ser enxergada pelo ângulo da felicidade e da liberdade. Por exemplo: “... a questão da libertação na velhice é exclusivamente feminina.” (Goldenberg, 2021. p. 112). Para pessoas idosas transexuais, essa ambiguidade pode se

¹⁷Idem acima *Idem ibidem*

intensificar, pois, além dos desafios comuns ao envelhecimento, ainda enfrentam o estigma associado à sua identidade de gênero.

Atualmente, os homens e mulheres que estão acima dos 60 anos fazem parte de uma geração que revolucionou o comportamento no século passado. Já entre os anos de 1960 e 1970 muitos foram os que romperam correntes e quebraram estigmas relacionados ao casamento, trabalho, romance e sexo. Ageless, ou os “sem idade” (Goldenberg, 2021. p. 14) é a geração que agora envelhecida, não se aposentou de si mesma. O que isso significa? Que preconiza a descendência de uma geração inspirada em não ter rótulos, que se reinventa dentro das várias formas do envelhecer. Pessoas que hoje se envolvem com projetos de dança, canto, vão ao cinema, viajam, fazem pilates, estudam, realizam as tarefas domésticas e moram sozinhas, mas que também brincam com os netos. Assim, inauguram uma nova forma de ser velho, “talvez a mais importante do século XXI.” (Goldenberg, 2021. p. 14). De acordo com Debert (1999, p. 93), é possível estabelecer categorias diferenciadas e mais significativas dentro do grupo de idosos: jovens idosos (na faixa etária de 65 a 75 anos), idosos-idosos (acima de 75 anos) e idosos mais velhos (com mais de 85 anos).

Yuri Fernandes apontou que um dos temores mais recorrentes entre os entrevistados da *websérie* é o de “voltar para o armário” na velhice, seja por pressões sociais ou possibilidade de não terem sua identidade de gênero respeitada após a morte. A expressão remete à necessidade de suprimir novamente aspectos identitários — como a orientação sexual ou o gênero — em função do medo da rejeição, da discriminação ou de possíveis violências. Entre as dificuldades enfrentadas por pessoas transexuais idosas, a solidão destaca-se como uma das mais recorrentes. Em muitos casos, o isolamento é agravado pela necessidade de esconder quem se é. O “armário”, nesse contexto, ganha contornos simbólicos: representa um lugar de apagamento identitário, onde o medo de julgamentos, estigmas e agressões obriga o indivíduo a negar sua trajetória. Em contraste, o ato de “sair do armário” simboliza o rompimento com esse silenciamento, permitindo a afirmação pública e sem temor da identidade de gênero ou da orientação sexual.

Esse temor é particularmente relevante em um contexto de envelhecimento, onde a vulnerabilidade social e o receio de sofrer marginalização, mesmo em ambientes supostamente acolhedores, tornam-se mais intensos. “Muita gente teme que nem o gênero que escolheram seja respeitado”, diz Yuri. Ele também menciona o tabu em torno da sexualidade na velhice: “Se já há a ideia de que idosos não fazem sexo, imagina quando se trata de pessoas LGBTQIA+?”.

Segundo Murilo Peixoto da Mota (2012), o envelhecimento de homens homossexuais da classe média carioca é atravessado por múltiplas camadas de estigmatização, relacionadas não apenas à idade, mas também à sexualidade e ao corpo. Para ele, o envelhecer é um processo simbólico, no qual o corpo se torna um campo de visibilidade e julgamento social, refletindo normas excludentes que associam juventude à valorização e velhice à marginalização. A homossexualidade, por fugir à masculinidade normativa, intensifica essas exclusões e coloca esses sujeitos diante da necessidade de reafirmação constante de sua identidade, em uma sociedade que historicamente os silencia e desvaloriza. Trata-se, portanto, de uma análise que articula gênero, sexualidade, corpo e velhice dentro de um contexto sociocultural que naturaliza desigualdades.

Estudos sobre a sexualidade na velhice indicam que se trata de um processo natural, envolvendo aspectos fisiológicos e emocionais que se manifestam ao longo do envelhecimento. A sexualidade contribui para a qualidade de vida, promovendo prazer, bem-estar, autoestima e relações íntimas. Mesmo que a sociedade tenha uma visão negativa sobre as práticas sexuais na terceira idade, essas vivências têm efeitos potencializadores e são relevantes para os idosos. As representações sociais da sexualidade refletem sua complexidade, que vai além da reprodução e abrange o prazer e a intimidade, conforme a teoria de Freud a respeito do assunto. (Vieira;Coutinho;Saraiva, 2016. p. 197-198).

As autoras (2016) defendem a ideia de que os idosos devem sentir-se à vontade para expressar suas emoções e discutir questões sobre sexualidade sem constrangimentos. Os profissionais de saúde, por sua vez, devem abordar o tema de forma objetiva, sem preconceitos. Adicionalmente, observa-se que, apesar das limitações físicas que surgem com o envelhecimento, os idosos continuam a ter desejos e necessidades sexuais semelhantes aos de sua juventude, adaptando-se às mudanças e encontrando novas formas de viver, conforme evidenciado por outros pesquisadores. (Vieira;Coutinho;Saraiva, 2016. p .204).

A sexualidade, vivida com intensidade na juventude, pode ser igualmente expressa na velhice, pois, conforme outros pesquisadores citados pelas autoras, ela vai além do sexo, sendo uma função psicossocial essencial. Embora se manifeste de formas distintas em diferentes fases da vida, a sexualidade é vitalícia, com o desejo sexual e a busca por intimidade e afetividade permanecendo ao longo do tempo. A sexualidade na velhice ainda é uma área de estudo pouco explorada. Salientam que sejam necessárias pesquisas que abordem outros aspectos em torno das vivências sexuais na velhice, por serem essenciais para o entendimento dos sentimentos e emoções que influenciam os comportamentos dos idosos. (Vieira;Coutinho;Saraiva, 2016. p .206).

Os ideais estéticos de beleza e bem-estar, embora caros, também promovem uma aceitação maior das diferenças na velhice. A perda de atratividade física gera crises existenciais, com a rejeição social associada à velhice e à sexualidade. Isso resulta em isolamento voluntário como uma forma de proteção, afastando-se do mundo externo que os marginaliza, pois o corpo envelhecido perde seu valor nas interações sociais e sexuais. (Mota, 2012. p. 141)

A sexualidade na velhice pode ser entendida a partir da perspectiva de que, assim como em qualquer faixa etária, qualquer indivíduo, sobretudo para fins dessa dissertação, os transexuais possuem desejos, necessidades e a busca por intimidade e afetividade. Portanto, ao se abordar a sexualidade na velhice é fundamental incluir como uma dimensão importante, considerando temáticas que envolvem o desejo, o prazer e a intimidade.

1.4. Velhice e consumo: o novo mercado da terceira idade

No campo das pesquisas relativas aos mercados consumidores, amplia-se a faixa etária do universo examinado por ela que ganha cada vez mais espaço nos anúncios publicitários, já é possível notar que há estudos da população mais velha como consumidora. Em matérias de revistas, por exemplo, um novo ator é tratado, o idoso, que, agora, faz parte do mercado de consumo em que a promessa da eterna juventude pode ser possível. Dessa forma, opções de lazer, recreação, vestuário, mudanças no corpo são oferecidas e mais acessíveis. (Debert, 1999, p. 214). Nos anúncios publicitários é comum observar a presença de pessoas mais velhas como protagonistas, assim como nas novelas de televisão, em que, historicamente, a narrativa era centrada em personagens jovens. Atualmente, os indivíduos de maior idade, tanto homens quanto mulheres, ocupam papéis relevantes, não apenas para representar poder e riqueza, mas também para protagonizar relações amorosas, inclusive com pessoas jovens. No entanto, a visibilidade dos idosos transexuais nesse contexto ainda é limitada. Mesmo nas representações mais inclusivas, a transexualidade na velhice raramente é abordada, o que contribui para a invisibilidade dessa população.

Além disso, a representação de sentimentos como abandono e solidão entre os idosos nas produções televisivas tem se transformado e ressignificado, com personagens sendo retratados de maneira mais ativa, desafiando as identidades e estereótipos anteriormente estabelecidos na dramaturgia.

Idoso simboliza sobretudo as pessoas mais velhas, “os velhos respeitados”, enquanto *terceira idade* designa principalmente os “jovens velhos”, os aposentados dinâmicos [...]. E não é por acaso que surge um novo mercado para a terceira idade: produtos de beleza e alimentares, bem como novas especialidades profissionais, gerontólogos,

geriatrias etc. A terceira idade passa assim a ser expressão classificatória da categoria social bastante heterogênea. (Peixoto, 2006. p. 80).

Não é mais possível se referir à velhice no singular, como já foi citado nesta dissertação. Há distintos caminhos para o envelhecer bem, por isso “velhices”, já que se refere à ideia da experiência de envelhecer não ser homogênea. Sendo fortemente influenciada por variáveis como nível de renda, sexo, raça/cor, etnia, território, entre outros. Pode alterar amplamente entre diferentes indivíduos e grupos. Falar no plural ajuda a reconhecer e valorizar essa diversidade, permitindo um entendimento mais amplo das necessidades e experiências dos idosos. “Negar o modelo estabelecido para que todos envelheçam da mesma forma, inaugura outra forma de envelhecer.” (Antunes, 2010. p. 250).

A “indústria do envelhecimento”, termo utilizado por Thomas Cole, refere-se à crescente atenção dos agentes de marketing para o potencial dos mercados de meia-idade e idade avançada. Até então, esse grupo não era considerado atrativo para o consumo devido à sua percepção de falta de recursos financeiros. A situação muda com a emergência das primeiras gerações de aposentados da classe média, cujos recursos financeiros começam a ser reconhecidos pelos estrategistas de marketing. O grupo acima dos cinquenta anos passa a ser visto como uma população com poder aquisitivo significativo e inexplorado, não vinculada a hábitos de consumo específicos, o que desperta o interesse das indústrias. (Silva, 2008. p. 165).

Para tanto, Mirian Goldenberg (2021) retoma uma reflexão já proposta por Zygmunt Bauman em *A arte da Vida* (2009), que diz existir um dilema entre homens e mulheres na fase da velhice. Há um hiato entre a fórmula mágica no equilíbrio, segurança e liberdade. Um estaria ligado ao financeiro e estabilidade econômica, o outro atrelado ao aspecto da liberdade para seguir as próprias escolhas. Houve no passado aqueles que apostaram no caminho da segurança, conquistando assim o emprego dos sonhos. Colhem agora na velhice o fruto de não terem tido filhos e netos. Outros estiveram quando jovens ocupados com a realização do casamento tão esperado e não se profissionalizaram. Eis o dilema. A velhice só é singular na consequência de ser inventada por cada um. A trajetória de cada pessoa é recorrente às próprias escolhas. “Tratar da velhice é ainda estabelecer diferenças entre o passado e o presente apontando novas dimensões que fariam do envelhecimento uma experiência radicalmente nova quando comparada à velhice de antigamente”. (Debert, 1999, p. 184.).

Igualmente, há, também, filhos e netos que pouco se importam com as histórias vividas pelos avós. Com os olhos fixados em seus *smartphones*, sem tempo e disponibilidade para ouvir ou aprender com os mais velhos. “Morreremos, mas jamais envelheceremos.” (Debert, 1999, p, 77).

Vejamos em:

Da mesma forma, opor a velhice do passado a do presente é traçar um quadro melancólico e nostálgico que encena o que no debate gerontológico é caracterizado com uma ‘idade de ouro da velhice’ em que pais e avós eram as figuras mais respeitadas na família e na sociedade e a velhice uma etapa de Felicidade e prestígio. Hoje, todos concordam já não é possível envelhecer como antigamente, as famílias já não dão a devida consideração aos mais velhos as exceções são raras resultantes de uma educação dos filhos rigidamente pautada em modelos tradicionais ou então consequência do interesse econômico da família nos bens dos mais velhos. (Debert, 1999, p. 186 e 187).

A velhice feminina, por sua vez, é frequentemente vista como mais suave em comparação à masculina, pois as mulheres não experimentam a mesma ruptura abrupta relacionada ao trabalho que os homens enfrentam ao se aposentarem. Além disso, os vínculos afetivos entre mães, filhos e netos são geralmente considerados mais intensos, com os filhos sendo dispostos a cuidar da mãe idosa do que do pai. (Debert, 1999, p. 140). Alguns autores argumentam, segundo Debert, que, para muitas mulheres, a velhice é vista como uma fase de responsabilidade no cuidado dos filhos e netos; e, com o avançar da idade, torna-se frequentemente marcada por eventos de perdas, como o abandono pelos filhos já adultos e a viuvez. (Debert, 1999, p. 140).

Este contexto nos conduz à reflexão em relação às questões de gênero e envelhecimento que são abordadas de maneiras distintas para homens e mulheres em nossa sociedade. Para além disso, surge o questionamento a respeito da experiência de envelhecimento de idosos transexuais é compreendida e tratada nas discussões contemporâneas, dado o impacto das dinâmicas de gênero nas fases de envelhecimento.

O período da velhice, antes compreendido predominantemente como sinônimo de decadência física, invalidez e isolamento social, tem sido ressignificado em decorrência de transformações sociais, culturais e demográficas. Em vez de ser visto como um tempo de recolhimento e solidão, esse estágio da vida passou a ser associado à possibilidade de lazer, realização de desejos antes não concretizados, reinvenção de hábitos e cultivo de novas formas de sociabilidade e afetividade, inclusive fora dos padrões familiares tradicionais. “À criação de novos hábitos, *hobbies* e habilidades”. Essa mudança reflete uma valorização crescente da autonomia e da subjetividade na velhice, rompendo com estigmas e ampliando o repertório de experiências possíveis nesse ciclo da vida. (Silva, 2008, p. 161).

Joel Birman (2006, p. 1269) analisa como o envelhecimento foi retirado do campo do silêncio e inscrito no campo do discurso, conforme propõe Michel Foucault (1994, *apud* Birman, 2006), tornando-se uma problemática social, científica e ética. Esse deslocamento discursivo se articula com transformações políticas impulsionadas pelo Estado, sobretudo por

meio de mudanças nos sistemas de seguridade social e de pensões, que possibilitaram uma inserção social mais digna para os idosos. A partir disso, o envelhecimento passou a ser objeto de indagações da biologia e da medicina, consolidando a gerontologia como campo especializado de saber e intervenção. Nesse novo contexto, a figura do idoso foi ressignificada, antes a presença silenciosa e marginal no âmbito familiar, passou a ocupar espaço nos museus, teatros e demais ambientes culturais, assumindo um papel social ativo na contemporaneidade.

1.5. Violência, gênero e marginalizações

Como será na velhice? É a indagação feita hoje aos jovens que optam por não terem descendentes. Por que não adota uma criança? Quem vai cuidar de você no futuro? Carregamos o estigma social do velho sozinho como abandonado ou fracassado. “Filhos são vistos como possível proteção contra a velhice solitária e infeliz, uma espécie de seguro contra a velhice desamparada” (Goldenberg, 2021, p. 86). No entanto, é entendido que ter filhos é uma ilusão de garantia de boa velhice. A violência contra o idoso, em muitos casos, acontece dentro das próprias casas, por aqueles que em teoria deveriam cuidar e proteger.

Referencio-me aos maus tratos físicos, mas também ao psicológico, tais como insultos, xingamentos, utilização indevida de recursos financeiros, negligência, ameaças, manipulações, entre outros. Estes, causam uma ruptura profunda na confiança que o indivíduo desenvolve, especialmente quando essa confiança é construída ao longo da vida por meio de relações afetivas e do reconhecimento do próprio corpo. O impacto dessa violência vai além do sofrimento imediato, resultando na perda de segurança em relação a si e ao mundo ao seu redor. Essa quebra da confiança se estende às interações com outros indivíduos, afetando a capacidade de engajamento no convívio social. Além disso, o desrespeito físico gera uma vergonha social, uma marca de desvalorização que enfraquece a relação do sujeito com seu corpo, o qual foi inicialmente moldado e integrado por meio de experiências de afeto e cuidado. Esse tipo de agressão, ao desestruturar a base de confiança adquirida na socialização, compromete a capacidade do indivíduo de se reconhecer e de se afirmar em sua autonomia, gerando efeitos psicológicos que reverberam de forma duradoura, comprometendo sua percepção de si mesmo. (Honnet, 2009. p. 216)

No âmbito da violência contra os idosos, podemos dizer que, muitas vezes, está relacionada à recusa, tanto consciente quanto instintiva, dos longevos em aceitar o lugar social e vital que as gerações mais jovens impõem a eles. A violência é frequentemente associada à dependência, ao abandono de bens materiais (como aposentadoria, pensões e bens) ou até

mesmo ao isolamento social, como se os idosos deveriam se retirar para não “interferir” nas dinâmicas familiares e sociais. Os mais jovens, quase sempre, percebem os idosos como incômodos, que ocupam fisicamente os espaços da casa e das relações, demandando cuidados e tornando-se pesados para os familiares. Essa dinâmica de recusa à marginalização social por parte dos idosos e a imposição de um papel passivo pela sociedade jovem são aspectos fundamentais que alimentam e justificam a violência contra esse grupo (Motta, 2011).

Evidentemente, são os casos mais gritantes, os que vão parar nas delegacias de polícia e nos jornais diários, no trânsito para soluções ou resoluções mais imediatas e radicais, os que constituem a camada mais sensível da “ponta do iceberg”. Porque os mais “comuns”, os que aparentemente “podem esperar” a tramitação na delegacia especializada de atendimento ao idoso são muito mais numerosos – apesar de sabidamente subnotificados. (Motta, 2011, p. 244).

Nesse sentido, a violência contra idosos tende a ser ocultada, pois as famílias não querem que esse problema seja exposto, já que a concepção de família está associada à proteção e ao cuidado. No Brasil, embora algumas vozes individuais se destacam como as de Debert (1999), a abordagem sobre esse fenômeno ainda é limitada. A gerontologia, embora trate dessa questão de maneira mais sistemática, tem suas origens na medicina e no serviço social, e apresenta uma escassa profundidade teórica ao abordar o contexto social em que as relações violentas se estabelecem (Motta, 2011, p. 235).

Portanto, podemos dizer que a violência contra os idosos carece de uma abordagem teórica mais forte e integrada, que considere as especificidades geracionais, o gênero e as dinâmicas familiares e sociais mais amplas, além de um comprometimento maior com políticas públicas eficazes.

Sob o quesito violência,

(...) o feminismo não costuma notar as mulheres idosas (...). Não se detém diante delas, para alcançar a percepção de que também são alvos privilegiados de violência, de diferentes, repetidas e convergentes formas de violência, e que seus agressores – como vêm demonstrando as pesquisas mais recentes (Faleiros, 2007, 2009; Menezes, 1999; Minayo, 2003) e as próprias estatísticas de delegacias do idoso – são primordialmente os filhos e as filhas, às vezes os netos. Portanto, pessoas de gerações mais jovens. Sobretudo homens, mas mulheres também. (Motta, 2011, p. 238 e 239).

A outra face do envelhecimento é a violência contra as mulheres idosas, que não pode ser entendida apenas pelas lentes de gênero, mas deve ser contextualizada nas dinâmicas de poder e conflito que surgem nas relações intergeracionais, que envolvem questões de cuidado, autoridade e dependência entre as diferentes gerações.

A luta contra a violência tem ganhado reconhecimento social e o apoio de políticas públicas, especialmente aquelas propostas pelo movimento feminista, que estão centradas nas

mulheres vítimas em idade jovem. No entanto, a violência contra as mulheres não se restringe apenas ao período reprodutivo. Ela persiste e assume novas formas à medida que as mulheres envelhecem. (Motta, 2011, p. 236).

Dias (2005), aponta que a violência contra idosos é um problema público e não pode mais ser tratado como apenas uma questão pessoal, pois engloba o componente violência doméstica. Entre os agressores é possível apontar os filhos adultos, os cônjuges e outros membros da família, com base em pesquisas realizadas em países europeus e norte-americanos, (todavia, sabe-se que no Brasil a realidade não é diferente). O idoso maltratado de forma psicológica, geralmente sente medo e apatia. Este tipo de abuso conduz a um impacto significativo da dignidade e da autoestima do indivíduo. “O abuso material consiste na exploração econômica ou imprópria do idoso e no uso ilegal dos seus fundos e recursos” (Dias, 2005. p. 263).

No contexto da velhice transexual, tema central desta pesquisa, permanece como assunto marginalizado, ainda que os desafios enfrentados por essa população sejam agravados por uma intersecção de fatores como transfobia, precarização econômica, violência e solidão social. O processo de envelhecimento, que em si já impõe desafios estruturais e simbólicos, pode ser ainda mais cruel para pessoas trans, pois geralmente essas pessoas possuem histórias marcadas pela negação de direitos básicos e pela vulnerabilidade em geral. (Barros, R. S., Silva, M. F. C., & Batista, R. C. A. 2025, p. 13996).

Para compreender essa questão, a análise da música "*Geni e o Zepelim*" (1979), de Chico Buarque, oferece um paralelo interessante a respeito dos mecanismos de exclusão social, violência e o descarte simbólico de corpos que não se enquadram nas normatividades cis-heteronormativas.

Na canção, Geni é uma personagem socialmente rejeitada e estigmatizada, mas cujo valor é reconhecido apenas em uma situação extrema, quando sua existência pode servir a interesses coletivos. No entanto, mesmo após ser momentaneamente enaltecida, a prostituta volta a ser alvo de desprezo e violência. O cerne que rege essa dinâmica é o mesmo que pode afetar a velhice transexual, muitas vezes marcada por uma juventude de marginalização e uma velhice de abandono e agressões constantes. Muitas pessoas trans, devido à falta de inserção formal no mercado de trabalho e ao afastamento familiar, podem estar em situação de vulnerabilidade econômica extrema quando envelhecem, sem acesso a sistemas de previdência e com dificuldades na utilização de políticas públicas adequadas.

Além da marginalização econômica, a violência física e psicológica é uma realidade constante para pessoas transexuais idosas, que podem ser vítimas de agressões, discriminação

e negligência em espaços públicos e institucionais. Essa violência perpetua a precariedade e reforça a condição de invisibilidade dessas pessoas na sociedade. O que explica o fato de no Brasil, a maioria dos transexuais não conseguirem ultrapassar os 35 anos de idade, conforme mostram dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no Dossiê – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2023¹⁸. A história de Geni ecoa na experiência de muitas pessoas transexuais, que geralmente trabalham nas ruas para se sustentar, passam suas vidas lutando por reconhecimento e dignidade, mas são descartadas pela sociedade quando deixam de cumprir papéis socialmente atribuídos. “A velhice, mesmo sendo um processo natural da vida, continua por ser negado por essa parcela da população que apesar de ter ganhado notório espaço e reconhecimento nos dias atuais ainda se vê lutando por direitos inerentes à pessoa humana”. (Barros, R. S., Silva, M. F. C., & Batista, R. C. A. 2025, p. 13996).

Conforme o *Protocolo para o Atendimento de Pessoas Transexuais e Travestis no Município de São Paulo* (julho/2020)¹⁹, o cuidado em saúde deve considerar as intersecções que atravessam os corpos dessas populações, como gênero, raça/cor, classe e território, reconhecendo que esses marcadores estruturam desigualdades no acesso e na qualidade do cuidado. Nesse sentido, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), ao instituir a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), e sua articulação com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, revela a importância de políticas públicas que reconheçam e enfrentem as vulnerabilidades específicas vividas por pessoas negras LGBTI+, especialmente travestis e transexuais negras, frequentemente invisibilizadas nas ações universais do Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados epidemiológicos indicam que a violência homofóbica e transfóbica recai de forma desproporcional sobre essa população — em 2019, 82% das pessoas trans assassinadas eram negras —, reforçando a urgência da adoção de diretrizes como as estabelecidas pela Portaria 2.283/2016-SMS.G, que orientam a inclusão de recortes de raça/cor e gênero nas linhas de cuidado da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, promovendo a equidade como princípio estruturante da atenção integral à saúde.

¹⁸Disponível em antrabrasil.org Acesso: 03 mar. 2025.

¹⁹ Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo – Disponível em: SÃO PAULO (Município). *Protocolo para o Atendimento de Pessoas Transexuais e Travestis no Município de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, jul. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/Protocolo_Saude_de_Transexuais_e_Travestis_SMS_. Acesso: 2 maio 2025.

A disseminação de discursos racistas, por exemplo, afirma a superioridade de comunidades étnicas contribui para uma mentalidade que justifica a violência e a opressão contra aqueles considerados inferiores, conforme lemos em:

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE. 2016. p. 128)

Portanto, racismo e a necropolítica estão interligados por meio do exercício de poder que visa não apenas controlar a vida das pessoas, mas também determinar quem merece viver e morrer com base em características raciais. Essa interseção cria e amplia condições de desigualdade, violência e injustiça que afetam a todos.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, por meio a plataforma *Meet*, em 14 de janeiro de 2025, Luma Sábio, conhecida artisticamente como Luma Montenegro, mulher transexual 50+ relatou-me que iniciou sua trajetória profissional atuando em diversão noturna, uma das poucas opções disponíveis para mulheres trans e travestis em sua juventude. Relatou que começou a trabalhar na noite ainda jovem, entre os 18 e 19 anos, pois essa era a única forma de garantir seu sustento naquele momento. Diante da pressão familiar, viu-se diante de uma escolha: ou se adaptava às expectativas impostas ou buscava autonomia. As possibilidades profissionais disponíveis eram restritas, concentrando-se em áreas como cabeleireira, maquiadora ou trabalhos noturnos.

Assim, a crítica presente na música de Chico Buarque permanece atual ao evidenciar como certos corpos são tolerados apenas quando podem ser explorados, e rapidamente descartados quando deixam de ser considerados úteis, principalmente pelo decorrer da idade. Refletir sobre a velhice transexual nos possibilita questionar os sistemas de exclusão, violência e abandono que permeiam as vidas trans, sejam elas idosas ou não, enfatizando a necessidade urgente de que a sociedade, destacando a urgência de que a sociedade, não apenas a brasileira, mas globalmente, cesse de “atirar pedras”, já que ninguém é feito para apanhar nem é bom para ser cuspidor.

A metáfora envolvendo Geni e a luta dos idosos pode ser entendida como uma representação da alienação, exploração e invisibilidade enfrentadas por aqueles que são considerados fora dos padrões da sociedade. Utilizando a temática do Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa, que é comemorado em 1º de outubro, pode ser vista através da reflexão quanto à marginalização e estigmatização, especialmente no contexto de idosos

transexuais. É uma data de grande importância para a conscientização sobre os direitos e a dignidade das pessoas idosas, além de ressaltar a necessidade de um envelhecimento saudável e respeitoso. Instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990²⁰, essa data busca promover uma reflexão global quanto às condições de vida das pessoas idosas, suas necessidades e as políticas públicas necessárias para garantir uma vida com qualidade e dignidade na terceira idade.

Na prática, o Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa é uma data importante para levantar questões que abordam direitos e o bem-estar dos idosos, mas, infelizmente, ainda não serve de maneira eficaz para todos os idosos de forma igual. Embora a data ajude a sensibilizar a sociedade e a promover reflexões sobre os desafios do envelhecimento, muitas vezes ela não resulta em mudanças substanciais nas condições de vida da totalidade das pessoas com idade avançada, especialmente para grupos transexuais, quicá idosos negros e indígenas, estes marcados pela necessidade de reconhecimento de suas especificidades, enfrentam desafios adicionais ao envelhecer, devido à interseção de etnia e pela classe social.

Entendemos que é fundamental garantir a inclusão do idoso na sociedade, assegurando o acesso à saúde, renda, segurança e dignidade. No entanto, é necessário destacar que as políticas públicas voltadas para essa população precisam ser abordadas de forma plural. Isso porque, embora a categoria engloba diferentes faixas etárias, ela abrange um grupo heterogêneo, conforme já mencionado algumas vezes, além de que estes possuem trajetórias de vida distintas, que refletem as múltiplas realidades sociais e econômicas do país, no qual surgem novas e antigas demandas por políticas públicas. (Bitencourt:Dalto, 2021).

²⁰BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Nota Informativa nº 5: diagnóstico sobre envelhecimento e direito ao cuidado. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-diagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuidado/Nota_Informativa_N_5.pdf. Acesso: 4 mar. 2025.

CAPÍTULO II – VELHICE E GÊNERO: QUESTÕES SOCIAIS E A BUSCA PELO RECONHECIMENTO

Aprender a sobreviver aos dias foi como aceitar morrer devagar, violentamente devagar, à revelia de tudo quanto me parecia menos cruel.

(Valter Hugo Mãe, 2011, p.21)

2.1. O Envelhecimento e a Busca por Significado

A epígrafe utilizada para abrir este capítulo, quando relacionada ao envelhecimento, reflete a experiência de idosos que, ao enfrentarem limitações físicas, perdas afetivas e transformações em suas relações sociais, são obrigados a se adaptar e seguir em frente, apesar das adversidades. As palavras de Valter Hugo Mãe ressoam em minha mente sempre que penso acerca do envelhecimento – uma vivência que parece ser marcada por uma perda inevitável de significado e presença no mundo. A velhice, muitas vezes, nos confronta com a sensação de uma vida que se despede lentamente, deixando para trás os vestígios de um corpo que já não responde da mesma maneira e uma mente que luta para manter sua integridade. Mãe (2011), dedicou sua obra a seu pai, “que não viveu a terceira idade.”

O processo de envelhecer pode ser doloroso e desolador, principalmente em uma sociedade que ainda privilegia a juventude e a aparência física, tornando a transição para a velhice algo quase invisível. No entanto, o que muitos não veem é que, por trás dessa aparente “morte lenta”, há um campo fértil para novas formas de reconhecimento e reinvenção. Não é a morte física que o corpo experimenta, mas a simbólica – um esquecimento social que se agrava com o tempo, mas que também traz consigo uma oportunidade de encontrar novas formas de se afirmar e se reconstruir.

Neste capítulo, nos deparamos com a tensão entre o envelhecimento e a busca por reconhecimento, uma luta que atravessa questões de gênero e identidade. O envelhecimento não é vivido da mesma forma por todos, e a maneira como ele é percebido varia profundamente conforme as experiências de cada um. Quando cruzamos as fronteiras de gênero, essas questões se tornam ainda mais complexas e urgentes. O que, então, significa envelhecer com dignidade, especialmente quando o mundo não está preparado para nos ver envelhecer? Como encontrar visibilidade e sentido quando o tempo parece escorrer entre os dedos?

Diversos grupos minoritários que lutam, pelo mundo, de forma contínua por seus direitos, buscam maior igualdade perante a sociedade. Embora essa luta seja desafiadora,

muitos desses grupos têm conquistado espaços significativos nos âmbitos social e político, embora ainda existam segmentos que necessitam de mais apoio na busca por dignidade. Um desses é composto por pessoas transexuais, aquelas que não se identificam com o sexo atribuído ao nascimento. “Para resolver esse dilema e alcançar maior satisfação com sua identidade, muitos recorrem a procedimentos como terapias hormonais e cirurgias de redesignação sexual.” (Barros, & Batista, 2025, p. 13993). Já a fragilidade na velhice atinge a todos, sem distinção de gênero.

Nesse sentido, nosso olhar se volta para o envelhecimento da população transexual por entendermos que a luta por reconhecimento teve suas raízes na filosofia e na teoria social. Ganhou projeção no século XX com os movimentos sociais que reivindicavam reconhecimento de identidades marginalizadas, que buscavam não apenas reconhecimento, mas também igualdade. A vertente teórica conhecida como “teoria crítica” — da qual faz parte a teoria do reconhecimento de Axel Honneth — busca compreender as situações sociais marcadas por desigualdade, opressão, injustiça e desrespeito, com o objetivo não apenas de diagnosticar esses fenômenos em contextos históricos específicos, mas também de identificar possibilidades concretas de superação prática dos problemas apontados. (Melo, 2014, p. 20). Melo (2014) informa que o filósofo Jürgen Habermas foi o orientador de Honnet, fazendo parte da segunda geração da Teoria Crítica, porém, para fins desta pesquisa, não utilizaremos o pensamento habermasiano.

Diante de um contexto histórico e político de transformações profundas, o fim da Guerra Fria, marcado pela queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética em 1991, trouxe uma nova Era de democratização e liberalização política em muitas partes do mundo. Esse processo abriu espaço para novas reivindicações de direitos e reconhecimento, incluindo demandas de minorias étnicas, religiosas e de gênero.

A globalização se intensificou após o fim da Guerra Fria, facilitando o intercâmbio cultural e a mobilidade de pessoas. Esse fenômeno trouxe à tona questões de identidade e reconhecimento em uma escala global, permitindo que grupos minoritários se organizassem e buscassem aceitação em diferentes contextos culturais e políticos. Portanto, o fim da Guerra Fria criou um ambiente propício para que diversas lutas por reconhecimento emergissem e ganhassem força. Grupos que anteriormente não tinham voz começaram a reivindicar reconhecimento e direitos, por exemplo as comunidades atualmente conhecidas pela sigla LGBTQIA+, foco desta pesquisa, sobretudo os transexuais. Para esta finalidade buscaremos entender como essas transformações influenciaram a luta por importância e espaço a partir da teoria do reconhecimento. Haja vista que não se pode pensar na experiência de envelhecimento

de modo homogêneo, como conforme já citado no Capítulo I desta dissertação. Geralmente se refere à ideia de que o envelhecer é visto por um processo uniforme e semelhante para todos, sem considerar as variações individuais e as diferentes experiências que as pessoas podem ter.

Em outras palavras, é a suposição de que todos envelhecem de maneira similar, independentemente de fatores como identidade de gênero, histórico-cultural, condições econômicas, saúde, entre outros aspectos. (Debert, 1999). Na visão de Beauvoir, “O velho, enquanto categoria social, nunca interveio no percurso do mundo.” (Beauvoir, 1990. p. 110).

Por sua vez, a vida dos transexuais no Brasil é extremamente complexa e difícil de ser compreendida por aqueles que não vivenciam os desafios cotidianos enfrentados por grande parte dessa população. Entre os vários fatores que contribuem para a baixa qualidade de vida dos transexuais, destaca-se a falta de empregabilidade formal e digna, o que frequentemente os leva a recorrer a alternativas de renda precárias, sendo a prostituição a mais comum. (Barros, R. S., Silva, M. F. C., & Batista, R. C. A. 2025, p. 13993).

É importante salientar esse contexto geral de vida em que os transexuais estão inseridos para que possamos entender como aqueles que estão numa idade mais avançada vivem no Brasil, sendo de antemão, perceptível que com uma base muito frágil durante a juventude, a qualidade do envelhecimento dessas pessoas ainda é muito deficiente. (Barros, R. S., Silva, M. F. C., & Batista, R. C. A. 2025, p. 13993).

2.2. A Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth

Utilizaremos o conceito teórico “luta por reconhecimento”, desenvolvido por Axel Honneth, para analisar a relevância social ao examinar como os indivíduos buscam reconhecimento em diferentes esferas da vida. Além disso, consideraremos a interpretação de Rúrion Melo (2014) e de Mateus Salvadori (2011) quanto às contribuições de Honneth, ampliando a compreensão do tema.

Diante do contexto histórico-filosófico, Honneth, (2007) afirma que, até o final da década de 1980, havia uma hegemonia do marxismo na teoria política, tanto na Europa quanto, em menor grau, nos Estados Unidos. A justiça era amplamente entendida como a eliminação da desigualdade socioeconômica, sustentada por uma racionalidade política orientada pela redistribuição de recursos materiais. Essa era a lógica da democracia social. (Honneth, 2007. p. 79).

Com o declínio do Estado de bem-estar social e o avanço de políticas neoliberais, houve uma mudança de foco: em vez de lutar apenas por igualdade econômica, passou-se a lutar por dignidade e respeito. Isso marca uma transição da justiça distributiva para a justiça baseada no reconhecimento. O reconhecimento, na perspectiva honnethiana, é um princípio moral

fundamental para a justiça. Para ele, até mesmo as lutas econômicas são, em última instância, formas de luta por reconhecimento. (Honneth, 2007. p. 79-80).

Há duas hipóteses interpretativas sobre a mudança, de acordo com Honnet. Uma seria a desilusão política, a qual o reconhecimento teria emergido como compensação após a perda da esperança por redistribuição econômica, vista como politicamente inviável. Outra hipótese, que o aumento da sensibilidade moral teria o foco no reconhecimento seria resultado de uma ampliação ética promovida por novos movimentos sociais (feministas, LGBTQIA+, antirracistas etc.), que revelaram o papel do desrespeito simbólico/cultural na injustiça social. (Honnet, 2007. p. 80).

A teoria de Honnethiana enfatiza a importância fundamental do reconhecimento para o desenvolvimento individual e a integração do sujeito na sociedade. Baseado na obra *Luta por reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, Melo (2014) argumenta que o reconhecimento social desempenha um papel central na formação da identidade pessoal e na promoção da justiça social. O autor ainda destaca que a ausência desse reconhecimento pode resultar em alienação e marginalização, afirmando que “é possível ver na luta por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais, políticos e institucionais” (Melo, 2014, p. 23). A obra se insere no contexto da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, sendo profundamente influenciada pelo pensamento hegeliano. Para tanto, Hegel, fornece a base filosófica para a compreensão do reconhecimento como um processo dinâmico e socialmente mediado. Honneth, no entanto, expande essa análise ao integrar a luta por reconhecimento nas estruturas institucionais e nos conflitos sociais contemporâneos, tornando sua teoria uma ferramenta crítica para analisar as desigualdades e as lutas por justiça na sociedade atual.

Por outra perspectiva, Butler (2022), entende que a justiça não se restringe ao modo como indivíduos são tratados nas interações sociais ou à maneira como as instituições sociais são organizadas. Ela envolve, também, decisões fundamentais sobre o que significa ser uma pessoa e quais normas sociais devem ser reconhecidas e validadas para que essa personalidade seja legitimamente atribuída. Nesse sentido, o reconhecimento da condição de pessoa não é automático, mas depende de nossa capacidade de identificar, no outro, a manifestação de determinadas normas culturais e sociais que, por sua vez, se expressam por meio do corpo. Assim, o ato de reconhecer alguém como pessoa está profundamente enraizado em padrões normativos compartilhados, o que implica que certos corpos e modos de existência podem ser desconsiderados ou excluídos da esfera da personalidade quando não se alinham a essas normas hegemônicas.

O reconhecimento ocupa um papel central na teoria social contemporânea, sendo abordado sob diferentes perspectivas filosóficas e sociológicas. Honneth, representante da terceira geração da Escola de Frankfurt, desenvolve uma teoria do reconhecimento para compreender os conflitos sociais a partir da experiência do desrespeito. Segundo Salvatori (2011), Honneth argumenta que os indivíduos e grupos sociais constroem suas identidades não apenas por meio da autoconservação, como defendiam filósofos como Maquiavel e Hobbes. Assim, as lutas sociais podem ser interpretadas como reivindicações por reconhecimento, cuja negação gera problemas sociais e tensões na ordem moral e política.

É a partir da concepção de Thomas Hobbes que Axel Honneth desenvolve sua reflexão crítica sobre o contrato social. *Em Leviatã (2014)*, Hobbes concebe o conflito social como uma ameaça à ordem, que deve ser contida pela autoridade do soberano. Nesse modelo, o contrato social se estrutura a partir da presença de um poder central que mobiliza os indivíduos por meio do medo, sendo a segurança a principal função reguladora do Estado. Honneth, contudo, propõe uma abordagem distinta: em vez de considerar o conflito como algo a ser suprimido, ele o interpreta como um elemento fundamental para o reconhecimento mútuo e para o avanço das estruturas sociais. Honneth parte de Thomas Hobbes quando o filósofo aponta para a questão do contrato social pautado a partir da presença do soberano, no qual o afeto mediador entre a autoridade estatal e os cidadãos seria o medo; a segurança na função reguladora do contrato social. No entanto, Honneth aponta para uma outra perspectiva em relação ao contrato social.

Dessa forma, a perspectiva Honnethiana sinaliza para um contrato social que se constroi a partir do confronto e da negociação entre demandas por justiça e reconhecimento, e não exclusivamente pela submissão à autoridade. Como afirma Salvatori (2011, p. 192), “as mudanças sociais podem ser explicadas por meio do desrespeito, gerador de conflitos sociais”, indicando que, para Honneth, os conflitos funcionam como mecanismos de avanço moral, permitindo a ampliação das formas de reconhecimento e inclusão social. Para Hobbes, o ser humano é movido pelo instinto de autoconservação e pela busca de poder, o que leva a um estado de guerra permanente na ausência de uma autoridade superior (Hobbes, 2014. p. 108). Já Honneth, influenciado por Hegel, propõe que a identidade do indivíduo se constitui por meio do reconhecimento social, e não apenas pela luta pela sobrevivência. Essa diferença reflete-se nas concepções de cada autor sobre a sociedade.

Honneth argumenta que na virada do século XIX, Hegel, procurou fundar uma ética baseada no conceito de reconhecimento intersubjetivo, reinterpretando filosoficamente um impulso já identificado por pensadores anteriores como Hobbes e Maquiavel — o desejo humano por honra e respeito. Enquanto Hobbes via esse desejo como um fator de desordem

que exigia contenção estatal, Hegel o integrou numa concepção dialética da formação da subjetividade e da ordem ética, estabelecendo as bases para teorias contemporâneas da justiça centradas no reconhecimento. (Honnet, 2007. p. 83). Hegel, sob a ótica de Honnet, compreende a ética não como um sistema de regras abstratas, mas como algo que emerge historicamente nas instituições (a exemplo, família, sociedade civil, Estado), a partir da experiência intersubjetiva. O reconhecimento seria, portanto, condição necessária para a formação da identidade individual e da liberdade ética. (Honnet, 2007).

No entendimento de Salvatori (2011), Honneth argumenta que os indivíduos constroem suas identidades a partir do reconhecimento intersubjetivo. “Os indivíduos e os grupos sociais somente podem formar a sua identidade quando forem reconhecidos intersubjetivamente” (Salvatori, 2011, p. 190), o que significa que a identidade individual não é um atributo fixo, mas um processo socialmente mediado. Honneth propõe três esferas fundamentais de reconhecimento: o amor, relacionado às relações primárias e essencial para o desenvolvimento da autoconfiança; o direito, que garante o autorrespeito ao reconhecer o indivíduo como sujeito autônomo; e a solidariedade, que viabiliza a autoestima ao permitir a valorização social das capacidades individuais. Como destaca Salvatori (2011, p. 190), “a autorrealização do indivíduo somente é alcançada quando há, na experiência de amor, a possibilidade de autoconfiança, na experiência de direito, o autorrespeito e, na experiência de solidariedade, a autoestima”.

Ao abordar essas três dimensões do reconhecimento — amor, direito e solidariedade — e relacioná-las aos conflitos sociais contemporâneos, Salvatori (2011) entende que Honneth oferece uma estrutura teórica capaz de analisar as dinâmicas de inclusão e exclusão social. Sua teoria sugere que a justiça social não pode ser alcançada apenas por meio da igualdade formal perante a lei, mas exige um ambiente de reconhecimento mútuo que valorize as identidades individuais e coletivas. Assim, a luta por reconhecimento não é apenas uma reivindicação moral, mas um princípio estruturante da sociedade moderna, essencial para a construção de relações sociais baseadas no respeito, na autonomia e na dignidade. Em paralelo, essas esferas são cruciais para a compreensão das dinâmicas enfrentadas pelos idosos. A ausência de reconhecimento nas relações familiares, no direito a uma vida digna ou na valorização social das capacidades dos indivíduos mais velhos pode levar a uma alienação social e ao isolamento.

Segundo Salvatori (2011), Honnet ao tratar da filosofia de Hegel, destaca que, na dialética do senhor e do escravo, o autor argumenta que a consciência individual se constitui por meio de um processo de reconhecimento mútuo entre os sujeitos. No entanto, essa relação tende a se estabelecer de forma desigual, resultando em dominação e conflito. Para Hegel,

conforme interpretado por Salvatori, o desenvolvimento da liberdade e da autonomia depende justamente da superação dessa hierarquia e da conquista de um reconhecimento recíproco. Honneth retoma essa ideia, ampliando sua aplicação para a sociedade contemporânea. Como afirma Salvatori (2011, p. 190), Honneth, inspirando-se no conceito de reconhecimento do filósofo Hegel, busca fundamentar a sua própria versão da teoria crítica, deslocando a luta por reconhecimento do campo filosófico para um modelo sociológico, analisando como as relações sociais são estruturadas a partir das formas de reconhecimento e como os conflitos sociais impulsionam mudanças normativas. Ambos olham para a modernidade.

Segundo Axel Honneth, a modernidade possibilita a identificação de três padrões normativos de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. Esses padrões são analisados nos capítulos 5 e 6 de sua obra *Luta por reconhecimento* (2009), nos quais o autor fundamenta a constituição da identidade individual a partir de formas intersubjetivas de reconhecimento. Para Honneth, o amor — incluindo as relações afetivas familiares, amizades e vínculos eróticos — é a forma primária de reconhecimento, pois representa a base emocional necessária para o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança. Ele retoma autores clássicos, como Aristóteles e Hegel, para destacar a amizade como uma relação formadora semelhante ao amor, com função essencial na formação da subjetividade.

Honneth define as relações amorosas como aquelas marcadas por forte envolvimento emocional entre poucas pessoas, como nas relações entre pais e filhos, casais ou amigos íntimos. Essas relações são centrais porque, desde o início da vida, moldam a identidade por meio de um equilíbrio instável entre dependência e autonomia. Para o autor, a constituição do *self* é um processo dialógico e conflituoso: formamo-nos como sujeitos na relação com o outro, em uma constante oscilação entre a necessidade de reconhecimento e o desejo de autodeterminação. A ideia de que a identidade se constitui intersubjetivamente é ilustrada por Hegel com a expressão “ser-si-mesmo em um outro”, citada por Honneth (2009, p. 160).

Quando Hegel afirma, assim como Honnet, que o desejo é sempre um desejo por reconhecimento, ele sugere que só existimos plenamente quando somos reconhecidos pelos outros. Butler (2022, p.59) retoma essa ideia ao dizer que persistir no próprio ser depende de normas sociais que tornem nossos corpos e identidades reconhecíveis. Se não formos reconhecidos dentro dessas normas, nossa existência se torna inviável. Isso mostra que as normas de reconhecimento, embora pareçam naturais, são históricas e mudam com o tempo, definindo quem é visto como humano ou não em cada contexto.

Honneth enfatiza que a luta por reconhecimento nasce da experiência da ausência deste, o que representa um problema moral vivido de forma sistemática em determinadas estruturas

sociais. A partir das relações primárias, o indivíduo desenvolve expectativas normativas que serão levadas às esferas públicas, como o direito e a solidariedade. Portanto, a identidade não é monológica, mas forjada intersubjetivamente, sendo o reconhecimento um processo formativo fundamental, atravessado por conflitos e disputas que expressam a busca por autonomia dentro de uma estrutura de interdependência social. (Honneth, 2009).

Essa perspectiva é particularmente relevante quando analisamos a experiência de pessoas idosas, sobretudo as transexuais, cujas trajetórias de vida frequentemente foram marcadas pela negação ou precariedade do reconhecimento social. Ao envelhecer, essas pessoas enfrentam vulnerabilidade e a persistente marginalização de suas identidades de gênero. A teoria honnethiana do reconhecimento oferece, portanto, um instrumento teórico forte para compreender como a ausência de amor, respeito e solidariedade – os três padrões normativos propostos por Honneth – pode afetar negativamente a autoestima, a dignidade e o sentimento de pertencimento dessas pessoas. Ao destacar que a identidade é formada na tensão entre dependência e autonomia, a teoria também revela o quanto é essencial que o envelhecimento de pessoas transexuais seja acolhido por políticas públicas, práticas sociais e relações cotidianas que reafirmam sua humanidade, história e singularidade.

A partir da leitura do artigo de Salvatori (2011), a luta por reconhecimento emerge da experiência do desrespeito, manifestando-se em três formas: o desrespeito ao amor ocorre por meio de maus-tratos e violações que afetam a integridade física e psíquica; o desrespeito ao direito se dá pela exclusão social e pela privação de direitos; e o desrespeito à solidariedade resulta de degradações e ofensas que comprometem a dignidade do indivíduo. Nesse sentido, “as mudanças sociais podem ser explicadas por meio do desrespeito, gerador de conflitos sociais” (Salvatori, 2011, p. 192).

De acordo com Salvatori (2011), Honneth propõe que a identidade individual e coletiva é construída socialmente a partir da interação com os outros. Diferentemente das teorias clássicas do contrato social, que enfatizam a autonomia individual como ponto de partida para a constituição da sociedade, Honneth sugere que a individualidade só pode ser plenamente desenvolvida dentro de relações de reconhecimento mútuo. “Os indivíduos e os grupos sociais somente podem formar a sua identidade quando forem reconhecidos intersubjetivamente” (Salvatori, 2011, p. 190). A estrutura da sociedade, portanto, é sustentada por formas de reconhecimento que garantem a integração dos indivíduos e a manutenção da coesão social.

Ao citar Honneth, Salvatori (2011) argumenta que a sociedade moderna não é estática, sendo caracterizada por processos contínuos de transformação impulsionados por conflitos sociais. Esses conflitos não são meramente disputas por recursos materiais, mas expressões da

luta por reconhecimento. A experiência do desrespeito gera reivindicações coletivas, levando à reorganização das normas sociais e das instituições. “As mudanças sociais podem ser explicadas por meio do desrespeito, gerador de conflitos sociais”. (Salvadori, 2011, p. 192). Essa perspectiva permite compreender os movimentos sociais como expressões legítimas de uma busca por reconhecimento, seja na luta por direitos de igualdade de gênero, pelo reconhecimento das identidades LGBTQIA+, entre outras.

A teoria de Axel Honneth, pode ser enriquecida ao considerar sua aplicação no contexto da velhice. O reconhecimento social, como base para a construção da identidade e da integração do sujeito, torna-se especialmente relevante quando analisamos as questões enfrentadas por pessoas idosas, que muitas vezes estão sujeitas à exclusão, ao desrespeito e à desvalorização na sociedade contemporânea.

Melo (2014) e Salvadori (2011), ao discutirem a teoria de Honneth, apontam que o reconhecimento é uma força moral que impulsiona transformações sociais e políticas, sendo uma ferramenta crítica para analisar a marginalização dos idosos. A falta de reconhecimento pode ser vista na exclusão das pessoas idosas dos processos de decisão, na negação de seus direitos e na desvalorização de sua experiência de vida, configurando uma espécie de “desrespeito” a qual Honneth poderia identificar como um agente de conflitos sociais.

Em *Reconhecimento e Redistribuição* (2007), Honnet argumenta que “Nossa ideia de justiça está essencialmente conectada à concepção em relação a como é de que maneira os indivíduos se reconhecem reciprocamente.” (Honneth, 2007. p.81). Para ele, a concepção de justiça, está intrinsecamente relacionada às formas pelas quais os indivíduos se reconhecem mutuamente na sociedade. Dessa maneira, a justiça não pode ser compreendida apenas a partir de critérios normativos abstratos, mas deve considerar as dinâmicas intersubjetivas que estruturam o reconhecimento recíproco entre os sujeitos.

A partir da leitura do artigo de Rúrion Melo (2014), podemos compreender que as lutas sociais não se restringem apenas a questões econômicas, mas também envolvem demandas por reconhecimento e respeito. Identifica que para Axel Honneth a identidade dos indivíduos e grupos é construída por meio do reconhecimento intersubjetivo, e que experiências de desrespeito podem motivar ações transformadoras.

Vejamos,

A entrada da categoria do 'reconhecimento' no vocabulário da teoria política contemporânea pode ser compreendida segundo duas razões principais. A primeira, de ordem 'negativa', remete ao enfraquecimento das grandes narrativas (teoria da luta de classes, contradição entre capital e trabalho, relação entre base econômica material e superestrutura política, utopia da sociedade do trabalho) para produzir um diagnóstico adequado sobre a dinâmica dos conflitos sociais em condições de capitalismo tardio [...]. A segunda, de ordem mais positiva,

remete ao engajamento da sociedade civil e à ampliação da agenda política que acompanhou as reivindicações plurais dos novos movimentos sociais. (Melo, 2014. p. 17-18)

Outrossim, a luta por reconhecimento no contexto da velhice envolve não apenas a reivindicação por direitos formais, mas também por uma redefinição da percepção social da pessoa idosa. Isso pode ser observado em movimentos que buscam garantir o respeito aos idosos, seja por meio de políticas públicas ou de mudanças culturais que combatem o ageísmo²¹ (preconceito contra a pessoa idosa). Ao afirmar que “as mudanças sociais podem ser explicadas por meio do desrespeito, gerador de conflitos sociais” (Salvadori, 2011, p. 192), nos permite compreender a questão dos idosos como uma manifestação dentro das tensões sociais, buscando ampliar as formas de reconhecimento e inclusão dessa população. Assim, a luta por reconhecimento se revela como uma ferramenta fundamental na superação das desigualdades e da marginalização dos idosos, destacando uma reestruturação das normas sociais que assegurem dignidade e direitos.

As lutas por reconhecimento são, portanto, vistas como necessárias e benéficas, pois permitem que reivindicações identitárias sejam apresentadas, discutidas e eventualmente aceitas. Segundo Melo (2014), a teoria do reconhecimento, proposta por Honneth, ocupa posição central nas reflexões do sociólogo e se alinha de maneira significativa às demandas e desafios enfrentados pelos grupos LGBTQIAP+. O filósofo social desenvolveu um modelo que sugere que a identidade e a autoestima dos indivíduos estão profundamente conectadas ao reconhecimento que recebem nas diversas esferas sociais. Ao desenvolver a teoria da luta por reconhecimento, Axel Honneth pretendeu, segundo Melo (2014), elucidar de que modo conceitos teóricos seriam capazes de apontar para as ‘motivações’ práticas que levam sujeitos e grupos sociais a agir politicamente.” (Melo, 2014, p.35). A teoria dele proporciona importante base teórica para compreender as reivindicações dos grupos tidos como minoritários. Essa luta pode ser interpretada como busca por reconhecimento em diferentes dimensões da vida, desde as relações pessoais até os direitos legais e sociais. Honneth enfatiza que o reconhecimento é crucial para o pleno desenvolvimento humano. Completamos, portanto, que a busca dos grupos LGBTQIA+ por esse reconhecimento seja elemento fundamental em suas demandas sociais e políticas.

²¹O termo ageísmo, assim como etarismo e idadismo, são utilizados para expressar a discriminação e o preconceito em razão da idade das pessoas. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-eguidade/o-que-e-ageismo>. Acessado em 24/03/2025.

2.3. Nancy Fraser e a Crítica ao Modelo de Reconhecimento de Honneth

Nancy Fraser (2007), também filósofa da teoria crítica assim como Honnet, oferece outra perspectiva quanto à teoria deste autor. Ela enfatiza a importância de abordar tanto o reconhecimento quanto à redistribuição para alcançar a justiça social. Segundo a autora, o reconhecimento é crucial, mas não suficiente por si só, sem considerar as questões de redistribuição econômica. Fraser propõe uma abordagem “bifocal” que combine a luta pelo reconhecimento com a luta pela redistribuição, argumentando que ambas são essenciais e interdependentes. Honneth, por sua vez, identifica a importância das questões econômicas, mas mantém que o reconhecimento é uma dimensão fundamental da justiça social que não pode ser ignorada. Ele sugere que muitas injustiças econômicas também têm raízes em formas de desrespeito, e que a luta por reconhecimento pode ajudar a abordar tais injustiças de maneira mais abrangente. Já para Fraser,

A justiça hoje exige tanto a redistribuição quanto o reconhecimento; nenhum dos dois por si só é suficiente. Assim que um adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente. Continuo afirmando que os aspectos emancipatórios das duas problemáticas precisam ser integrados em uma única estrutura abrangente. A tarefa, em parte, é de inventar uma concepção expandida de justiça que possa acomodar as reivindicações consideradas defensáveis para a igualdade social e aquelas consideradas igualmente defensáveis para o reconhecimento da diferença. (Fraser. 2007. p. 114)

Esse debate enriquece a compreensão das complexas dinâmicas da justiça social, destacando que tanto o reconhecimento quanto a redistribuição são essenciais para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Fraser propõe substituir o modelo de identidade pelo modelo de status, onde o reconhecimento não é uma questão de afirmação de identidade, mas sim de garantir que todos os indivíduos tenham igualdade de status na sociedade.

“O que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas o status dos membros do grupo como parceiros plenos na interação social. O não-reconhecimento, consequentemente, não significa depreciação e deformação da identidade de grupo, mas sim, a *subordinação social* no sentido de ser impedido de *participar como um par* na vida social.” (Fraser, 2007, p. 117).

Argumenta que o reconhecimento deve estar ligado a um princípio normativo universal, que assegura que todos possam interagir como iguais na vida social.

Na concepção de Fraser (2007), Honneth defende que a integridade do indivíduo depende do reconhecimento dos outros, e que sua negação prejudica a formação de uma autoimagem positiva. Ele considera a falta de reconhecimento como um obstáculo à realização pessoal e à autoestima. Fraser se opõe a essa visão, diz que o reconhecimento deve ser tratado como uma questão de justiça, e não de ética ou subjetividade individual. Ela enfatiza que a

injustiça se manifesta na exclusão de determinados grupos da participação social plena, e não apenas na distorção da autoimagem dos indivíduos. A autora critica diretamente Axel Honneth por conceber o reconhecimento como uma necessidade para o desenvolvimento da subjetividade e a realização da “boa vida”,

Negar a alguém o reconhecimento é privá-lo dos pré-requisitos fundamentais para o pleno florescimento humano. (...) Deve-se dizer, em vez disso, que é injusto que alguns indivíduos e grupos seja negado o status de parceiros plenos na interação social simplesmente como consequência 2 padrões institucionalizados do valor cultural, em cuja construção eles não têm participado igualmente e que menos presa suas características particulares, ou as características distintivas atribuídas a eles. Ou seja: deve-se dizer que o não reconhecimento é errado porque ele constitui-se em uma forma de subordinação institucionalizada sendo uma violação séria à justiça. (Fraser, 2007, p. 119-120).

Fraser (2007) critica a visão tradicional de que a redistribuição pertence ao campo da moralidade e o reconhecimento ao campo da ética, destacando que ambos devem ser tratados dentro de uma concepção ampliada de justiça. Apresenta uma forte crítica às abordagens éticas do reconhecimento, especialmente às formulações de Axel Honneth. Fraser oferece um caminho para superar as limitações da política de identidade e construir uma concepção mais abrangente da justiça social. Sua proposta permite integrar reconhecimento e redistribuição sem recorrer a critérios subjetivos, garantindo uma base mais sólida para enfrentar as desigualdades sociais.

Fraser (2007) introduz a discussão sobre a divisão dentro das políticas progressistas entre dois campos: os defensores da redistribuição e os defensores do reconhecimento. Segundo a autora, essa divisão reflete diferentes abordagens para enfrentar as desigualdades sociais. De um lado, os proponentes da redistribuição baseiam-se em tradições igualitárias, trabalhistas e socialistas, buscando garantir uma distribuição mais justa de recursos e bens. Essa perspectiva foca na redução das desigualdades econômicas, promovendo políticas que transferem riqueza dos ricos para os pobres e dos proprietários para os trabalhadores. Essa orientação tem uma longa tradição na filosofia política, pois, nos últimos 150 anos, a justiça social foi amplamente debatida sob o prisma da redistribuição de bens materiais. (Fraser, 2007, p. 113). Por outro lado, os defensores do reconhecimento enfatizam a valorização das diferenças culturais e identitárias. Eles criticam a ideia de que minorias precisam assimilar-se às normas da maioria para obter respeito e igualdade. Em vez disso, defendem um modelo de sociedade que respeite e reconheça a diversidade, incluindo minorias étnicas, raciais e sexuais, bem como questões de gênero. Essa abordagem ganhou força mais recentemente no debate filosófico, levando à formulação de novas teorias sobre justiça social baseadas na identidade. (Fraser, 2007, p. 113-114). A exemplo,

Membros do primeiro campo esperam redistribuir a riqueza dos ricos para os pobres, do Norte para o Sul, e dos proprietários para os trabalhadores. Membros do segundo, ao contrário, buscam o reconhecimento das distintas perspectivas das minorias étnicas, “raciais” e sexuais, bem como a diferença de gênero. (Fraser, 2007, p. 113).

No entanto, Fraser (2007) argumenta que essa separação entre redistribuição e reconhecimento é problemática. Para ela, a justiça social exige a integração dessas duas dimensões, pois as desigualdades econômicas e as injustiças culturais estão interligadas. Assim, um modelo de justiça eficaz deve considerar tanto a paridade econômica quanto a igualdade de status social. (Fraser, 2007, p. 113-114).

Fraser (2007), alinha o reconhecimento à justiça, significa atentar-se na garantia de condições igualitárias de participação social, ao invés de atribuir a todos um direito universal à estima, “ao associar reconhecimento à justiça ao invés de à boa vida, evita-se a visão de que todos têm igual direito à estima social.” (Fraser, 2007, p. 122). Seu conceito de paridade participativa enfatiza que a justiça não exige que todos sejam igualmente estimados, mas sim que todos tenham condições igualitárias para buscar estima dentro de um sistema social que não marginalize determinados grupos. Dessa forma, Fraser propõe uma abordagem do reconhecimento que integra redistribuição e participação social, sem recorrer a critérios subjetivos e problemáticos.

O blog Boitempo²², lançou em fevereiro de 2022, uma matéria cujo título é *Nancy Fraser e o compromisso com a justiça social* por Flávia Biroli. Nele, são referidas análises a respeito das lutas por reconhecimento e redistribuição, propostas pela filósofa, que, segundo ela, atuam como antídotos contra a ideia equivocada de que as “lutas identitárias” (por exemplo, as relacionadas a gênero, raça e sexualidade) estariam em oposição ou seriam separadas das lutas por transformações nas relações socioeconômicas.

Fraser (2007) sustenta que essas lutas não são excludentes, mas complementares, pois tanto o reconhecimento das identidades quanto a redistribuição das riquezas são fundamentais para a promoção de uma justiça social integral. A matéria cita que Fraser desenvolve uma teoria consistente ao se engajar com as demandas dos movimentos sociais, centrando-se no compromisso com a justiça social. Que a abordagem da busca define, de maneira normativa, o que constitui justiça, oferecendo um quadro de objetivos emancipatórios que permitem avaliar diferentes alternativas para a superação das desigualdades. Além disso, Fraser procura evitar

²² Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/02/07/nancy-fraser-e-o-compromisso-com-a-justica-social/>. Acessado em 21/12/2024.

simplificações excessivas, como os falsos dualismos, reconhecendo a complexidade das questões sociais e as múltiplas dimensões das opressões.

Fraser (2007) entende que a teoria de Honneth superestima o papel do reconhecimento nos conflitos sociais contemporâneos, deixando em segundo plano as desigualdades materiais. Segundo Melo (2014), a crítica de Fraser sugere que a justiça social não pode ser reduzida ao reconhecimento, pois os processos de redistribuição econômica também desempenham um papel essencial na estruturação das desigualdades. Melo cita,

Nancy Fraser foi a primeira a duvidar de forma mais contundente do domínio de aplicação do conceito de reconhecimento. E isso não apenas em termos de fundamentação teórica, mas, sobretudo, em consideração a dúvidas quanto à centralidade do reconhecimento como categoria privilegiada para a compreensão do diagnóstico das patologias próprias de nosso tempo (...). A desconfiança de Fraser se volta antes à gramática do reconhecimento como forma hegemônica de contestação política e à consequência que cria na dinâmica dos conflitos atuais, uma vez que tal gramática desloca ou mesmo tira completamente da pauta dos movimentos sociais e da teoria crítica questões redistributivas. (Melo, 2014. p. 25-26).

Para Melo (2014), Fraser alerta que, mesmo quando um grupo ou indivíduo é reconhecido socialmente, isso pode ocorrer dentro de um sistema que ainda mantém relações de dominação. No entanto, tenhamos como exemplo, uma mulher pode ser reconhecida na sociedade como cuidadora ou mãe dedicada, mas esse reconhecimento pode reforçar papéis tradicionais de gênero, perpetuando desigualdades. (Melo, 2014. p. 28-29). Melo destaca essa crítica geral de Fraser ao reconhecimento e aplicá-la à discussão com Honneth. Aponta que Fraser argumenta que nem todo reconhecimento é emancipatório, e que ele pode mascarar desigualdades estruturais, como ocorre com o gênero.

Embora o foco principal de Fraser não seja especificamente nas relações homoafetivas, suas ideias sobre justiça e reconhecimento fornecem uma base sólida para apoiar as demandas de igualdade e os direitos da comunidade LGBTQIA+. Mesmo que a filósofa não utilize explicitamente o termo “interseccionalidade”, conceito amplamente defendido e desenvolvido pela advogada Kimberlé Crenshaw em 1989, uma das principais expoentes dessa teoria (Pereira, p. 447. 2021), tal abordagem reconhece que diferentes formas de injustiça estão entrelaçadas. Fraser argumenta que a luta por justiça deve considerar as múltiplas dimensões de opressão e preconceito, além de promover o reconhecimento de todas as identidades. Isso implica tratar todos os grupos culturais com igual respeito e consideração, valorizando a diversidade e promovendo uma sociedade que celebre o que é considerado diferente.

A interseccionalidade, por sua vez, refere-se à interação ou sobreposição de fatores sociais que moldam a identidade de uma pessoa e à maneira como esses fatores impactam sua

relação com a sociedade e o acesso a direitos. Esse conceito sugere que, em contextos específicos, categorias sociais e biológicas, como sexo, gênero, raça, sexualidade, religião e classe, se intercalam e interagem, gerando um sistema de opressão que revela a interseção de múltiplas formas de discriminação. (Pereira, 2021. p. 447).

A interseccionalidade surgiu como uma crítica do feminismo negro à tendência de tratar “raça” e “gênero” como categorias mutuamente exclusivas na análise de experiências. Influenciada pela teoria racial crítica e pelo legado de intelectuais negras, Crenshaw argumentou que as abordagens que tratam gênero ou raça como categorias isoladas ofuscam a realidade das mulheres negras, especialmente no que tange à discriminação racial e de gênero. Ela destacou que análises tradicionais da discriminação racial favoreciam homens negros de classes altas, enquanto as análises sobre discriminação de gênero focavam em mulheres brancas e privilegiadas. Assim como as tradições feminista e da teoria racial crítica das quais é herdeira, a interseccionalidade reúne em sua origem diversas abordagens e compromissos teóricos e políticos. (Pereira, 2021).

Fraser (2007) define a injustiça cultural no sentido da desvalorização, marginalização ou invisibilidade de certos grupos sociais baseados em identidades culturais - raça, etnia, gênero, orientação sexual - e outros marcadores de diferença cultural. Argumenta que o reconhecimento das identidades culturais e a redistribuição econômica são interdependentes e essenciais para alcançar uma sociedade justa. Propõe, então, abordagem integrada que promova a paridade participativa, garantindo que todos os indivíduos tenham igual acesso a recursos, respeito e oportunidades de participação social.

À vista disso, os pensamentos de Axel Honneth e Nancy Fraser são de extrema relevância para este trabalho acadêmico, uma vez que fornecem base teórica para a análise das dinâmicas de reconhecimento. As ideias Honnethana e as perspectivas de Fraser a respeito de justiça como reconhecimento e redistribuição proporcionam reflexão teórica abrangente de análise crítica e aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e econômicas. A integração dessas teorias enriquece a compreensão dos fenômenos estudados e contribui para a formulação de propostas de políticas e práticas sociais mais justas e inclusivas.

2.4. Velhice transexual: invisibilidade, violência e a luta por Direitos e Justiça

Apenas nas décadas de 1980 e 1990, um novo grupo geracional – o dos idosos – passou a ser reconhecido como objeto de estudo. Tal fato não ocorreu apenas por razões científicas, mas também por uma necessidade de ordem prática e utilitária. Com o aumento significativo

da população idosa, devido à sua maior longevidade e ao rápido crescimento relativo deste grupo, os idosos começaram a ser vistos como problema social (Motta, 2010, p.233). Essa visão sugeria que era necessário buscar soluções para lidar com os desafios impostos por esse fenômeno demográfico. Em outras palavras, a questão da longevidade e do envelhecimento da população passou a ser abordada principalmente de forma pragmática, demanda urgente que exigia a formulação de respostas e estratégias para a sociedade.

A relação entre velhice e a luta por reconhecimento está associada ao fato de que, ao longo do tempo, os idosos passaram a ser compreendidos não apenas como um “problema social”, mas sim um grupo cujas necessidades e direitos exigem atenção e respeito. A luta por reconhecimento, conforme abordada por Honneth, refere-se ao esforço de grupos marginalizados para obter o devido valor e reconhecimento por parte da sociedade. No caso dos idosos, ultrapassa a perspectiva utilitária, que os vê, muitas vezes, unicamente como um fardo ou desafio a ser administrado.

Com a identificação dos idosos apresentando população crescente no Brasil, que possui características e demandas específicas, a luta por reconhecimento busca a reconfiguração do papel social destes. Em vez de serem reduzidos à condição de dependentes ou simples “problema”, os idosos devem ser reconhecidos como sujeitos ativos, com direitos, potencialidades e contribuições significativas a oferecer, conforme citado no capítulo anterior desta dissertação. Para tanto, esse reconhecimento envolve a implantação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde, educação e inclusão social, além da valorização cultural e do respeito ao envelhecimento, combatendo estigmas e preconceitos. Assim, a luta por reconhecimento, nesse contexto, objetiva assegurar que os idosos sejam vistos não apenas por uma ótica pragmática, mas sim integrantes essenciais e respeitados pela sociedade.

O aumento da população idosa e a diminuição da quantidade de crianças ganham relevância no cenário social e político do Brasil, conforme já mencionado nesta dissertação. No entanto, esse contexto gera preocupações em relação ao número populacional e o impacto no sistema previdenciário, levando alguns gestores sociais a sugerirem que a crescente longevidade dos idosos pode ameaçar a sustentabilidade econômica e a própria estrutura social do país. Nesse sentido, os idosos são posicionados como “problemas sociais” mais atuais, sendo o alvo de discussões a respeito de que maneira a sociedade vai lidar com esse grupo que cresce em número e expectativa de vida.

As gerações, tanto quanto as classes sociais, não existem de maneira isolada, são definidas por relações mútuas, seja em termos de contraposição ou até mesmo oposição. Uma

geração adquire ou se transforma conforme as dinâmicas de poder presentes nas interações com outras. Esse processo ocorre de acordo com as condições sociais predominantes em determinado período histórico e as formas pelas quais os atores sociais, nas respectivas faixas etárias, compreendem e respondem a tais condições (Motta, 2010, p. 234).

É fundamental reconhecer que dentro de cada grupo geracional são elaboradas representações, identidades e realidades sociais que entram em confronto com aquelas de outros grupos ou categorias sociais. Paralelamente, essas interações se desenvolvem em consonância com aspectos identitários definidos por outras dimensões relacionais, sobretudo aquelas ligadas ao gênero e à classe social. Dessa maneira, as relações entre gerações não podem ser compreendidas de forma separada, pois elas estão sempre imersas em um contexto mais amplo, em que fatores como gênero e classe social desempenham papel crucial na definição das experiências e das percepções de cada grupo.

Em cada geração, existem diversas representações e identidades que são formadas pelas experiências compartilhadas por seus membros, que também se deparam com as identidades e aspectos de outros grupos sociais. Cada geração tem um conjunto de valores, atitudes e comportamentos que são influenciados não apenas pela idade, mas também pelas interações e disputas com outras gerações ou grupos sociais (Motta, 2010 p. 234).

A figura do idoso ou da população idosa esteve politicamente ausente durante a grande expansão de movimentos sociais nas décadas de 1960. Movimentos estes que buscavam direitos e reconhecimento para diversos grupos sociais não incluíam a questão do envelhecimento naquela ocasião. No Brasil, a visibilidade política do envelhecimento começou a surgir, de maneira ainda tímida, nos anos 1980, especialmente com o processo de redemocratização do país, sobretudo pós-período ditatorial militar. O cenário começa a mudar, de forma mais visível, nos anos 1990 quando o envelhecimento populacional se tornou mais evidente, impulsionado por um substancial crescimento demográfico da população idosa. Esse fenômeno gerou também a formação de movimentos políticos específicos, como, por exemplo, o dos aposentados que lutavam pela afirmação e manutenção da previdência pública (Motta, 2010).

Em termos acadêmicos, é a partir dos anos 1970, que a velhice passa a receber atenção e se transforma em tema para pesquisas e de estudos em universidades em diferentes áreas do saber (Debert, 1999, p. 197).

Quanto ao campo gerontológico, este tem contribuído para ampliar a compreensão no que tange a pluralidade das experiências de envelhecimento, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. A literatura sugere que os idosos LGBT enfrentam desafios específicos, como viver sozinhos (muitos sem filhos ou com laços familiares rompidos), o que

dificulta a construção de redes de apoio social e cuidado. Além disso, um duplo estigma - da velhice e da homossexualidade - coloca esses indivíduos em risco maior de pobreza e de se tornarem sem-teto. Embora existam representações negativas a respeito do envelhecimento LGBTQIA+, há, por outro lado, aspectos positivos, como a formação de redes de amizade que funcionam como famílias de adoção e a possibilidade de acumular bens materiais devido à ausência de despesas com filhos. A questão de quem se adapta melhor à velhice, heterossexuais ou homossexuais, permanece um debate sem resposta definitiva. (Henning; Debert, 2015. p. 25).

A ideia de que a velhice é uma experiência homogênea, característica dos primeiros estudos em gerontologia, minimizava as diferenças entre os idosos, ignorando fatores como etnicidade, classe social, gênero e sexualidade. O envelhecimento, em algumas abordagens, é visto como um processo em que os papéis sociais de gênero se misturam, resultando em uma masculinização das mulheres e uma feminização dos homens. Isso sugeriria que as diferenças de gênero se dissolvem na velhice, com homens idosos adotando atitudes mais efetivas e mulheres se tornando mais assertivas. (Debert, 1999).

Conforme já tratado no capítulo 1, grande parte das pesquisas sobre gênero e velhice concentrou-se nas diferenças entre homens e mulheres nessa fase da vida, buscando entender quem se adapta melhor à velhice. Nesse sentido, essa fase da vida era vista como uma etapa imutável e universal, desconsiderando as mudanças históricas, socioculturais e contextuais que influenciam as experiências de envelhecimento.

Nos anos 1960, o movimento de idosos foi politicamente ausente em meio à expansão de outros movimentos sociais, como os feminista, negro e jovem. No Brasil, começou a emergir nos anos 1980, após a retomada democrática, mas ficou atrás desses outros movimentos. Nos anos 1990, consolidou-se devido ao crescimento demográfico e à criação de movimentos como o dos aposentados, que lutavam pela afirmação da previdência pública, e programas culturais e comerciais voltados para a Terceira Idade. No entanto, também se firmou como um problema, sendo constantemente discutido em termos de déficits da Previdência e a necessidade de reformas, com a crescente longevidade representando uma espécie de perigo para a reprodução social (Motta, 2010, p. 235).

Como podemos perceber o movimento em defesa dos direitos das pessoas idosas no Brasil teve uma emergência tardia, inicialmente ausente na grande expansão dos movimentos sociais dos anos 1960, como os movimentos estudantis, hippie, feminista e negro. Apenas na década de 1980, com a retomada democrática, começou a se manifestar, mas de forma tímida, ficando atrás de outros movimentos sociais. Nos anos 1990, o movimento se consolida,

impulsionado pelo crescimento demográfico da população idosa e pelo surgimento de movimentos políticos, como os dos aposentados, e culturais/comerciais, como programas e clubes voltados para a Terceira Idade. No entanto, esse movimento também se vê marcado por uma visão de velhice como um problema, sendo associada às discussões sobre a necessidade de reformas, refletindo a preocupação com o impacto da longevidade no sistema social e econômico. (Motta, 2010).

Com base em uma análise crítica sobre como as diferenças entre grupos sociais são construídas e naturalizadas nas sociedades, recorreremos aos argumentos de Moutinho (2014), que nos leva a refletir sobre os mecanismos de poder responsáveis por determinar quem pertence a determinado grupo e quem é excluído — no caso desta dissertação, os velhos e os idosos transexuais. Tais divisões não são dadas ou imutáveis, mas resultam de processos sociais e culturais que moldam identidades e produzem desigualdades.

Vejamos,

“Como nos tornamos “nós”? Como nos tornamos “eles”? Como alguns se tornam “nós” e outros “eles”? Ou, talvez a melhor maneira de formular essa pergunta seja: de que modo os dispositivos de poder produzem a diferença entre o “nós” e “eles”? Muitas das recentes reflexões acerca da produção da diferença e da análise da desigualdade social vêm investindo na articulação dos chamados “marcadores sociais da diferença”. As questões acima colocadas informam ora explícita, ora implicitamente esse campo de análise. Nesse amplo cenário, que envolve os debates acerca dos direitos diferenciados e das políticas de reconhecimento, da produção de novas sensibilidades e da concomitante ressemantização de antigas formas de exclusão, a intersecção entre raça, nação, sexualidade e gênero ganha destaque.” (Moutinho, p.203. 2014).

Moutinho (2014) aborda a exclusão a partir de uma perspectiva interseccional entre raça, gênero e sexualidade, evidenciando como distintas categorias sociais são construídas por meio de discursos políticos e sociais. A autora ressalta os desafios vivenciados por sujeitos que não se enquadram nas normas hegemônicas e destaca a importância de análises que articulem múltiplos marcadores sociais da diferença. Sua pesquisa chama atenção para a invisibilidade e marginalização de determinados grupos — como as pessoas transexuais — tanto nos estudos acadêmicos quanto nas políticas públicas. Ao tangenciar a interseccionalidade, Moutinho (2014) contribui significativamente para o debate ao evidenciar como essas marcações estruturam desigualdades e processos de exclusão.

A relação que podemos fazer com o conceito de luta por reconhecimento está na necessidade de tornar visíveis as demandas e os direitos dos idosos, que estão constantemente em situações de vulnerabilidade, mas cujas necessidades ainda são ignoradas de forma perceptível. A luta por reconhecimento, nesse caso, implica não apenas em um reconhecimento simbólico da dignidade e dos direitos dos idosos, mas também na transformação das condições

sociais e estruturais que perpetuam essas desigualdades, especialmente as de gênero e as intergeracionais. Eis a correlação que podemos fazer com a indagação da autora Guita Grin Debert:

Como distinguir os efeitos das condições econômicas ou das minorias étnicas daqueles próprios do envelhecimento? Como encontrar mediadores adequados do bem-estar na velhice quando o que está em jogo não é apenas o nível de renda e de saúde, mas aspectos mais subjetivos como satisfação, solidão, níveis de ansiedade e insegurança e qualidade de apoio? (Debert, 1999, p. 88).

O bem-estar na velhice não se resume a indicadores objetivos - saúde e renda -, mas também envolve fatores subjetivos, como satisfação, solidão, ansiedade e apoio social, que desempenham papel crucial na qualidade de vida dos idosos.

Nesse sentido, meu olhar se volta especificamente para a velhice das pessoas transexuais. A fim de compor esta pesquisa, realizei busca no *Scielo* em 16/03/2025, ao utilizar as palavras-chaves “idosos transexuais” e “Velhice transexual”, para meu espanto, não encontrei nenhum registro, o que me evidencia uma lacuna existente na produção acadêmica sobre o tema da velhice e identidade de gênero, especialmente no que se refere aos indivíduos transexuais.

A escassez de pesquisas sobre a velhice transexual pode ser entendida como um reflexo da marginalização e invisibilidade histórica das pessoas trans, particularmente no que tange a fase do envelhecimento. Esse fenômeno está relacionado ao fato de que, dentro da sociedade e, por consequência, no campo acadêmico, as questões que envolvem a experiência de vida das pessoas transexuais com idade avançada frequentemente são negligenciadas. A falta de estudos especializados pode indicar uma falha em reconhecer as especificidades dessa população no processo de envelhecimento, além de refletir a prevalência de preconceitos enraizados contra as identidades de gênero não cisnormativas. Essa invisibilidade é ainda agravada pelas dificuldades estruturais e de acesso que muitas pessoas trans enfrentam para obter cuidados de saúde adequados, o que limita a produção de conhecimento nessa área. Além disso, o tema da velhice transexual pode ser relativamente recente no campo dos estudos de gênero, sendo necessário um maior aprofundamento das pesquisas que explorem paralelos entre idade, identidade de gênero e as complexas dinâmicas sociais que envolvem a população trans ao longo do ciclo de vida. Uma lacuna significativa que deve ser preenchida para que se possam desenvolver políticas públicas e estratégias de cuidado mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos idosos transexuais.

Contudo, anteriormente, em 30 de novembro de 2024, fiz a seguinte busca no *Google*: “maus-tratos contra idosos transexuais”. No entanto, os resultados não foram totalmente

satisfatórios. Apareceram apenas artigos e matérias de natureza de maus-tratos a idosos em geral, não encontrei, portanto, conteúdo específico a respeito do público idoso transexual na referida situação. Naquela ocasião, meu objetivo era investigar pela internet os maus-tratos contra idosos transexuais a fim de compreender as múltiplas vulnerabilidades a que essa população está sujeita. Estes não enfrentam apenas as discriminações comuns à velhice, como o etarismo e a negligência, mas também a transfobia, que pode se manifestar de maneira ainda mais intensa em contextos institucionais e familiares.

Além disso, muitos idosos trans podem não possuir redes de apoio, seja devido a rompimentos familiares ao longo da vida ou à falta de reconhecimento de suas identidades em espaços como lares para idosos. Isso pode colocá-los em maior risco de abandono, violência tanto física quanto emocional, bem como de negligência no acesso a serviços essenciais.

Ao trazer à tona essas questões, as pesquisas e os debates sobre o tema contribuem para a elaboração de medidas que promovam o respeito e os direitos dessa população, permitindo que envelheçam com mais segurança e qualidade de vida.

Visitei o *site* do governo do Estado de São Paulo, também em novembro de 2024, e me deparei com uma matéria que apresentava que no Brasil, apenas nos primeiros meses de 2021, foram registrados 33,6 mil casos de violência contra pessoas idosas no Disque 100, plataforma do governo federal que acolhe violações contra os direitos humanos. Em 2020, entre março e junho, o número de denúncias já tinha crescido 59%, sendo 25.533 no total deste período. A violência contra idosos pode se manifestar de diferentes formas, e um dos objetivos da campanha *Junho Violeta* é a de promover a conscientização quanto às práticas que comprometem a saúde e a dignidade emocional, psicológica e econômica das pessoas na terceira idade.²³

Ressaltamos que a citada campanha, *Junho violeta* foi mencionada no capítulo 1 desta dissertação. Meu espanto, como pesquisadora, foi perceber e constatar que ainda não é muito recorrido, e nem evidenciado registros que enfoquem o público transexual idoso no Brasil, na perspectiva da violência e maus tratos.

Já a campanha “Suas Sem Transfobia”, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com a RedeTrans e outros órgãos, busca mobilizar gestoras/es, profissionais e a sociedade para o respeito à diversidade e combate à transfobia. Apesar dos avanços nos direitos das pessoas trans, a discriminação e a violência seguem crescentes, resultando em

²³Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/junho-violeta-saiba-como-identificar-e-denunciar-a-violencia-contraidosos/> Acesso: 30 nov. 2024.

exclusão familiar, educacional e profissional, agravando a vulnerabilidade social. Entre 2016 e 2017, foram registradas 323 mortes de pessoas trans no Brasil, número subestimado pela falta de reconhecimento do nome social²⁴ nas estatísticas oficiais (RedeTrans Brasil, 2017). A persistência da transfobia evidencia a urgência de políticas públicas efetivas para garantir respeito, dignidade e inclusão, desafiando práticas conservadoras que negam direitos e perpetuam a exclusão dessa população.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) busca reduzir desigualdades socioterritoriais e garantir direitos socioassistenciais, especialmente para grupos historicamente marginalizados por renda, orientação sexual, identidade de gênero, cor/raça e etnicidade. No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a PNAS deve assegurar equidade e diversidade na implementação de ações, programas e benefícios, promovendo os direitos da população trans. (Cartilha visibilidade trans e travesti, s/d).

Para corroborar o aspecto da violência, a entrevistada Denise, mulher transexual negra de 73 anos, relata em sua participação na *websérie LGBT+60: Corpos que Resistem* do Canal Colabora que a violência esteve presente em sua trajetória. Ela menciona que seu pai não aceitava qualquer traço de feminilidade em seu filho. Em uma ocasião, ao notar um gesto considerado “afeminado”, ele pegou um martelo e esmagou um de seus dedos. “Depois de muita fisioterapia, ainda consigo mexer um pouco, mas nunca mais foi o mesmo”, conta Denise.

Martinha, mulher trans idosa de 62 anos que vivenciou experiências intensamente marcadas pela violência e rejeição tanto social quanto familiar foi outra entrevistada da *webserie 60+ Corpos que resistem*. Compartilhou relatos de sua trajetória de vida, destacando episódios que evidenciam as dificuldades impostas pela sociedade em um contexto de repressão e exclusão. Em sua narrativa, ela descreve como, desde a infância, foi alvo de estigmatização e violência, sendo chamada de “pederasta” devido ao seu comportamento afeminado. “Eu era chamada de pederasta pelo meu jeito”, disse Martinha, lembrando a hostilidade que enfrentou desde cedo. A discriminação começou em sua casa, com a mãe tentando, de forma extrema, forçá-la a se conformar aos padrões de gênero impostos, chegando a tentar usar gel de pimenta em partes íntimas de seu corpo, inclusive era ameaçada com veneno. “minha mãe falou que ia me dar injeção de estricnina quando eu estivesse dormindo”, relatou ainda impressionada com a violência da qual foi vítima em sua própria casa, ceio de sua família.

²⁴ é o nome com o qual uma pessoa quer ser tratada, independentemente ao motivo (que pode estar relacionado à sua identidade de gênero ou não) e aos registros civis – Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Saude_de_Transsexuais_e_Travestis_SMS_Sao_Paulo_3_de_Julho_2020.pdf Acesso: 02 mai. 2025.

Logo no início do vídeo, Martinha mostrou a cicatriz na sobrancelha após uma coronhada de revólver que levou de um policial. A pressão social e a violência que enfrentou desde jovem foram tão intensas que, aos 8 anos, ela fugiu de casa, indo morar nas ruas, onde se deparou com ainda mais violência, inclusive por parte da polícia. “A gente ia comprar uma carne no açougue de manhã, a polícia via e levava”. Relatou que se o uso de roupa feminina como vestido e saia era difícil sair de casa sem ser interpelada pela polícia. “Pegavam a gente, riam da gente”, afirmou. Ao longo de sua vida, Martinha foi presa cerca de 200 vezes. Relembra os abusos sofridos, especialmente sob a repressão da ditadura militar no Brasil, que tornou a vida das pessoas trans ainda mais difícil. “Os policiais tinham medo da gente, então, a gente se mutilava para não ficar presa por causa do sangue”, comentou, revelando as táticas desesperadas que usava para escapar da violência institucionalizada já que havia na época o medo do HIV. “Éramos apontadas nas ruas e gritavam para nós: Olha a AIDS!”.

Ana Carolina Apocalypse, em entrevista para a mesma *websérie*, relata que durante os anos 1980, aos 22 anos, viu de perto o impacto devastador do HIV. Cita que dois amigos próximos a ela contraíram o vírus e faleceram rapidamente. O medo da doença foi um choque. “Aquilo me bloqueou completamente. Pensei: ‘Preciso me proteger, não quero morrer’.”

O produtor dos vídeos *60+ Corpos que Resistem*, enfatiza que os idosos LGBTQIA+ são sobreviventes de uma história de violência e exclusão. Conta que muitos foram perseguidos pela ditadura, ou infectados pelo HIV, ficaram marginalizados. “Quem chegou à velhice, de fato, sobreviveu”, disse Yuri, roteirista e produtor dos vídeos, em entrevista realizada por mim em outubro de 2024.

Para Honnet (2009), na linguagem cotidiana está presente uma compreensão implícita de que a integridade do ser humano depende de formas de reconhecimento. A forma como indivíduos descrevem experiências de desrespeito ou maus-tratos geralmente recorre a categorias morais como “ofensa” ou “rebaixamento”, que indicam uma recusa ao reconhecimento. Isso revela que o sofrimento causado por atitudes ofensivas não se resume à limitação da liberdade ou a danos físicos, mas à ferida imposta à imagem positiva que a pessoa tem de si mesma — imagem esta construída intersubjetivamente. Honneth argumenta que sem a expectativa legítima de reconhecimento por parte dos outros, conceitos como “desrespeito” ou “ofensa” perderam sentido. Uma conexão conceitual, já delineada por Hegel, segundo a qual a individualização do sujeito está entrelaçada com o reconhecimento mútuo. Essa vulnerabilidade humana se manifesta na medida em que o “eu” depende do outro para se constituir, o que torna a ausência de reconhecimento uma ameaça direta à identidade pessoal, como já posto anteriormente aqui.

Com base nas entrevistas apresentadas na *websérie*, é possível perceber que a velhice das pessoas transexuais pode ser marcada por trajetórias de extrema resistência frente a um histórico contínuo de violências físicas, psicológicas e institucionais. Os relatos de Denise, Martinha e Ana Carolina revelam infâncias e juventudes atravessadas por rejeição familiar, abusos e perseguições estatais, especialmente durante o período da ditadura militar e a crise do HIV/AIDS. As experiências compartilhadas evidenciam como as marcas da exclusão se perpetuaram ao longo do tempo, impondo à velhice dessas pessoas um peso simbólico de sobrevivência. O testemunho de Yuri, roteirista da *websérie*, sintetiza esse contexto, ressaltando que o envelhecimento dessas populações não é apenas um processo biológico, mas também um ato de resistência frente à negação histórica de direitos, reconhecimento e pertencimento social.

Essas histórias evidenciam uma necessidade premente de formulação e implementação de políticas públicas que reconheçam os efeitos cumulativos da transfobia e da violência estrutural sobre os corpos e subjetividades das pessoas transexuais ao longo de todo o curso da vida. Trata-se de enfrentar não apenas a exclusão presente na velhice, mas também de reparar trajetórias marcadas por sistemáticas violações de direitos desde a infância e juventude, garantindo acesso à saúde, moradia digna, segurança, reconhecimento identitário e inclusão social. A ausência dessas políticas pode reforçar o ciclo de marginalização, enquanto sua presença pode representar um passo efetivo na direção da justiça social e do reconhecimento pleno dessas existências historicamente negligenciadas. Na perspectiva honnethiana, formas necessárias de reconstruir os vínculos de reconhecimento rompidos, promovendo justiça não apenas por meio da reparação legal, mas também pela valorização simbólica e afetiva desses sujeitos historicamente excluídos.

A justiça, conforme abordada por Judith Butler (2022, p.103), não se limita à forma como as pessoas são tratadas ou como a sociedade é organizada, ela também envolve decisões fundamentais sobre o que define uma pessoa e quais normas sociais devem ser legitimadas para que a personalidade seja reconhecida. Isso implica considerar o modo como identificamos ou não determinados sujeitos como pessoas, algo que depende do reconhecimento, ou não, da manifestação de certas normas através de seus corpos. O próprio critério pelo qual julgamos alguém como “humano”, muitas vezes condicionado por pressupostos de coerência de gênero, não apenas regula a possibilidade de reconhecimento social, mas também afeta profundamente a forma como os indivíduos se percebem e se sentem nos níveis mais íntimos, como o desejo, o corpo e a identidade. Tal reconhecimento ou sua ausência está presente em momentos cotidianos, como diante do espelho ou em interações com instituições médico-legais, nas quais se negociam os limites da identidade de gênero e, consequentemente, da própria personalidade.

Dessa forma, a justiça também é um campo em disputa sobre quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo e em quais termos esse reconhecimento se dá.

Judith Butler (2022, p. 60) desafia a noção tradicional de autonomia como um estado de autossuficiência isolada, argumentando que nossa capacidade de agir, reivindicar direitos e nos reconhecer como sujeitos depende de normas e estruturas sociais pré-existentes. Ou seja, não nascemos autônomos nem negociamos nossa identidade a partir de um individualismo, somos sempre lançados em um mundo já normativamente estruturado, onde a possibilidade de sermos reconhecidos como sujeitos depende de marcos simbólicos e sociais que nos antecedem e moldam. A resistência, nesse contexto, não é uma rejeição total às normas, mas sim uma articulação que ocorre dentro e a partir delas. Assim, a reflexividade – ou seja, a capacidade de pensar-se como um eu – não é apenas mediada socialmente, mas constituída pela alteridade: é através do olhar do outro, das normas sociais e das estruturas culturais que conseguimos imaginar possibilidades de existência para nós mesmos.

O fato de não podermos prever ou controlar todas as formas que a existência humana pode assumir não implica que devamos aceitar incondicionalmente qualquer manifestação possível da humanidade. No entanto, isso tampouco impede que nos engajamos na defesa de valores democráticos, pacíficos, internacionais e antirracistas. A luta por esses princípios exige o reconhecimento de que nenhuma perspectiva individual é suficiente para abarcar toda a complexidade do ser humano. Assim, torna-se necessário um esforço coletivo de reflexão e ação, em que o próprio lugar de fala do sujeito deve ser colocado em suspensão — desestabilizado — a fim de se abrir ao que lhe é estranho, àquilo que escapa ao reconhecimento imediato. Essa exposição ao outro é condição ética e política para o exercício de uma democracia radical, que não se fecha em identidades fixas, mas se orienta por um compromisso com a pluralidade e com a justiça social. (Butler, 2022. p. 66).

CAPÍTULO III - ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: DESAFIOS DA VIVÊNCIA TRANS NO ENVELHECIMENTO

“Velhice é quando a gente começa a ser tratado como objeto de respeito e não como objeto de desejo”.

(Rubem Alves)

A frase retirada do poema *A Pior Idade*, de Rubem Alves, destaca a transição de um reconhecimento pautado no desejo para um enquadramento baseado no respeito, evidenciando uma reconfiguração da velhice.

No contexto do envelhecimento de pessoas transexuais, tema central desta pesquisa, essa transformação citada no parágrafo anterior pode ser ainda mais complexa. Muitas mulheres transexuais, por exemplo, vivenciaram a juventude sob o olhar da fetichização e até mesmo da marginalização, sendo frequentemente reduzidas à sexualidade e ao trabalho à noite. Com o envelhecimento, suas existências passam a ser percebidas de outra forma, mas nem sempre esse “respeito” se traduz em reconhecimento real de seus direitos e dignidade. Muitas enfrentam isolamento, dificuldades de acesso a cuidados específicos e a invisibilização em políticas públicas. Dessa forma, a interseção entre envelhecimento e transexualidade revela desafios que vão além da mudança de status simbólico apontada pelo poeta, trazendo à tona questões estruturais sobre pertencimento, reconhecimento e o direito a uma velhice digna para todas as pessoas, inclusive trans e travestis.

Os direitos individuais podem ser compreendidos como as legítimas pretensões que um indivíduo espera ver atendidas dentro de uma sociedade, em que todos os membros participam igualmente da estrutura institucional. A satisfação dessas necessidades implica um reconhecimento social da igualdade de valor entre os indivíduos. Quando há violação dessas expectativas, o desrespeito se manifesta de formas diversas, afetando não apenas os aspectos materiais, mas também o valor atribuído ao indivíduo ou a determinados grupos. Honnet salienta,

A particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; (Honnet, 2009. p. 216).

A degradação de modos de vida pessoais ou coletivos, frequentemente associada a ofensas ou ataques à honra e dignidade, reduz a capacidade de uma pessoa se autorrealizar dentro do contexto cultural e social. Esse tipo de desrespeito retira da pessoa a possibilidade de

atribuir valor social às suas próprias habilidades. (Honnet, 2009. p. 215-216).

3.1. Transexualidade ao longo da história

O termo “transgênero” é de origem relativamente recente, porém, fenômenos que correspondem a tal condição podem ser identificados ao longo da história ocidental, ainda que não designados por essa terminologia específica. Descreve indivíduos cujo sexo biológico ao nascer não corresponde à sua identidade de gênero. Por exemplo, uma pessoa pode nascer biologicamente do sexo masculino, mas identificar-se e expressar-se como mulher, e vice-versa. Nas palavras de Butler (2022),

“Transgênero” se refere às pessoas que se identificam ou vivem, de maneira cruzada, como um outro gênero, que podem ou não ter passado por tratamentos hormonais ou cirurgias de redesignação sexual dentre as pessoas transexuais e transgêneros há quem se identifique como homem ou como mulher, e a outras pessoas que, com ou sem cirurgia com o senhor hormônios, identificam-se como trans, como transmasculinas ou trans femininas; cada uma dessas práticas sociais carrega diferentes fardos e promessas.(Butler, 2022. p. 19).

O historiador Paulo Rezzutti em um vídeo intitulado *Transgêneros na história* ²⁵ que trata a respeito da transexualidade ao longo dos séculos na sociedade ocidental, disponível em seu canal no *YouTube*, cita que A sociedade ocidental só começou a aceitar a transexualidade recentemente, atrasada em relação a outras sociedades. Apenas como exemplificação, cita que em 1542, por exemplo, o explorador Alvar Nuñez Cabeza de Vaca documentou ter encontrado nas Américas uma tribo em que certas pessoas tinham corpos de homens, mas se vestiam como mulheres e realizavam as funções esperadas delas. Na África, existem muitas comunidades em que homens e mulheres trans não só são aceitos, mas têm papéis tradicionais, por exemplo, certas funções de sacerdotes só podem ser exercidas por essas pessoas. Nessas sociedades, as mulheres transgênero podem se casar com homens e os homens transgênero, com mulheres. Foi só com a introdução do cristianismo e do islamismo nessas regiões que essas pessoas passaram a ser perseguidas. (Rezzutti, 2021).

A partir da análise historiográfica trazida por Rezzutti, percebemos que havia aceitação da identidade de gênero divergente em diferentes sociedades, em comparação com outras culturas. Eram pessoas aceitas em suas comunidades. O vídeo ilustra como diferentes sociedades têm abordagens variadas em relação à transexualidade, com algumas culturas

²⁵Transgêneros na história. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gu55jnzKAlk> Acesso: 25 ago. 2024.

historicamente aceitando e integrando pessoas trans de maneira significativa, enquanto outras, influenciadas por religiões ocidentais, passaram a persegui-las.

Francisco Manicongo, acusado de “usar ofício de fêmea”, conforme cita o historiador Ronaldo Vainfas em *Trópicos dos Pecados*, ficou marcada na história como Xica Manicongo, reconhecida como a primeira pessoa transexual registrada no Brasil. Sua trajetória simboliza a resistência às normas de gênero impostas no período colonial. Nascida no Congo e escravizada em Salvador (BA) no século XVI, Xica trabalhava como sapateira e expressava sua identidade de maneira dissidente, o que levou à sua perseguição pela Inquisição. Para escapar da condenação à fogueira, foi forçada a adotar vestimentas e comportamentos masculinos, sendo violentamente privada de sua identidade. Observa-se,

Travesti, recusava-se a usar “o vestido de homem que lhe dava seu senhor”, preferindo “trazer um pano cindido com as pontas por diante”, à maneira dos jimbandas do Congo, que, segundo o principal acusador, homem versado em costumes africanos, (...) Francisco era um autêntico de banda que teimava em manter na Bahia o travestismo aceito em sua terra natal. Era homem que causava espécie, circulando naqueles trajes pelas ladeiras de Salvador (...). (Vainfas, Ronaldo, 1997. p. 172)

Para corroborar, citamos que em 2025 a escola de samba Paraíso do Tuiuti levou a história de Xica para a Marquês de Sapucaí. Estabelece paralelos significativos com a luta de transexuais e travestis nos dias de hoje. Ou seja, assim como ela desafiou as rígidas normas de classe e gênero em sua época, pessoas trans também desafiam as convenções tradicionais de gênero na sociedade contemporânea. Não sabemos a idade exata em que Xica Manicongo morreu, nem as circunstâncias de sua morte, todavia, a escolha de uma personagem histórica que luta pela afirmação de identidade ressoa com os desafios enfrentados por travestis e transexuais, que, da mesma forma, buscam o reconhecimento e a validação de suas identidades em uma sociedade ainda fortemente marcada por normas impostas e restritivas.

A escravidão no Brasil impunha uma homogeneização, inclusive das identidades de gênero, forçando as pessoas negras a se submeterem às normas e valores da sociedade branca, que por sua vez desconsiderava e apagava identidades culturais, impondo uma visão opressiva.

O termo “transexualismo”, foi utilizado no século XX para descrever a experiência de pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascimento e que buscam ou passaram por processos de mudança para alinhar seu corpo e/ou vida com sua identidade de gênero. Portanto, uma pessoa designada como menina ao nascer pode não se identificar com essa categorização devido à falta de conforto com ela. O termo ‘transexualismo’ foi criado em 1953 por Harry Benjamin, médico clínico que se tornou conhecido como o “pai da transexualidade”. Foi, portanto, introduzido pelo psiquiatra norte-americano para designar

um distúrbio puramente psíquico da identidade sexual, caracterizado pela convicção inabalável de um sujeito de pertencer ao sexo oposto. (Moreira; Marcos, 2019, p. 601).

Destaca-se que a expressão gênero, por sua vez, originado do latim *genus*, é comumente utilizado para referir-se a categorias, classes ou grupos que compartilham características comuns. Foi introduzido como conceito em 1964 por Robert Stoller, com o objetivo de diferenciar o sexo (entendido como a organização anatômica) da identidade (compreendida no contexto social ou psíquico). Nesse sentido, o gênero passou a ser associado ao sentimento de identidade sexual, que é social ou psicologicamente construído, enquanto o sexo permanece como uma característica biológica, associada à distinção anatômica entre masculino e feminino. (Moreira; Marcos, 2019, p. 602-605).

Ao enveredar pelo percurso histórico da transexualidade, desde as épocas mais antigas até os dias atuais, deparamo-nos com a inadequação que o sujeito transexual apresenta em relação a seu corpo. O sujeito transexual reivindica o direito de escolher seu sexo, acreditando ser esse diferente do que lhe foi concedido pela natureza. Diante da oferta indiscriminada da cirurgia de mudança de sexo como solucionadora da questão que permeia a transexualidade, faz-se necessário escutar o que abriga a demanda do pedido de troca de sexo, no sentido de compreendermos o sintoma transexual. (Moreira; Marcos, 2019, p. 608).

Em linhas gerais, no contexto apresentado, com base nas citações referenciadas, percebemos que gênero se refere à identidade e ao papel social associado ao binarismo masculino ou feminino, enquanto sexo se refere às características físicas e biológicas, composto por fatores genéticos. Transexualidade refere-se a pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascimento, e que podem buscar mudanças físicas e sociais para alinhar seu corpo de forma que corresponda com sua identidade de gênero. Na nossa cultura ocidental, indivíduos que não correspondem à identidade de gênero atribuída ao nascer com base no sexo genital são frequentemente vistos como sóciodesviantes ou gênero-divergentes, ou seja, como transgressões da ordem social. Em contraste, as pessoas 'cisgêneras' são aquelas que se encaixam na identidade de gênero recebida ao nascer e são consideradas bem-ajustadas a essa identidade. (Lanz, 2014, p.39).

“E Deus fez o homem e a mulher”, esta é uma citação bíblica da criação, encontrada no Livro de Gênesis. Deus criou, portanto, os seres humanos à Sua imagem e semelhança. Na tradição cristã, tem sido interpretado de várias formas ao longo da história. Essa citação, no entanto, tem sido debatida em contextos contemporâneos, especialmente em relação a questões de gênero e identidade. Para algumas pessoas, ela representa a ideia de uma divisão rígida entre os sexos, com papéis sociais e biológicos definidos. Para outras interpretações, ela pode ser

vista como uma mensagem sobre a dignidade e o valor de todos os seres humanos, independentemente de sua identidade de gênero.

As diferenças de gênero surgem com base que homens e mulheres são socializados em papéis distintos dentro de uma hierarquia que coloca o homem no topo da pirâmide social. As teorias de socialização de gênero são defendidas por funcionalistas que veem meninos e meninas como aprendizes de papéis sexuais e de gênero, associados às noções de masculinidade e feminilidade. Logo, elogios e críticas ajudam a reforçar as normas de gênero, incentivando comportamentos que são considerados adequados para cada gênero e desencorajando aqueles que não se alinham com essas expectativas. “Que menino valente você é!” ou “Meninos não brincam com bonecas!” (Giddens, 2005, p.105).

Sobre gênero, Giddens afirma que,

[...] diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo. A distinção entre sexo e gênero é fundamental, já que muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica (Giddens, 2005, p. 102 - 103).

Para Judith Butler (2022, p. 121), alguns pais ao levarem seus filhos a clínicas de identidade de gênero diante de brincadeiras ou preferências consideradas não convencionais “meninos brincam com livros de lã, meninas brincam com caminhões” pode revelar uma ansiedade social por definir precocemente uma identidade de gênero estável. Esse impulso interpreta gestos, roupas ou brinquedos como sinais fixos, ignorando a fluidez e complexidade das expressões de gênero na infância, reforçando normas que buscam alinhar corpo, desejo e identidade a modelos já estabelecidos.

Com base nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o país passa por uma transição demográfica, com uma crescente proporção de idosos na população total. Esse aumento é resultado de uma combinação de fatores, incluindo a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida. Igualmente, a conscientização da diversidade de gênero e orientação sexual crescem no Brasil. Isso tem levado a um aumento da visibilidade e representação da comunidade LGBTQIA+ em vários aspectos da sociedade.

Foi bastante mencionada ao longo desta dissertação, no entanto, vale destacar que a sigla em questão, LGBTQIA+, abrange uma variedade de identidades e orientações sexuais, representando, respectivamente, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais. O símbolo de “+” no final da sigla serve para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se conformam à heteronormatividade. Tal conceito descreve a presunção de que a heterossexualidade é a orientação sexual dominante e esperada nas

sociedades ocidentais. “É, pois, um dispositivo totalitário e hegemônico resultante da aplicação compulsória das normas binárias de conduta de gênero a todas as relações estabelecidas entre as pessoas na nossa sociedade” (Lanz, 2014, p. 41). Porém, o foco desta pesquisa é o público correspondente à letra “T”, “que não se refere a uma orientação sexual, mas sim a identidades de gênero, também chamadas de “pessoas trans”, elas podem ser transgênero (homem ou mulher)”.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais)²⁶ foi criada no Brasil em 2011 com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar dessa população, enfrentando as desigualdades e discriminações por pessoas LGBTQIA+ nos serviços de saúde. É um exemplo de política pública que visa garantir o acesso universal e igualitário a serviços que respeitem e considerem a diversidade de gênero e orientação sexual. A implantação da Política Nacional de Saúde Integral envolve ações em diversas áreas, incluindo a capacitação de profissionais de saúde, a criação de serviços especializados, a promoção de campanhas de conscientização e a articulação entre diferentes setores da sociedade para promover a inclusão e o respeito pelos direitos humanos dessa população.

A noção de que o gênero é performativo, conforme argumenta Judith Butler (2022), não significa apenas a possibilidade de encenar identidades de forma livre ou subversiva, como se fosse um ato isolado de liberdade individual. Para ela trata-se do contrário, uma afirmação crítica sobre os modos pelos quais a realidade social é produzida, contestada e sustentada por meio de repetições normativas. A performance de gênero revela, portanto, os limites e as violências das normas que definem o que é considerado legítimo. Essa compreensão tem implicações diretas nas formas como certas expressões de gênero são criminalizadas ou patologizadas. Sujeitos que cruzam fronteiras normativas de gênero, como pessoas trans e não binárias, muitas vezes enfrentam perseguições institucionais, sendo presos, internados ou alvos de violência que, por vezes, é legitimada ou mesmo praticada pelo próprio Estado. A ausência de reconhecimento dessa violência como tal contribui para a manutenção de estruturas de exclusão e desumanização desses corpos. (Butler, 2022. p. 57-58).

²⁶ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso: 24 ago. 2024.

3.2. O mercado de trabalho e a exclusão da população trans idosa

Para fins de ilustrar a problemática da empregabilidade da população trans no Brasil, tomo como referência a matéria publicada no *site* Agência Brasil publicada em dezembro de 2022, por Vinícius Lisboa, intitulada *Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego* que mostra um estudo foi conduzido pelo projeto da ONG TransVida, com o apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e destaca os desafios enfrentados por pessoas trans no mercado de trabalho. Os resultados apontam que essa população experimenta altos níveis de marginalização, agravados por índices significativos de violência. Muitos dos participantes relataram ter vivenciado rejeição familiar, discriminação no ambiente laboral e exclusão social, fatores que podem ter impactos negativos e duradouros na saúde mental e física, especialmente no processo de envelhecimento. A pesquisa reforça a necessidade de sensibilizar empregadores e profissionais de recursos humanos quanto à inclusão de pessoas trans, promovendo um ambiente de trabalho mais acolhedor e equitativo.

O estudo contou com a participação de mais de 100 pessoas trans e revelou que 14,3% delas tinham a prostituição como principal fonte de renda, sendo essa uma alternativa de última instância para sua subsistência. Entre as formas mais recorrentes de violência relatadas, destacam-se o desrespeito ao nome social e a tortura psicológica, além de episódios de agressão física, assédio sexual e estupro. Os dados indicam ainda que os principais agentes dessas agressões são indivíduos do círculo próximo das vítimas, como amigos, conhecidos e familiares.

No que concerne à discriminação no mercado de trabalho, a pesquisa revelou que mais da metade dos entrevistados eram as únicas pessoas trans em seus locais de emprego. Além disso, 27,6% identificaram a transfobia como uma forma de violência vivenciada ou testemunhada no ambiente profissional; 14,2% mencionaram o racismo; e 9% relataram episódios de homofobia. Ressaltando que a Transfobia é a aversão social direcionada às pessoas travestis, transexuais e transgêneras e a tudo o que remete ao seu modo de vida, como comportamento ou vestimenta. Já a homofobia é um comportamento discriminatório que consiste em aversão a pessoas que não se identificam como heterossexuais. O desrespeito ao nome social foi relatado por 16,4% dos participantes, enquanto 6% afirmaram ter sido impedidos de utilizar o banheiro correspondente à sua identidade de gênero. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas e iniciativas institucionais voltadas à garantia da

inclusão e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho, bem como ações educativas que combatam a discriminação e promovam ambientes laborais mais seguros e respeitosos.

Para corroborar com essa questão do trabalho e emprego, conforme já citado no capítulo I, Luma Montenegro, mulher transexual 50+ entrevistada por mim, compartilhou que iniciou sua trajetória profissional no setor de entretenimento noturno, já que era uma das poucas possibilidades acessíveis a mulheres trans e travestis possuíam. Segundo seu relato, ao sair de casa ainda jovem, enfrentou a necessidade de se sustentar sozinha, já que a aceitação familiar exigia sua conformidade com expectativas rígidas. Diante das oportunidades restritas, suas opções de trabalho se limitavam a áreas como cabeleireira, maquiadora ou a atuação na noite

“No Brasil, só 4% dos transexuais têm carteira assinada.” É o que mostra a matéria da Revista *VocêRH* publicada em abril de 2024, escrita por Alexandre Carvalho. Um reflexo da dificuldade de inclusão de pessoas transexuais no mercado de trabalho. Fatores como discriminação, preconceito e falta de políticas de apoio contribuem para essa baixa representatividade no emprego formal. Muitas pessoas trans enfrentam barreiras significativas para garantir uma vaga de emprego.

Apesar de existirem iniciativas voltadas à empregabilidade de pessoas idosas, como é o caso da Prefeitura do Rio de Janeiro — que, em 2025, lançou o Programa Empregabilidade, destinado a pessoas com 50 anos ou mais e com vagas que oferecem salários a partir de R\$ 1.512, ainda são necessários avanços para garantir a inclusão efetiva desse grupo no mercado de trabalho. É o que aponta o *site* da prefeitura na matéria lançada em janeiro cujo título é *Prefeitura do Rio lança programa de empregabilidade para pessoas com idade a partir de 50 anos*. O objetivo é combater o preconceito etário e valorizar a experiência dos trabalhadores mais velhos, no entanto, não há informações quanto a vagas para idosos transexuais, o texto nesse sentido é genérico, fazendo referência apenas que os interessados devem comparecer pessoalmente à sede da Prefeitura.

Voltando à entrevista com Luma Montenegro, ao falar de sua trajetória, disse que buscou formação profissional e se qualificou como cabeleireira. No entanto, as oportunidades de emprego formal eram escassas, o que a levou a atuar como profissional do sexo em Portugal durante um período de sua vida. “Naquela época, quando assumíamos a identidade travesti, era quase um consenso que nosso espaço era a noite. Você não via travesti durante o dia, porque nossa rotina era essencialmente noturna”²⁷, afirma. Ela citou um documentário com Claudia

²⁷ Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2025.

Wonder²⁸, em que a artista comparava a realidade das travestis a uma existência semelhante à dos morcegos: “Eu sempre dizia que éramos noturnas, quase vampiras, porque nosso universo estava restrito à noite. E essa realidade, infelizmente, ainda persiste para muitas”.

Luma reflete acerca das transformações no mercado de trabalho para pessoas trans ao longo dos anos. Lembra,

“Hoje, muita coisa mudou. Quando eu era jovem, as opções eram poucas: cabeleireira, maquiadora ou costureira. Mesmo assim, a aceitação era mínima. Muitas trabalhavam por conta própria, porque os salões, mesmo com a presença predominante de homens gays, não contratavam travestis”

No decorrer da entrevista, Luma citou perceber avanços na inserção de pessoas trans no mercado formal nos últimos anos, ainda que os desafios persistem. Reflete sobre as mudanças no mercado de trabalho para pessoas trans, lembrando que, no passado, as opções eram restritas a áreas como cabeleireira ou costureira, com pouca aceitação. Hoje, apesar dos desafios persistirem, ela observa avanços, com pessoas trans atuando em setores como atendentes, comércio e serviços, o que indica uma ampliação gradual das oportunidades. Conclui, “Agora vemos mulheres trans e homens trans trabalhando em empresas, principalmente em setores como telemarketing, lojas, padarias e lojas de conveniência. Ainda há um longo caminho a percorrer, mas as possibilidades estão se ampliando”.

Em busca de melhor compreensão a respeito das questões de trabalho e emprego para pessoas transexuais, visitei a página da internet *transempregos.com.br* em 13 de janeiro de 2025. O *site* é destacado como o maior banco de vagas para pessoas trans no Brasil, oferecendo uma plataforma especializada na promoção da inclusão profissional dessa população. Um dos recursos oferecidos é a possibilidade de elaboração de currículos com a ajuda de um profissional de recrutamento, de forma gratuita, o que visa reduzir barreiras e facilitar a entrada ao mercado de trabalho. No entanto, não percebi quesito idade nas opções de vaga.

Percebi como um avanço significativo quando se observa o aumento das oportunidades voltadas ao público transexual. A criação de espaços específicos como o *Transempregos* reflete um movimento crescente no mercado de trabalho brasileiro para a inclusão de pessoas trans, muitas vezes historicamente marginalizadas devido ao preconceito e à falta de políticas inclusivas. A plataforma aponta contar com 2.559 empresas parceiras. Tais iniciativas oferecem não apenas a possibilidade de emprego, mas também um ambiente mais acolhedor e sensível às questões de identidade de gênero. Além disso, a presença de plataformas como essa

²⁸ Cláudia Wonder (1955-2010) foi uma artista performática, escritora, cantora, colunista e militante travesti brasileira. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%A1udia_Wonder Acesso: 04 mar. 2025

representa um esforço consciente para combater a discriminação no acesso ao trabalho e promover a igualdade de oportunidades para a população transsexual, que ainda enfrenta desafios significativos.

3.3. Violência, saúde e expectativa de vida da população transexual idosa

Em 2022, o Brasil registrou o assassinato de pelo menos 131 pessoas trans e travestis. É o que indica o Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras²⁹, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), já citada em capítulo anterior. O relatório revela que o Brasil lidera o *ranking* global de mortes de pessoas transexuais e de travestis. Entre as 131 vítimas fatais daquele ano, 130 eram mulheres transexuais e travestis, enquanto uma era um homem trans. A pessoa mais jovem assassinada tinha apenas 15 anos, e quase 90% das vítimas tinham entre 15 e 40 anos.

A violência e a discriminação enfrentadas por essas pessoas são acentuadas em várias fases da vida, incluindo a velhice. Assim como as pessoas trans enfrentam risco elevado de abusos, agressões e marginalização, a situação pode se agravar mais à medida que envelhecem. A interseccionalidade entre ser trans e ser idoso pode resultar em aumento das vulnerabilidades devido à combinação de discriminação por idade, assim como por identidade de gênero.

A violência dirigida a pessoas trans e outras dissidências de gênero revela-se como uma tentativa desesperada de preservar uma ordem social baseada em identidades de gênero inteligíveis, isto é, aquelas reconhecíveis dentro de um sistema normativo binário. A pessoa que ameaça ou agride atua movida por uma crença rígida e angustiante de que seu próprio sentido de mundo e de *self* estaria em risco caso existências que desafiam essa estrutura sejam permitidas no espaço público. A negação desses corpos, por meio da violência, é uma forma de restabelecer simbolicamente uma suposta naturalidade da ordem social, recusando-se a considerar que o mundo poderia ser constituído de maneira diversa. Essa dinâmica se inscreve em um padrão de exclusão que, em muitos contextos, culmina em assassinatos de pessoas trans, homens gays com expressão de gênero feminina e mulheres lésbicas com expressão masculina — crimes frequentemente invisibilizados por Estados e organismos internacionais, que os deixam de fora das estatísticas ou não os reconhecem como violação de direitos humanos. A recusa institucional em nomear essas mortes como crimes de ódio reforça a não legibilidade

²⁹ Disponível em: <https://antrabrasil.org/> Acesso: 24 ago. 2024.

dessas vidas como plenamente humanas, reafirmando estruturas de exclusão que perpetuam a violência. (Butler, 2022. p. 64).

A trajetória profissional de Luma Montenegro reflete a interseção entre vivências pessoais e a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho de maneira digna. Inicialmente, sua experiência como cuidadora de idosos surgiu a partir do cuidado com sua mãe. Após o falecimento materno, Luma buscou formalizar sua atuação por meio de um curso específico, o que possibilitou seu estágio na instituição Esperança e Vida, em Campinas-SP, voltada ao acolhimento de pessoas que vivem com HIV/AIDS. Durante o estágio como cuidadora, Luma reencontrou uma conhecida da comunidade trans, Brenda Star, uma mulher também transexual, que, devido ao agravamento de sua condição de saúde, idade avançada e à falta de rede de apoio familiar, havia sido institucionalizada. No entanto, ao ingressar na casa de acolhimento, Brenda foi submetida à perda de sua identidade de gênero, teve seu nome social desrespeitado e sua aparência alterada para se adequar às normas institucionais de uma organização de caráter religioso. A atuação de Luma nesse contexto não se limitou ao cuidado direto, mas envolveu também a defesa da identidade de gênero de Brenda, questionando as práticas institucionais de apagamento da subjetividade trans. Ao perceber que conhecidos acreditavam que Brenda havia falecido, Luma comunicou sua existência a antigos contatos, promovendo um resgate de sua trajetória e laços afetivos.

Após a experiência do estágio, Luma passou a atuar como cuidadora de idosos em regime de plantão, conciliando essa atividade com seu trabalho administrativo no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) onde atua há 15 anos. Embora a maior parte dos atendidos não pertença à comunidade LGBTQIA+, a presença de idosos gays e, especificamente, de travestis em situação de vulnerabilidade evidenciou a necessidade de profissionais sensíveis às especificidades dessa população.

A inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal ainda enfrenta barreiras significativas, mas iniciativas como a de Luma demonstram avanços na aceitação profissional. A mediação de sua professora de estágio ao indicar profissionais trans para famílias que necessitam de cuidadores ressalta a importância de estratégias institucionais para promover a inclusão e a valorização dessas trabalhadoras no campo da saúde e do cuidado. A conscientização das Leis do Trabalho (CLT) e os direitos trabalhistas são fundamentais para a garantia de melhores condições laborais. Para Luma, compreender esses direitos vai além da aposentadoria, envolve a segurança de benefícios como férias remuneradas, décimo terceiro salário, licença médica e INSS.

As pessoas do século XXI estão constantemente sob pressão para produzir, competir e se autopromover, resultando em um estado de exaustão física e mental. A sociedade do cansaço é alimentada pelo mercado de trabalho que exige cada vez mais dos indivíduos, em termos de disponibilidade, flexibilidade e desempenho. Essa pressão se entrelaça com as estratégias de controle social, à medida que os indivíduos são incentivados a se moldar de acordo com as exigências do mercado para garantir a própria sobrevivência e sucesso

Ao longo de sua trajetória profissional, Luma observou que muitas pessoas trans acabam em ocupações informais devido à discriminação, ficando sem amparo em momentos de necessidade, como doenças ou envelhecimento. A formalização do trabalho permite não apenas estabilidade financeira, mas também proteção social e reconhecimento da identidade profissional. Além disso, ao garantir direitos trabalhistas e acesso a benefícios como licença-maternidade, férias e aposentadoria, a formalização contribui para a qualidade de vida do trabalhador, assegurando sua integração plena no mercado de trabalho e sua proteção frente a eventuais adversidades.

3.4. Assistências aos idosos transexuais

No que corresponde aos desafios de saúde para idosos transexuais, a terapia hormonal, uma parte essencial da transição para muitos, requer monitoramento contínuo e pode ter implicações. Além disso, o acesso a cuidados de saúde competentes e inclusivos pode ser muitas vezes difícil.

A trajetória de Luma na construção identitária foi influenciada pelo contato com outras mulheres trans, momento em que despertou seu desejo pela transição. A descoberta dos hormônios representou um marco nesse processo, evidenciando tanto a busca pela afirmação de gênero quanto a falta de informações médicas seguras.

O uso de hormônios ocorreu de forma autônoma e sem acompanhamento médico adequado, uma realidade comum entre pessoas trans devido à dificuldade de acesso a profissionais especializados, uma realidade comum entre pessoas trans devido à dificuldade de acompanhamento médico especializado. Esse processo de transformação corporal esteve atrelado a um contexto de marginalidade e desafios sociais. A experiência de Luma ilustra a importância do acesso a políticas públicas que garantam o acompanhamento adequado e seguro para o uso de hormônios por pessoas trans.

Segundo Luma, a recusa por parte de alguns profissionais de saúde em utilizar o nome social levou muitas pessoas trans a evitarem atendimentos médicos, recorrendo a soluções

paliativas, como a automedicação em farmácias de bairro. Com a implementação do cartão SUS com nome social, houve avanços na inclusão, mas persistem desafios. Profissionais de saúde nem sempre demonstram preparo ou disposição para atender adequadamente essa população, o que reforça a necessidade de capacitação e sensibilização no setor. No ambiente institucional onde Luma atua, já há a presença de trabalhadores trans, o que evidencia mudanças no cenário, embora ainda seja necessário ampliar políticas públicas que garantam um atendimento digno e inclusivo.

A experiência de envelhecimento para a comunidade LGBTQIA+ tem um olhar social diferenciado devido a fatores como discriminação histórica, estigma social e desafios de acesso a sistemas de saúde e de apoio afirmativos, uma vez que,

... ao examinar como os sujeitos são representados, é crucial reconhecer que as categorias indenitárias atribuídas, como ‘velhice’ e ‘homossexualidade’, são frequentemente tratadas de maneira simplificada ou até mesmo essencializadas. Isso pode ser problemático, especialmente quando se considera a complexidade das identidades e das experiências individuais ao longo da vida, incluindo questões como a visibilidade e a privacidade das práticas homoeróticas na velhice. (Henning, 2017, p. 283-323)

Essas condições são frequentemente acentuadas por uma vida de discriminação e estigma, bem como pelo isolamento social no avançar da idade. Nesse sentido, a solidão exerce um impacto profundamente negativo no bem-estar, sendo que a gravidade desse efeito aumenta conforme a vulnerabilidade da rede de relacionamentos de um indivíduo. Na ausência de cônjuges e filhos, essa rede de apoio se reduz, e o número de potenciais cuidadores disponíveis também é afetado, especialmente se o indivíduo tiver se distanciado de seu núcleo familiar. Mariza Tavares (2019), aponta que além dos problemas concernentes ao envelhecimento, os “desafios” para idosos homossexuais são ainda maiores.³⁰ As velhices tanto de orientação heterossexual quanto homossexual apresentam diferenças substanciais que refletem contextos sociais, históricos e políticos distintos. Enquanto idosos heterossexuais muitas vezes se beneficiam de normas culturais dominantes mais permissíveis, os idosos homossexuais cultamente podem ser marcados por desafios únicos relacionados ao estigma, à discriminação e à falta de suporte social adequado, aponta Bianca Soares (2019).³¹

No que tange a velhice transexual, deve existir a preocupação em encontrar ambientes de cuidados e apoio psicoemocional nos quais possam sentir-se confortáveis em assumir

³⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2019/03/28/risco-de-solidao-e-maior-para-a-comunidade-lgbt-que-envelhece.ghtml> - Acessado em 22/04/2025.

³¹ Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/solidao-afeta-idosos-lgbt> Acesso: 22 abr. 2025.

abertamente identidades e relacionamentos. Questões como isolamento, solidão e falta de apoio familiar podem ser particularmente graves para esta população.

A aceitação familiar desempenha um papel crucial na jornada de identidade de indivíduos, especialmente no contexto da transição de gênero. No relato de Luma Montenegro, o apoio de sua mãe foi fundamental para sua aceitação, proporcionando-lhe uma base sólida de confiança. Inicialmente, a mãe de Luma não compreendia totalmente sua identidade, mas, ao fazer um esforço para entender, a aceitação veio com a afirmação: “você é o que você é e pronto”. Para Luma, esse reconhecimento da figura materna foi decisivo, pois sentiu que, se a pessoa mais importante em sua vida a aceitava, ninguém mais poderia ser contra. Esse processo reflete a importância da aceitação familiar, que pode proporcionar a força necessária para enfrentar desafios externos e é um fator central na construção de uma identidade segura e autêntica. Embora a aceitação da sociedade ainda apresente dificuldades, o apoio dentro da família continua sendo uma ferramenta crucial para a superação de obstáculos.

No geral, reconhecer e abordar as necessidades e adversidades únicas dos longevos é crucial para promover a saúde, bem-estar e dignidade à medida que envelhecem, visto que é um processo natural que traz uma série de mudanças, tanto físicas quanto emocionais. Para a população transexual, tais desafios são frequentemente acentuados por questões complexas que surgem ao longo da vida. Este grupo enfrenta uma interseção de dificuldades relacionadas à identidade de gênero, discriminação e acesso a serviços de saúde inadequados, assim como isolamento social, que pode impactar significativamente seu bem-estar na terceira idade.

A fim de dar início ao meu campo de estudo, entrevistei primeiramente Valéria Fátima da Rocha, psicóloga e atuante como voluntária na ONG *Eternamente Sou*. A entrevista aconteceu no dia 17 de junho de 2024 por meio da plataforma *Google Meet*. Primeira ONG do Brasil voltada para o público idoso LGBTQIA+, funciona hoje de maneira *online*, porém com sede em SP, surgiu com a missão de oferecer um espaço de acolhimento e apoio à população mais vulnerável, composta por idosos entre 50 e 80 anos, incluindo pessoas transexuais. Em entrevista com Valéria Fátima da Rocha ficou evidente o impacto crucial que a ONG tem na vida dessas pessoas, principalmente na superação da solidão e na busca por direitos e visibilidade. A ideia de criar a *Eternamente Sou* nasceu a partir de seminários realizados em São Paulo sobre a velhice homoafetiva. De acordo com a entrevistada, esses encontros revelaram a necessidade de um espaço dedicado a idosos LGBTQIA+, um grupo muitas vezes negligenciado tanto pela sociedade quanto pela própria comunidade LGBT. Começou com seminários presenciais, mas, durante a pandemia de COVID-19, adaptou suas atividades para o formato online, oferecendo encontros virtuais sobre temas relacionados ao envelhecimento.

Em 2020, a ONG obteve seu espaço físico na Rua Barão de Itapetininga, 255, no centro de São Paulo. Dependendo de doações e parcerias, foi inicialmente ajudada financeiramente pelo gabinete da deputada Erika Hilton e pela empresa Doritos, permitindo que ela mantivesse seus custos operacionais durante os primeiros anos. Atualmente, as doações via PIX somam menos de R\$3.000,00 por mês, o que mal cobre as despesas básicas, como aluguel, luz e internet.

A ONG oferece atendimento especializado a idosos LGBTQIA+, com foco particular na população transexual, que enfrenta desafios ainda maiores devido ao preconceito e à falta de suporte familiar. Valéria explica que muitos desses idosos foram expulsos de suas casas ainda jovens, e muitos viveram de forma precária, chegando a trabalhar como profissionais do sexo para sobreviver. “Eles são um dos grupos mais vulneráveis, principalmente em áreas como o Centro de São Paulo, onde há grande incidência de violência e uso de drogas”, relata.

Apesar de não ter o número exato de pessoas transexuais assistidas pela ONG, Valéria destaca que, durante a pandemia, esse público foi o mais afetado. Além de assistência básica, como cestas de alimentos, a *Eternamente Sou* tem oferecido apoio emocional e psicológico para ajudar essas pessoas a enfrentarem a solidão e a exclusão. A exclusão social dentro da comunidade LGBT é uma realidade dura para os idosos transexuais. Valéria relata que muitos desses indivíduos têm dificuldades para fazer amizades e acabam se sentindo invisíveis até mesmo entre outros membros da comunidade. Um exemplo marcante citado por ela foi que uma mulher transexual havia dito: “ninguém me chama para tomar um café ou me convida para um almoço de família, sei que sou chamada para a cama”. Isso reflete um estigma profundo e uma falta de respeito por essas pessoas, especialmente pela sua idade e identidade de gênero.

Outro ponto destacado na entrevista foi a mudança histórica na classificação da transexualidade pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Visto que anteriormente, a transexualidade era considerada parte de transtornos mentais. No entanto, com a evolução dos conhecimentos médicos e psicológicos, ficou claro que a transexualidade não é uma doença mental, mas uma divergência de identidade de gênero. Isso levou à reclassificação na versão mais recente da Classificação Internacional de Doenças (CID), (a CID-11), que retira a transexualidade de sua antiga categoria de transtornos mentais e a coloca em uma nova categoria relacionada à saúde sexual, especificamente como "incongruência de gênero". A mudança na categorização visa, primeiramente, reduzir o estigma e o preconceito associados à transexualidade. Se a transexualidade fosse considerada uma doença mental, isso perpetuaria o estigma de que as pessoas trans têm algo "errado" com suas mentes. No entanto, a ciência demonstrou que a incongruência de gênero não é uma condição de saúde mental, mas sim uma

discrepância entre a identidade de gênero da pessoa e o sexo atribuído ao nascimento. Reconhecer isso de forma mais apropriada ajuda a despatologizar a transexualidade, ou seja, a remover o estigma social de que ser trans é algo “doentio”. A CID-11 foi aprovada pela Assembleia Mundial da Saúde em 2019, mas o novo sistema só entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, após a adaptação e tradução do documento pelos países.

Para Valéria, essa mudança representa um avanço fundamental no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas trans, afirmando que a identidade de gênero não deve mais ser tratada como uma patologia.

Quando perguntada sobre o maior impacto da *Eternamente Sou*, Valéria respondeu sem hesitar: “A maior conquista é a saída da solidão”. Muitas pessoas que chegam à ONG ainda estão presas a um ciclo de isolamento social, mas encontram ali um ambiente seguro e acolhedor, onde podem se assumir e se conectar com outras. Um exemplo disso são duas idosas que, além de casadas, se apresentam publicamente como esposas. A ONG também oferece atividades como rodas de conversa, oficinas e terapias, que se tornaram um ponto de encontro vital para essas pessoas.

A adaptação à tecnologia também é um desafio significativo para os idosos atendidos pela ONG. Muitos enfrentam dificuldades com o uso de aparelhos eletrônicos e aplicativos, o que pode limitar seu acesso às atividades online oferecidas pela instituição. Para ajudar nesse processo, a *Eternamente Sou* oferece aulas de informática e assistência no uso de aplicativos bancários, com a ajuda de voluntários. O objetivo é empoderar os idosos, tornando-os mais independentes e capacitados no mundo digital.

Durante a entrevista, Valéria enfatizou que, apesar do trabalho emergencial realizado pela ONG, há muito mais a ser feito em termos de políticas públicas para idosos, especialmente aqueles pertencentes à comunidade LGBTQIA+. Ela destacou que a velhice ainda é um tema negligenciado tanto dentro da comunidade LGBT quanto fora dela, e que é necessário um esforço conjunto para garantir que os idosos, especialmente os transexuais, tenham seus direitos respeitados.

Um exemplo claro dessa lacuna foi o relato de uma mulher trans que foi recusada por um médico do SUS em um atendimento, simplesmente porque o profissional alegou não saber como lidar com a situação. “Esse tipo de exclusão é muito comum, e a sociedade precisa evoluir nesse sentido”, conclui Valéria.

Para Valéria, o futuro dos idosos LGBTQIA+ no Brasil depende de políticas públicas mais inclusivas. Com quase 2 milhões de idosos no Brasil o número de pessoas trans idosas no Brasil tende a crescer, o que torna ainda mais urgente a criação de políticas voltadas para essa

população. A *Eternamente Sou*, apesar de seu trabalho vital, não pode dar conta de tudo sozinha. É preciso que o Estado e a sociedade se mobilizem para garantir um envelhecimento digno para todos.

Ao concluir a entrevista, Valéria Fátima da Rocha agradeceu a oportunidade de compartilhar a realidade da ONG, destacando a importância de continuar visibilizando e apoiando esse público. Destacou que a organização segue firme na missão de acolher, educar e empoderar idosos LGBTQIA+, oferecendo-lhes um espaço onde a solidão e o preconceito não têm vez. A entrevista foi finalizada com meus agradecimentos à Valéria, juntamente a *Eternamente Sou*, pela disponibilidade em responder minhas perguntas e colaborar com o desenvolvimento do meu trabalho de pesquisa acadêmica. Encerramos por volta das 21h00 do dia 17 de junho de 2024.

Na velhice transexual, os indivíduos frequentemente enfrentam discriminação tanto em contextos sociais quanto em cuidados de saúde, resultando em sentimentos de isolamento e marginalização. Essa situação é acentuada por uma trajetória de discriminação social que, ao longo de suas vidas, muitas vezes inclui rejeição familiar, o que diminui significativamente o suporte social disponível. Destacamos ainda que a ausência de filhos ou parceiros para oferecer suporte, juntamente com a escassez de grupos especializados para idosos transexuais, pode contribuir significativamente para o aumento do isolamento social.

Nos meses de junho e julho do mesmo ano, por meio de trocas de mensagens, através da plataforma *Instagram*, me comuniquéi com o médico geriatra Milton Crenitte³², também voluntário da ONG *Eternamente Sou*. De maneira muito solícita disse que: “as pessoas dessa geração moldaram sua família, constituíram famílias de escolha que muitas vezes têm laços mais duradouros, mais fortes que família biológica”. Complementou: “é importante termos esse olhar para solidão e isolamento social associado a toda uma história de violência, de marginalização de discriminação que está relacionado à LGBT fobia” Ressaltou que “existem pesquisas que dizem que pessoas idosas LGBTQIA+ têm mais chance de não ter filho e não ter ninguém para chamar em caso de emergência.” Indagou: “quem vai estar do seu lado quando precisar?” Continuou: “que é importante pensar, já que terá uma rede de apoio social mais frágil e precária. A velhice pode trazer mais fragilidades que gerará mais vulnerabilidades.” Para tanto, podemos pensar que a qualidade de vida dos idosos pode ser significativamente

³²Milton é médico geriatra, com residência e doutorado em Ciências pela Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). Sua trajetória inclui a coordenação médica do ambulatório de sexualidade no Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas da FMUSP, bem como a atual coordenação da complementação especializada em Sexualidade e Envelhecimento pela mesma instituição. Disponível em: <https://miltoncrenitte.com.br/> Acesso: 24 ago. 2024.

impactada por barreiras sociais e econômicas, acesso limitado a cuidados de saúde apropriados e a ausência de redes de suporte, possivelmente mais acentuado em idosos transexuais.

A problemática do envelhecimento para idosos transexuais está enraizada em uma vida de discriminação e marginalização, o que afeta todas as áreas da vida deles na velhice. A falta de acesso a cuidados de saúde adequados, o isolamento social e a ausência de políticas inclusivas e de suporte específico contribuem para uma experiência de envelhecimento marcada por desafios únicos. Abordar essa temática requer uma análise de implantação de estratégias que promovam a inclusão, o apoio e o bem-estar para essa população vulnerável.

Velhice Transviada, de João W. Nery (2019) é uma obra escrita pelo primeiro transexual masculino brasileiro. Representa um marco na vida do autor, destaca a interseção pioneira na questão da longevidade. De acordo com o *site* Metrópolis, na coluna Vozes LGBT, publicado em setembro de 2023, Nery diz que se a transgeneridade não fosse considerada transgressão do dispositivo binário de gênero, não haveria estigma, nem preconceito e nem patologia. É a norma que cria a infração da norma. Se ela for extinta, deixa de haver infração. Dessa forma, a visão de Nery sugere que o banimento da norma binária (masculino versus feminino) de gênero poderia reduzir significativamente os problemas enfrentados pelas pessoas transgênero na sociedade, promovendo uma maior inclusão e aceitação das diferentes identidades de gênero. Se essa norma então fosse abolida, a transgeneridade seria capaz de aceitar como parte natural da diversidade humana, sem ser associado a estigma, preconceito ou considerada como patologia.

João W. Nery (2019) aborda as dificuldades de envelhecer como pessoa trans no Brasil. Destaca que aqueles que sobrevivem carregam um longo histórico de traumas e enfrentamentos. “Falar de velhice é complicado, sobretudo quando ela é transviada.” (Nery, 2019. p. 15). E questiona, “E a nós, os transvelhos, quem ajuda? Qual o preço da nossa velhice? (Nery, 2019. p. 15). Complementa que,

Apesar de vivenciar tão de perto da velhice dos meus pais, nunca me amedrontei com a sua proximidade. Tinha inteiramente a convicção de que não chegaria a ela, pois sabia que desafiar a natureza teria um preço. A dúvida era qual o valor que pagaria, e de que forma seria, se ela chegasse. (Nery, 2019. p. 54).

A fala de Nery reflete uma reflexão sobre o seu próprio envelhecimento. Quando escreveu o livro, estava com 68 anos e havia descoberto um câncer cerebral. As reflexões e memórias foram expressas em seu último trabalho, concluído pouco antes de falecer em 2018. Recebeu postumamente o prêmio Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos, conforme aponta o *site* da Companhia das Letras.

3.5. Relatos de vida: a resistência de corpos trans idosos 60+

Os relatos de vida das pessoas trans idosas, especialmente aquelas em torno dos 60 anos ou mais, revelam uma trajetória marcada pela resistência diante de uma sociedade que historicamente as exclui e marginaliza. A vivência dessa população não é apenas atravessada pelas adversidades do envelhecimento, mas também pelas complexas intersecções de gênero, idade e, muitas vezes, classe social e raça. A resistência desses corpos trans se manifesta não apenas no enfrentamento de barreiras estruturais, como o acesso a serviços de saúde básicos, mas também na luta cotidiana por reconhecimento social e validação de suas identidades. Esses relatos são essenciais para entender o envelhecimento trans como uma experiência de resistência e afirmação de dignidade, desafiando normas sociais rígidas e propondo novas formas de existir e ser reconhecido na sociedade.

A canção *Comida*, da banda Titãs (1997), com versos como “*Bebida é água, comida é pasto, você tem sede de quê? Você tem fome de quê?*”, denuncia a redução da vida humana à mera subsistência, clamando por uma existência mais ampla, rica em sentido e expressão. “*A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte*” ecoa o desejo por dignidade, reconhecimento e participação plena na vida social e cultural. Essa reivindicação ressoa com força nos relatos de pessoas trans idosas, especialmente aquelas que hoje vivem seus 60 anos ou mais. Suas trajetórias, atravessadas por múltiplas formas de exclusão – de gênero, idade, raça e classe –, não se limitam à busca por direitos básicos como moradia ou acesso à saúde. Elas também expressam uma “sede” de reconhecimento e uma “fome” de pertencimento, de afeto, de visibilidade e de respeito. Assim como os Titãs afirmam que “*a gente quer saída para qualquer parte*”, essas pessoas reivindicam o direito de viver fora dos limites impostos pela marginalização histórica, desafiando normas sociais rígidas e propondo outras formas de existir. Seus relatos, portanto, não apenas revelam resistência, mas também anunciam a potência de uma vida que se recusa a ser reduzida ao silêncio e à invisibilidade.

Martinha, 62 anos, dona de casa, baiana e travesti

“Fui expulsa do colégio quatro vezes, era um mau exemplo para os alunos”, lamentou Martinha, refletindo sobre a estigmatização que sofreu no ambiente escolar. Em sua trajetória de vida, marcada por sofrimento e discriminação. Também enfrentou grandes desafios econômicos. Sua prostituição, motivada pela necessidade de sobreviver, lhe permitiu, ao longo do tempo, adquirir um imóvel. Disse, “Juntava dinheiro na esperança de ir para a Europa, por

isso me prostituía”. Contudo, o destino a surpreendeu quando, em 2013, ela recusou o aluguel de seu casarão a um casal, que posteriormente incendiou a propriedade. “Eu não senti que eram pessoas boas, por isso não quis alugar para eles. Deixaram claro que pessoas como Martinha não tinham vez, e por volta de uma hora da manhã voltaram e tacaram fogo no casarão”, relembrou Martinha, com dor. Esse episódio resultou em graves consequências para Martinha, incluindo dois AVCs e dificuldades motoras para caminhar, agravadas pela prótese de silicone que ela havia colocado na juventude, como parte de sua busca por aceitação e vaidade. “Eu era muito vaidosa, usava brinco, batom. Hoje em dia, eu não uso nem mais anel”, afirmou Martinha, evidenciando como o tempo e as dificuldades a transformam fisicamente.

Apesar das adversidades, Martinha diz não sentir solidão. Encontra consolo nas músicas que ouve e nas memórias de um passado em que se apresentava em boates. “Eu não sofro de solidão, sofro de lembrança”, afirmou com um tom melancólico, mas ao mesmo tempo resignado. No entanto, a solidão física, exacerbada pela violência e pelas doenças, atinge de outras formas. Ela compartilha também o desejo de criar uma casa de apoio para pessoas LGBTQIA+, especialmente para aqueles que, como ela, foram rejeitados pela família e pela sociedade pelo fato de serem quem são. Mencionou ter o sonho de abrir uma casa de amparo a pessoas como ela. “Porque eu sei como é ser posto para fora de casa por ser quem você é”, disse Martinha, revelando seu desejo de oferecer a outros o apoio que ela mesma não teve. A experiência de ter sido posta para fora de casa devido à sua identidade de gênero a motiva a oferecer apoio e acolhimento a outros que enfrentam realidades semelhantes.

Ela conseguiu ultrapassar a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil, que é de apenas 35 anos, conforme já mencionado nesta dissertação. No entanto, Martinha entrou em outra triste estatística, pois de acordo com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, foi vítima da COVID-19, aos 64 anos. Essa notícia foi colocada no *site* do *Colabora* pelo mesmo produtor do vídeo, Yuri Alves Fernandes, cujo título da matéria é *Morre Martinha, travesti símbolo de resistência no período da ditadura militar*, publicada em 22 de setembro de 2020.

A história de Martinha revela as múltiplas camadas de vulnerabilidade enfrentadas por pessoas trans no Brasil, desde a infância marcada pelo preconceito familiar até a perseguição policial e a marginalização social. Sua trajetória é um testemunho da resiliência diante de uma sociedade excludente, mas também evidencia o impacto da violência estrutural sobre corpos dissidentes.

Mesmo ultrapassando a baixa expectativa de vida das pessoas transexuais no país, Martinha não escapou das desigualdades que agravam o acesso à saúde, moradia e relações

sociais saudáveis. O relato escancara a necessidade de políticas públicas eficazes, que garantam dignidade e segurança para essa população. Mais do que uma narrativa individual, sua vida reflete um contexto histórico e social que ainda precisa ser transformado.

O vídeo tem 6 anos e conta com 358 mil visualizações. Não localizei nenhuma mensagem de repúdio, agressão ou algo parecido.

Seu franco, homem negro e trans de 67 anos

A trajetória de Seu Franco, homem transexual de 67 anos, é marcada por desafios e conquistas que refletem a realidade de muitas pessoas como ele no Brasil. Natural de Porto Alegre (RS), a entrevista acontece no Rio de Janeiro (RJ). Ele relata como a mudança de cidade proporcionou maior liberdade e aceitação. “Os olhares no Rio Grande do Sul são mais preconceituosos e aqui no Rio de Janeiro é bem menos. Isso me encanta nessa cidade”, afirma.

Desde muito jovem, Seu Franco enfrentou dificuldades relacionadas à falta de apoio familiar e à necessidade de sobreviver por conta própria. “Com 12 para 13 anos fui para o mundo, não tinha apoio de mãe nem de pai, de nada. Dormi muitas vezes na rua, na rodoviária, no frio, sem ter onde tomar banho. Minha família é os estranhos”, relembra.

Durante a adolescência, começou a compreender sua identidade de gênero, embora o desconhecimento e a falta de referências dificultaram esse processo. “Eu não me dava bem com meus seios, não gostava deles, passava uma atadura para esconder”. Afirmou querer se passar por homem. Foi somente ao assistir a uma entrevista de João W. Nery no Programa do Jô Soares que encontrou um referencial para sua identidade. Pensou: “é isso que eu quero para mim”. “Ele foi minha inspiração, um cara que admiro até hoje.”

A possibilidade de realizar a cirurgia de mastectomia surgiu apenas aos 66 anos, após superar barreiras impostas por antigos relacionamentos e pela própria trajetória de vida. “Meus relacionamentos não aceitavam que eu fizesse a retirada das mamas. Mas, depois de tantos anos, quando minha mãe faleceu e eu me separei, decidi que era isso que queria fazer”, conta. Mesmo sem ter recebido apoio familiar em sua juventude, cuidou da mãe nos últimos anos de vida dela. “Não sei explicar bem, mas meu coração falou mais alto. Passei por tanto sofrimento pela não aceitação da minha família, mas senti que tinha um dever e cumpri minha missão.” Conta.

A cirurgia teve um impacto profundo em sua qualidade de vida e no psicológico. Antes da mastectomia, evitava frequentar a praia durante o dia, preferindo o período noturno, quando havia menos pessoas, e sempre usando camiseta. “Agora, depois da cirurgia, não tenho mais horário para ir à praia.” Atualmente, Seu Franco se sente completo e realizado. “Tenho o prazer de vestir uma boa camisa e olhar no espelho. Parece até um sonho. Nunca pensei que, com a

idade que tenho, poderia alcançar a realização desse sonho.” Sua história ilustra não apenas as dificuldades enfrentadas por homens trans no Brasil, mas também a importância da resiliência e da busca pela autenticidade em meio às adversidades estruturais da sociedade.

A trajetória de Seu Franco revela não apenas os desafios enfrentados por homens trans ao longo da vida, mas também a resiliência e a busca contínua por autenticidade e pertencimento. Sua história evidencia como a falta de apoio familiar e social pode levar a experiências de vulnerabilidade extrema, como a vivência nas ruas desde a adolescência. No entanto, também destaca a capacidade de superação e a importância da representatividade – exemplificada pelo impacto que a entrevista de João W. Nery, primeiro homem transexual a passar por cirurgia de redesignação no Brasil, teve sua jornada.

Além disso, Seu Franco nos ensina sobre a complexidade dos laços familiares, o perdão e a resignificação das relações, como demonstrado em sua decisão de cuidar da mãe, também idosa, apesar do histórico de rejeição. Seu relato também nos permite refletir sobre a importância do acesso a cirurgias afirmativas e ao direito ao próprio corpo, evidenciado pelo impacto transformador da mastectomia em sua autoestima e liberdade.

Por fim, sua história reforça a ideia de que o reconhecimento da identidade de gênero e a luta por dignidade não têm idade. Ao realizar sua cirurgia após os 60 anos, Seu Franco se torna um símbolo de resistência e do desejo de viver plenamente, desafiando estigmas e limitações impostas pelo tempo. No entanto, o vídeo não esclarece sua profissão nem como ele se sustenta. Com mais de 13 mil visualizações, o vídeo, publicado há pouco mais de um ano, reflete o impacto de sua trajetória na audiência e sua importância como referência para muitas pessoas.

Denise, memórias e resistência de uma mulher negra transexual de 73 anos

Denise Thayná Santos Franca carrega no coração uma certeza: viverá até os 113 anos, assim como sua bisavó, que segundo ela, foi passadeira de Dom Pedro. Permaneceu décadas reprimindo sua identidade e enfrentando o peso da culpa imposta pela sociedade. Hoje, ao relembrar sua trajetória, ela fala com orgulho de sua caminhada.

Desde a infância, Denise já sentia uma conexão profunda com o universo feminino. “Com 5 ou 6 anos, eu pegava a sunga, enrolava para fazer de calcinha e colocava panos no sutiã da minha mãe”, lembra. Mas a descoberta da própria identidade veio acompanhada de medo e repressão. Criada em uma família rígida, tinha que esconder seus sentimentos e, aos domingos, confessava ao padre o “pecado” de se vestir como mulher. O castigo vinha em forma de longas

rezas e, principalmente, de uma culpa que o acompanharia por muitos anos. “Eu tinha que rezar vários Salve Rainha, Pai-nosso, sempre me sentia culpada porque não sabia o que acontecia comigo, não compreendia por que queria me vestir de mulher.”

Na tentativa de se encaixar nas expectativas da sociedade, Denise viveu uma vida convencional. Foi passista de escola de samba, jogou futebol, casou-se e teve sete filhos — possivelmente oito. Mas, apesar de todas essas experiências, algo dentro dela sempre dizia que aquela não era sua verdadeira identidade.

A descoberta do termo “crossdresser”³³, durante uma conversa em um chat online, foi um ponto de virada. Pela primeira vez, sentiu que existia um nome para o que ela vivia. Mas o reconhecimento pleno veio anos depois, quando decidiu assumir sua identidade e sair para o mundo como Denise. O primeiro passo foi atravessar a rua, produzida e de salto alto, para participar de um evento. O medo era imenso. “Coloquei a mão na maçaneta e pensei: “Não vou conseguir”. Ao dar os primeiros passos como Denise, soube que não havia mais volta. Desde então, passou a viver sua verdade por completo. Enfrentou julgamentos, venceu barreiras e descobriu que poderia, sim, ser feliz sendo quem é. “Meu prazer é estar feminina. Hoje, entendo que essa sou eu”, afirma. Agora, planeja a cirurgia de adequação de gênero e quer continuar lutando para que outras pessoas trans idosas tenham acesso a políticas públicas e qualidade de vida.

Passou os anos de 2008 e 2009 em terapia com psicólogos e psiquiatras. “Um dia, me disseram: Denise, fica tranquila. Já sabemos que você é uma mulher trans”. Aquilo me tocou profundamente. Finalmente compreendi que sou feliz assim. Agora, existe a possibilidade de fazer a cirurgia. O médico me perguntou: “Você vai ser feliz fazendo essa cirurgia?”. Respondi: “Quero adequar meu corpo ao que minha mente pensa”.

Yuri, produtor das *webserie*, em entrevista a mim, destacou a importância do grupo de apresentação chamado Turma OK, a mais antiga casa noturna LGBTQIA+ do bairro da Lapa (RJ) onde grande parte das performances são realizadas por artistas com mais de 60 anos. Denise o recebeu neste local para conceder a entrevista. “Ela ia para a Turma OK e se montava à noite. Durante o dia, vivia como homem, mas percebeu que sua identidade era feminina”, contou Yuri.

³³ Crossdresser é uma pessoa que usa roupas associadas ao gênero oposto. Pode ser homem ou mulher e essa prática não está necessariamente ligada à orientação sexual, ou seja, um crossdresser pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou ter qualquer outra orientação. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/voce-sabe-o-que-e-crossdressing/121823101> Acesso: 30 mar. 2025.

Denise encontrou sua liberdade e, com ela, um novo olhar sobre a vida. “Aprendi a celebrar tudo. A felicidade está nas pequenas coisas, no sorriso das crianças, no cotidiano. A vida é maravilhosa, a gente só precisa entendê-la”.

O relato de Denise também é um testemunho da resiliência e da capacidade humana de buscar autenticidade, mesmo após uma vida moldada pelo medo e pela conformidade. Sua jornada não apenas ilustra o impacto da transfobia estrutural, mas também revela que nunca é tarde para reivindicar a própria identidade e encontrar um caminho para a liberdade. Esse percurso, embora individual, carrega ecos coletivos, desafiando a sociedade a repensar suas normas e abrir espaço para existências mais diversas e dignas.

Ana Carolina Apocalypse: a reinvenção de uma mulher trans aos 65 Anos

Ana Carolina Apocalypse, aos 65 anos, carrega na voz a alegria de quem encontrou, tardiamente, sua verdadeira identidade. Sua trajetória de autodescoberta só começou aos 59 anos, mas a essência feminina sempre esteve presente. Desde criança, pegava as roupinhas das bonecas da irmã e se admirava no espelho, em segredo. “Depois, eu escondia tudo, porque não podia viver aquilo”, relembra.

O medo do preconceito e a necessidade de trabalhar a fizeram postergar sua transição. Durante décadas, levou uma vida dupla: por baixo das roupas masculinas, usava lingerie, mantendo viva a conexão com Ana Carolina, enquanto Zezinho era quem encarava o mundo. “Meu maior medo sempre foi a rejeição. Eu precisava trabalhar, então segui vivendo como esperavam que eu fosse.” Buscou um relacionamento heterossexual e acabou se casando. O casamento durou pouco, mas deixou um presente valioso: sua filha, com quem tem uma relação de carinho e respeito.

Foi somente em 2017 que Ana Carolina encontrou, na televisão, a resposta para uma dúvida que a acompanhava desde a infância. Ao assistir a uma novela, ouviu pela primeira vez o termo “transgênero” e sentiu um impacto. “Fiquei chocada, bati na TV e disse: ‘É isso que eu sou!’.” A partir daquele momento, iniciou o processo de transição, mudando seu nome e buscando atendimento médico especializado pelo SUS.

A relação com a filha foi uma de suas maiores preocupações. Quando finalmente revelou sua identidade, recebeu acolhimento. “Minha filha disse que já imaginava, mas achava que eu era gay. Depois, ela me chamou para um papo e, hoje, me chama de mãe. Isso é muito especial.”

Vaidosa, Ana Carolina se orgulha da mulher que se tornou. “Adoro passear, ver as pessoas, estar na rua. Coloco uma saia, um conjuntinho, e me sinto maravilhosa.” Já pensou em realizar a cirurgia de redesignação sexual, mas aprendeu a lidar com as limitações. “Se eu puder fazer, ótimo. Se não puder, tudo bem. Isso não define minha felicidade.”

Atualmente, Ana Carolina tornou-se uma referência para muitas pessoas. Em 30 de março de 2025, ao visitar seu perfil no *Instagram*, constatee que ela conta com mais de 91 mil seguidores. Na biografia, é possível ler: “Eu mostro como encarar a vida de uma maneira positiva. Cada um tem seu tempo!” Esbanja em sua página fotos de vestido e de biquíni. Na entrevista para a *websérie*, ela destaca: “Não tive uma referência quando era mais nova, mas hoje eu sei que sou essa referência para muita gente.”

É válido destacar que não ficou clara a profissão de Ana Carolina ao observar o vídeo de sua entrevista, apenas que vive na cidade de São Paulo em uma casa bem confortável.

Saliento também que, entre os 171 comentários no vídeo dela no YouTube, observei alguns que, de forma debochada, criticavam tanto o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro quanto a própria entrevistada. Por exemplo, o comentário “Cara do Bolsonaro” obteve 30 curtidas, enquanto “Desculpa, mas Bolsonaro é muuuito mais lindo” teve 3 curtidas. Outros mais ofensivos incluíam: “Antigamente, nós tínhamos mulher gorila no circo” e “Me desculpe, mas você precisa de uma coisa que todo ser humano precisa: Jesus Cristo, que tenha misericórdia da sua vida.”, contaram também com curtidas. Além disso, houve críticas sobre o uso do SUS: “Problema nenhum, a pessoa faz o que quiser e arca com as consequências, mas o que é completamente inadmissível é dizer que tudo isso foi feito pelo SUS com o nosso dinheiro, que não consegue amparar pessoas com câncer ou doenças reais. Usar o SUS para fazer transição de gênero é um escárnio.” Outro *post* dizia: “Quando vejo essas trans tão bem na vida, penso: por que não consigo nada na vida?” Em defesa de Ana Carolina, alguém comentou: “Até onde sei, o dinheiro também é dela, pagadora de impostos, assim como eu e você.”

Por outro lado, o ódio direcionado expresso em diversos *heters*, reflete um fenômeno comum nas redes sociais, onde a intolerância e o preconceito se manifestam de forma agressiva. Essas agressões não são apenas contra a entrevistada, mas também atingem a comunidade trans como um todo, revelando a persistente rejeição e a falta de compreensão sobre questões de identidade de gênero. O uso de termos pejorativos, comparações depreciativas e críticas ao direito de uma pessoa viver sua verdade, como no caso de Ana Carolina, entrevistada que até 30 de março de 2025, recebeu mais *posts* negativos do que os outros vídeos de entrevistados que analisei. Mostra o quanto o preconceito ainda está enraizado em muitas pessoas. Além

disso, a crítica ao uso do SUS para processos de transição de gênero revela uma visão distorcida e insensível sobre as necessidades e os direitos da população trans, tratando a questão como uma gozação, ao invés de um direito legítimo à saúde. Este tipo de ódio nas redes sociais, muitas vezes impulsionado por desinformação e estigma, reforça as barreiras sociais e perpetua a marginalização das pessoas trans.

Apesar dos ataques de *haters*, aprendeu a ignorá-los. No vídeo, com um sorriso radiante, Ana Carolina resume sua trajetória com uma frase que se tornou seu lema: “Nunca é tarde para ser feliz.”

3.6. Educação e velhice: o acesso da população trans ao ensino

Ao final da entrevista, Seu Franco mencionou o desejo de retomar os estudos para aprimorar sua capacidade de expressão. Essa declaração evidencia como a transfobia se manifesta no próprio aparato institucional, funcionando como um mecanismo de exclusão e privação de direitos. Diante desse cenário, o combate à transfobia no ambiente educacional, em geral, torna-se uma necessidade urgente para uma construção verdadeiramente inclusiva.

Nos últimos anos, o movimento LGBTQIA+ conseguiu algumas conquistas no campo da educação na forma de políticas públicas instituídas a fim de reverter o atual quadro de exclusão. Em 2016, foi sancionado o Decreto nº 8.727³⁴, o qual garante o direito ao nome social. Além disso, em 2018, Resolução do Conselho Nacional de Educação, homologou pelo Ministério da Educação a autorização do uso do nome social nos registros escolares da Educação Básica. Contudo, algumas universidades públicas no país passaram a adotar cotas para a população trans e travesti em seus sistemas de ingresso, como mostra o Instituto Brasileiro Trans de Educação (ITBE), entre elas estão a Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), entre outras.

No entanto, essas políticas ainda se mostram insuficientes para assegurar a permanência de pessoas trans em ambiente escolar ou universitário, uma vez que a transfobia, o assédio e diversas formas de violência – como a negação do nome social e a restrição ao uso do banheiro – seguem sendo recorrentes. O enfrentamento a essas práticas intolerantes, ao preconceito e à

³⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html> Acesso: 06 mar. 2025.

discriminação exige, entre outras medidas, a adoção de práticas pedagógicas comprometidas com a visibilização e a valorização da diversidade.

Contudo, além de enfrentarem diversas vulnerabilidades sociais, os idosos transexuais, podem também ser privados de oportunidades educacionais e profissionais adequadas ao longo de suas vidas. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)³⁵, de 2022, sobre a situação educacional das pessoas trans, estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior. Dadas tais referências, notamos, portanto, que a população transexual pode chegar à velhice apresentando baixos níveis de escolaridade.

O defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima, com base em pesquisa realizada por ele em 2016, que 82% das pessoas trans e travestis no Brasil abandonaram os estudos ainda na Educação Básica³⁶. A falta de respeito à identidade de gênero, a discriminação e a violência no ambiente escolar são fatores que contribuem significativamente para a evasão e o abandono escolar por parte das pessoas trans. O reconhecimento do nome social como um direito — uma garantia mínima de dignidade e respeito à forma como alguém se identifica e existe no mundo —, bem como o acesso ao uso de banheiros condizentes com a identidade de gênero, são medidas fundamentais no enfrentamento à transfobia no espaço escolar. Vale ressaltar que a transfobia se caracteriza por atos, discursos, preconceitos, políticas ou posturas discriminatórias dirigidas a pessoas trans e travestis.

Durante o processo de pesquisa para esta dissertação, deparei-me com cursos voltados para o público da Terceira Idade em universidades brasileiras, como o caso da USP (SP), que em 2023 criou o programa USP 60+, a iniciativa gratuita, realizada na capital e nos campi do interior, disponibilizou 3,2 mil vagas divididas entre disciplinas regulares, oferecidas nos cursos de graduação da Universidade, além de atividades que englobam palestras, excursões, práticas esportivas e culturais.

Algumas Instituições que oferecem a Universidade da Terceira Idade são Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI) da UERJ, Escola da Maturidade da Universidade São Judas Tadeu, Universidade Sênior de São Caetano do Sul, entre outras. Esta iniciativa pode ajudar a mudar a vida e realidade de muitos idosos, proporcionando-lhes além de conhecimento, um espaço de socialização e convivência.

³⁵ <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/> Acesso: 04/03/2025.

³⁶ <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/a-experiencia-das-pessoas-trans-e-travestis-na-educacao> Acesso: 30 abr. 2025.

O objetivo da Universidade da Terceira Idade é proporcionar às pessoas de meia-idade e da terceira idade o acesso à Universidade, permitindo que, dentro da perspectiva da educação permanente, participem de atividades educativas, socioculturais, organizativas, intergeracionais e de ação comunitária. Busca estimular a reintegração social dos alunos, assegurando seu espaço nas interações sociais. Por meio de um trabalho de extensão que conecta a educação acadêmica à educação popular, a Universidade da Terceira Idade apresenta uma proposta inovadora de atividades de ensino voltadas para a população idosa, levando em conta o novo perfil do idoso na sociedade brasileira, caracterizado por maior autonomia, disposição para o aprendizado contínuo e o desejo de experiências intergeracionais. É o que aponta o *site* da PUC-Campinas³⁷.

Tal abordagem permite que os idosos não apenas adquiram novos conhecimentos, mas também desenvolvam habilidades que promovem a autonomia, o fortalecimento de vínculos sociais e essenciais para uma vida ativa e digna na velhice.

3.7. Caminhos para uma velhice digna e inclusiva

A Antra lançou a primeira pesquisa sobre o envelhecimento de pessoas trans no Brasil, intitulada “Traviarcas”. O estudo, pioneiro no tema, investiga as experiências e desafios enfrentados por travestis e mulheres transexuais a partir dos 45 anos, mapeando questões relacionadas ao acesso à saúde, educação, trabalho, segurança pública e direitos econômicos. A coleta de dados ocorre de forma *online*, por meio de um questionário voluntário já disponível, e presencialmente, em oficinas realizadas em 15 estados brasileiros. Entre os colaboradores da pesquisa, Yuri Fernandes, o roteirista da série LGBT+60 destacou que já foram reunidas mais de 200 respostas.

As gravações dos vídeos começaram em 2018, e a terceira temporada teve início em 2024. Yuri destaca que cada entrevistado tem uma história particular e que a primeira temporada foi um grande desafio, pois muitos temiam exposição e represálias. “Havia um clima de tensão muito forte na gravação por conta da eleição do Jair Bolsonaro”, relata. Com o tempo, o projeto ganhou credibilidade, facilitando o acesso a novos entrevistados. “Depois que já tem um projeto publicado, as pessoas reconhecem que é sério e que é por uma causa maior. Elas se sentem valorizadas.”

³⁷ <https://www.puc-campinas.edu.br/puc-campinas-remodela-universidade-da-terceira-idade/> Acesso: 30 abr. 2025.

Durante a primeira temporada, Yuri precisou buscar entrevistados por conta própria, recorrendo às redes sociais. Na segunda, contou com indicações da ONG *Eternamente Sou*. Ele cita que a produção dos vídeos foi inicialmente um trabalho solitário e sem apoio financeiro, o que tornava o processo exaustivo. O suporte de patrocinadores surgiu apenas na terceira temporada, possibilitando melhores condições técnicas e logísticas. Para viabilizar as filmagens, foram necessárias adaptações logísticas. Seu Franco, por exemplo, foi trazido do Rio Grande do Sul para o sudeste, pois seria inviável deslocar toda a equipe, que estava maior, até a cidade dele. “Pagamos um hotel para ele aqui no Rio de Janeiro e ficou mais fácil”, conta Yuri. Ressaltou que foi a primeira entrevista concedida por Seu Franco. Já Martinha, que perdeu sua casa em um incêndio criminoso, preferiu ser entrevistada em outro local.

No que diz respeito às categorias identitárias, Yuri explicou a diferença entre travestis e mulheres transexuais. A travesti não reivindica ser mulher. Ela se empodera como travesti, um termo que já foi muito pejorativo. Já a mulher transexual busca ser reconhecida socialmente como mulher. Ambas podem fazer uso de hormônios e cirurgias, mas o essencial é como se identificam.

O impacto da série ultrapassou o público LGBTQIA+, alcançando pais, professores e até psicólogos. “Recebo mensagens de educadores que usam os vídeos em aulas de sociologia e história”, conta o produtor. Por outro lado, o conteúdo também atrai críticas e discursos de ódio. “Recebo muitos comentários chamando os entrevistados de aberração, dizendo que nunca serão mulheres ou que isso é falta de Deus. Prefiro apagar para blindar os entrevistados”, explica. Essa realidade nos evidencia o constante enfrentamento do preconceito e da discriminação que pessoas trans e travestis sofrem, muitas vezes em espaços que deveriam promover o diálogo e a reflexão. Entendemos que embora a violência verbal seja uma constante na internet, a escolha de apagar esses comentários não é apenas uma forma de proteção, mas uma tentativa de evitar que os entrevistados se sintam desrespeitados e desvalorizados. Em contrapartida, o *Instagram* da série alcançou 10 mil seguidores em menos de um ano, demonstrando o crescente interesse pelo tema. Para o idealizador do projeto, Yuri Fernandes, o sucesso dos vídeos nas redes é um reflexo de uma maior aceitação por histórias sobre diversidade. “Fico ainda mais feliz em ver os resultados: sinal de que muitas pessoas de novas gerações estão tendo acesso à história da comunidade LGBTQ+ e podem agora reconhecer quem lutou e ainda luta pelos nossos direitos.”

Em meio a mensagens como “Que massa!”, “Lindo demais” e “Incrível”, encontrei, entre 45 comentários de apoio e carinho pelo Instagram ao Seu Franco em resposta ao seu depoimento, apenas uma manifestação de repúdio. No YouTube, de um total de 59 comentários,

muitos expressavam sentimentos como “inspiração”, “resistência” e “parabéns”, enquanto outros questionavam: “Por que é tão difícil aceitar as pessoas como elas são?”, ou ainda, comentários como “só sofrimento” e “Faltou a barba”. A análise estatística revela que os comentários positivos superam em número aqueles depreciativos ou de rejeição. O termo “hater”, de origem inglesa, pode ser traduzido livremente para “odiadores” ou “aqueles que odeiam”. Nas redes sociais, os *haters* são conhecidos pelos seus comentários de ódio (Ladeira, 2018).

Já o vídeo de Martinha pelo *Youtube* tem mais de 16 mil visualizações e 1293 comentários até 19/03/2025, data em que entrei novamente para conferir os dados. Entre as mensagens, as que dominam o espaço também são as de apoio, parabenização e inspiração, por outro lado, notei que havia algumas que suscitavam o ódio aos idosos transexuais como inerentes ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que governou o país entre 2019 e 2022. Período em que assuntos e declarações tanto misóginas quanto homofóbicas permearam o Brasil gerando uma série de discussões sociais. Contudo, “Pessoas são pessoas e pronto!! Ninguém tem o direito de julgar...” foi um comentário que recebeu 16 curtidas contra apenas 3 de “nunca um presidente fez tanto pela causa LGBT quanto o Bolsonaro”. Não localizei comentários de repúdio à entrevistada.

Mariana Alves (2022)³⁸, discute a realidade do envelhecimento para pessoas trans e travestis no Brasil, destaca os desafios que tornam essa fase da vida não um direito garantido. Aponta que A Rede Trans Brasil e a Antra estimam que a expectativa de vida dessa população é em torno dos 30 anos, Essa baixa longevidade é resultado da violência, além da exclusão do mercado de trabalho e da rejeição familiar, fatores que agravam a vulnerabilidade social e dificultam o acesso a direitos básicos.

É ressaltado por Alves (2022) que pessoas trans idosas enfrentam etarismo, transfobia e heteronormatividade compulsória, o que as torna ainda mais invisibilizadas. Muitas acabam recorrendo à masculinização forçada para serem aceitas pela família ou obter atendimento médico, evidenciando a falta de políticas públicas adequadas às suas necessidades. O artigo também alerta para o desconhecimento de profissionais da saúde sobre as particularidades do envelhecimento trans, o que compromete o acolhimento e o acesso a cuidados essenciais.

Mesmo diante desse cenário, algumas pessoas conseguem ultrapassar a barreira da expectativa de vida. Alves (2022), no mesmo artigo, cita Marcelly Malta Lisboa, vice-presidente da Rede Trans Brasil, que, aos 71 anos, afirma: “O envelhecimento é um direito que

³⁸ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/transgredindo-a-idade/> Acesso: 22 abr. 2025.

todos deveriam ter”. Alves (2022) ainda destaca a importância de desestigmatizar o envelhecimento trans como passo essencial para a construção de políticas públicas inclusivas, que assegurem acesso à saúde, acolhimento e proteção social. Dessa forma, a autora reforça que a velhice não deve ser um privilégio de poucos, mas sim reconhecida como um direito universal. A garantia de uma velhice digna e inclusiva, é necessário que governos, sociedade civil e indivíduos trabalhem juntos na construção de um ambiente mais acolhedor e acessível para os idosos. A valorização do envelhecimento como uma fase produtiva da vida, o combate ao idadismo e o fortalecimento de redes de apoio são aspectos essenciais para assegurar que as futuras gerações envelheçam com respeito, inclusão, dignidade e qualidade de vida.

Conclusão

Conforme o objetivo de compreender as experiências de envelhecimento sob a perspectiva da dignidade, constatou-se que essas vivências são marcadas por múltiplas formas de vulnerabilidade social e subjetiva. A reconfiguração profunda da concepção de velhice está diretamente associada ao expressivo aumento da expectativa de vida, tanto entre homens quanto entre mulheres. Tal prolongamento da longevidade constitui uma condição fundamental para a emergência de novas formas de vivenciar a velhice. As pesquisas epidemiológicas internacionais confirmam de forma consistente e contínua essa tendência, evidenciando um processo considerado irreversível. A maior longevidade é, assim, um dos principais indicadores das melhorias nas condições sociais contemporâneas, sobretudo nos países ocidentais. No entanto, essa transformação não se deu de maneira homogênea: os benefícios decorrentes desse avanço foram mais intensamente vivenciados pelas camadas sociais mais favorecidas, revelando uma desigualdade estrutural no acesso à longevidade e ao bem-estar na velhice.

Entretanto, o envelhecimento da população transexual, por sua vez, impõe desafios que transcendem a dimensão biológica, inserindo-se em um contexto sociocultural marcado por desigualdades históricas e exclusão estrutural. Conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, a velhice — sobretudo a vivenciada por pessoas trans — é atravessada por experiências de violência, dificuldades no acesso a serviços de saúde e por um contínuo processo de luta por reconhecimento do idoso e sobretudo idosos transexuais.

Com base na perspectiva de Nancy Fraser (2007), a justiça social demanda tanto a redistribuição econômica quanto o reconhecimento cultural, o que reforça a urgência de políticas públicas que assegurem não apenas direitos básicos, mas também a valorização das identidades trans, tendo como exemplo o trabalho realizado pela ONG *Eternamente Sou*. Os

relatos presentes na *websérie LGBT+60: Corpos que Resistem* exemplificam a força da identidade trans frente aos desafios impostos pela passagem do tempo e pela marginalização social. A transição de gênero em idade avançada, a violência recorrente e a busca por reconhecimento revelam trajetórias marcadas pela invisibilidade e pela exclusão.

A presente pesquisa buscou compreender as intersecções entre envelhecimento e transexualidade, evidenciando os obstáculos enfrentados por essa população na construção de uma vida digna. A análise dialoga com autoras e autores fundamentais à compreensão da velhice como construção social, como Guita Grin Debert (1999), que problematiza a homogeneização da experiência do envelhecimento e a forma como os papéis de gênero são ressignificados ao longo da vida. Judith Butler (2022), por sua vez, contribui com sua teoria de gênero, ao evidenciar a precariedade das normas que regulam a inteligibilidade das identidades. No âmbito do reconhecimento social, se compreende que para Axel Honneth (2007), a luta por reconhecimento é essencial à constituição subjetiva, enquanto o entendimento baseado em Fraser (2007) adverte que essa luta deve ser articulada à redistribuição material, para que se enfrentem efetivamente as desigualdades estruturais.

Inicialmente, discutiu-se como a velhice tem sido tradicionalmente associada à perda de *status* e significado social, sendo uma experiência vivida de forma desigual entre distintos grupos sociais. Identidade de gênero, trajetórias de vida e contextos socioculturais moldam significativamente as formas de envelhecer. O estudo também se apoia nas reflexões de Mirian Goldenberg (2008), que investiga as tensões entre corpo, juventude e envelhecimento, revelando como a exaltação da juventude impacta de forma ainda mais intensa as mulheres trans.

Henning (2020) destaca a aplicabilidade de políticas públicas específicas voltadas à população trans idosa, considerando sua vulnerabilidade. Nery (2019) e Lanz (2014) problematizam a transgeneridade como uma transgressão às normas binárias de gênero, sendo frequentemente alvo de estigmatização. Birman (2015) contribui com a análise dos desafios psíquicos e sociais da identidade de gênero no curso da vida, enquanto Peixoto (2006) examina a construção social da velhice em diferentes contextos culturais.

A partir das contribuições de Debert (1999) e Goldenberg (2018), a presente pesquisa reafirma que o envelhecimento é um fenômeno socialmente construído, cuja compreensão exige atenção às singularidades. No caso das pessoas trans, a velhice assume contornos ainda mais complexos, pois se inscreve em trajetórias marcadas pela resistência e pela constante negação de legitimidade.

A luta por uma velhice digna para pessoas trans passa pela criação de espaços de acolhimento e pela valorização de suas histórias e identidades. O reconhecimento social dessas trajetórias não é apenas um imperativo ético, mas um requisito essencial à promoção da justiça social. Para isso, o cuidado com pessoas trans idosas exige atenção específica, rodas de conversa, grupo multidisciplinar que trabalhem juntos para proporcionar uma velhice digna, saudável e íntegra, além da criação de espaços seguros e acessíveis e a capacitação de profissionais da saúde e assistência social quanto às demandas dessa população, assegurando classes menos favorecidas ou não.

A pesquisa utilizou a netnografia como metodologia, possibilitando a análise de interações e produções digitais em plataformas como redes sociais. O uso de episódios do *YouTube* como material de análise permitiu compreender de forma detalhada as narrativas e experiências compartilhadas pelas pessoas trans idosas, evidenciando como constroem e comunicam suas identidades no ambiente digital, mencionando dificuldades enfrentadas e a busca por dignidade. Essa escolha metodológica permite aprofundar a complexidade das narrativas e captar os atravessamentos sociais e identitários que marcam a vivência da dignidade na velhice trans. Adotou-se uma abordagem qualitativa de cunho exploratório.

A pesquisa também incorporou entrevistas realizadas com Yuri, produtor da *websérie LGBT+60: Corpos que Resistem*; Valéria, representante da ONG *Eternamente Sou*; e Luma, mulher transexual idosa. Seus relatos contribuíram significativamente para a compreensão das dificuldades enfrentadas por essa população, bem como das estratégias de acolhimento promovidas por iniciativas da sociedade civil. A análise desses relatos — tanto da entrevista conduzida por mim com Luma Montenegro quanto das narrativas presentes na obra audiovisual, com ênfase nos depoimentos de pessoas trans idosas — evidencia trajetórias marcadas por exclusão, mas também por resistência e busca por reconhecimento. As experiências compartilhadas por indivíduos com 50 anos ou mais revelam uma luta contínua pela inclusão social, profundamente atravessada pelo desejo legítimo de serem reconhecidos em sua identidade. As entrevistas representam um esforço para garantir o reconhecimento das pessoas trans e suas experiências no processo de envelhecimento, abordando tanto os desafios da discriminação quanto da inclusão.

Tal demanda desta pesquisa encontra respaldo na concepção de Bosi (1994) que defende que a velhice deve ser compreendida a partir da memória, do tempo vivido e da experiência acumulada. Ela enxerga o idoso como elo entre o passado e o futuro, aquele que lembra e aconselha. Debert (1999) apresenta o envelhecimento como uma construção social e histórica além de ser fundamental para os estudos sobre envelhecimento no Brasil. Crítica a padronização

da velhice e mostra como as categorias de idade são moldadas por relações de poder e discursos normativos, especialmente em relação ao corpo e ao gênero. Peixoto (2006) analisa como a aposentadoria transformou a velhice em uma categoria politizada, possibilitando ao idoso, antes visto como dependente e invisível, ocupar um novo lugar social a partir da reivindicação de direitos.

Motta (2007) aponta como os discursos sociais constroem imagens negativas da velhice e como o corpo envelhecido se torna alvo de olhares que o desvalorizam, exigindo novos modos de representação que desafiem esses estigmas. Honneth (2007) sustenta que o reconhecimento é essencial à constituição da identidade e que sua ausência constitui uma forma de injustiça social. Fraser (2007), por sua vez, complementa ao argumentar que o reconhecimento deve estar articulado à redistribuição, pois as desigualdades vividas por pessoas trans atravessam também a esfera material. Mota (2012) mostra como o idoso busca resistir ao estigma da velhice por meio de práticas que valorizam a juventude e a vitalidade, mesmo que isso implique negar os sinais naturais do tempo. Moutinho (2014) enfatiza que o envelhecimento deve ser entendido na pluralidade de experiências e não como um fenômeno homogêneo, questionando os padrões normativos de gênero, corpo e tempo.

Birman (2015) aponta para a multiplicidade de subjetivações da velhice na pós-modernidade, afirmando que envelhecer deixou de ser um destino uniforme e passou a abranger múltiplas formas de existir, inclusive na reinvenção de si. Henning (2017) reforça a invisibilidade da população trans idosa nas políticas públicas e aponta a garantia ao direito ao reconhecimento e à cidadania plena para essas pessoas. Butler (2022) contribui ao demonstrar como normas de gênero regulam quais vidas são consideradas dignas de reconhecimento, sendo a velhice transexual frequentemente excluída das normatividades. Por fim, esses autores, ao dialogarem entre si, sustentam uma abordagem interseccional acerca do envelhecimento e da transexualidade. Eles ajudam a deslocar o olhar da velhice para visões que valorizem a diversidade. Juntos, fundamentam a ideia de que o envelhecimento digno não é um dado, mas sim uma construção política e social ao longo do tempo.

Contudo, a presente pesquisa reafirma a urgência de políticas e práticas que integrem redistribuição e reconhecimento, garantindo não apenas os direitos fundamentais das pessoas idosas, mas também a valorização das identidades transexuais ao longo de toda a vida.

A velhice trans representa, sobretudo, uma experiência de resistência e afirmação da dignidade humana. A intersecção entre envelhecimento e transexualidade configura-se como um campo legítimo de luta social, que demanda esforços coletivos, tanto no meio acadêmico quanto na esfera política, para que todas as pessoas, independentemente de sua identidade de

gênero, possam viver e envelhecer com respeito, visibilidade e justiça. A formulação de políticas públicas que se entrelaçam, como exemplificado pelas ações da ONG *Eternamente Sou*, bem como a promoção de campanhas de combate ao preconceito contra pessoas idosas, especialmente as transexuais, reforçam o compromisso com a dignidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: _____. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo; Cebrap, 2016. p. 60–72.
- ALVES, Rubem. *A pior idade*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 fev. 2009.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. *Travestis envelhecem?* 2010. 268 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANTRA. Dossiê ANTRA 2024. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- ANTRA. *Associação Nacional de Travestis e Transexuais*. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BLOG CNAS. Cartilha SUAS sem transfobia. *Blog CNAS*. Disponível em: <https://www.blogcnas.com/post/cartilha-suas-sem-transfobia>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- BRASIL. Censo 2022: número de idosos na população do país cresceu 57,4% em 12 anos. *Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.
- BARROS, Myriam Lins de (org.). *Velhice ou terceira idade?* 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BIRMAN, Joel. *Terceira idade, subjetivação e biopolítica*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, out.-dez. 2015, p. 1267-1282.

BOSI, Ecléa; BARBOSA, João Alexandre Costa; CHAUÍ, Marilena de Souza. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER, Judith. *Desfazendo o gênero*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CASA BONSAI. Idoso LGBT, como é esse envelhecimento? Disponível em: <https://www.casabonsai.com.br/idoso-lgbt/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CBN. Idosos LGBT+ sofrem com maior discriminação e isolamento. *CBN Entrevistas* [podcast]. Disponível em: <https://player.fm/series/cbn-entrevistas/idosos-lgbt-sofrem-com-maior-discriminacao-e-isolamento>. Acesso em: 2 jun. 2024.

COMPANHIA DAS LETRAS. João W. Nery. *Companhia das Letras*. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/colaborador/06228/joao-w-nerly>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. *A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação*. Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, n. 49, p. 1-18, maio/ago. 2017.

CRENITTE, Milton. *Milton Crenitte – Geriatria e Gerontólogo*. Disponível em: <https://miltoncrenitte.com.br>. Acesso em: 2 jun. 2024.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: FAPESP, 1999.

DEBERT, Guita Grin; BRIGEIRO, Mauro. Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 95-110, 2012.

DILLMANN, M.; NASCIMENTO, M. R. (orgs.). *Guia didático e histórico de verbetes sobre morte e morrer*. Porto Alegre: Casalettras, 2022.

EDUCA MAIS BRASIL. Transexualidade: entenda o que é identidade de gênero. *Educa Mais Brasil*. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/transexualidade-entenda-o-que-e-identidade-de-genero>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos: seguido de Envelhecer e morrer*. São Paulo: Zahar, 2001.

ESTADÃO. Solidão afeta idosos LGBT. *Estadão Infográficos*. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/solidao-afeta-idosos-lgbt>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ETERNAMENTE SOU. *Associação Eternamente Sou*. Disponível em: <https://eternamentesou.org/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 111-113.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). *Revista Pesquisa Fapesp*. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: 2 jun. 2024.

G1. Risco de solidão é maior para a comunidade LGBT que envelhece. *G1*, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2019/03/28/risco-de-solidao-e-maior-para-a-comunidade-lgbt-que-envelhece.ghtml>. Acesso em: 2 jun. 2024.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Tradução de Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. *A invenção de uma bela velhice: projetos de vida e a busca da felicidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

HENNING, Carlos Eduardo. *Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos idosos LGBT*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 23, n. 47, pp. 283-323, jan./abr. 2017.

HENNING, Carlos Eduardo; DEBERT, Guita Grin. Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas. *Mais 60: Estudos sobre o Envelhecimento*, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 8-31, 2015.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução de Rosina D'Angina. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução de Rosina D'Angina. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HONNETH, Axel. *Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade*. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). *Teoria Crítica no século XXI*. Annablume, 2007, pp. 79-94.

_____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 296 p.

JUSBRASIL. Você sabe o que é crossdressing? *JusBrasil*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/voce-sabe-o-que-e-crossdressing/121823101>. Acesso em: 2 jun. 2024.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014. 203 p.

LADEIRA, Francisco Fernandes. Breves reflexões sobre os haters. [S.l.]: [s.n.], 6 nov. 2018.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

NERY, João W. *Velhice transviada: memórias e reflexões*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

MÃE, Valter Hugo. *A máquina de fazer espanhóis*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaios*, n. 32, dez. 2016.

MELO, Rúrion. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 15, Brasília, set.-dez. 2014, p. 17-36.

MENDES, Márcia R. S. S. Barbosa; GUSMÃO, Josiane Lima de; FARO, Ana Cristina Mancussi; LEITE, Rita de Cássia Burgos de O. *A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração*. Acta Paulista de Enfermagem, v. 18, n. 4, p. 422-426, 2005.

METRÓPOLES. Velhice transviada: João W. Nery conta como é ser transidoso no Brasil. *Metrópoles*. Disponível em: <https://www.metrolopes.com/vozes-lgbt/velhice-transviada-joao-w-ner-y-con-ta-como-e-ser-transidoso-no-brasil>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. *Breve percurso histórico acerca da transexualidade*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593-609, ago. 2019.

MOTA, Murilo Peixoto da. “Ao sair do armário encontrei a velhice”: a homossexualidade masculina e a experiência de envelhecer. Revista praia vermelha, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 133-144, jul.-dez. 2012.

MOTTA, Alda Brito da. Chegando pra idade. In: BARROS, M. L. (org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

_____. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 375-392, mai./ago. 2010.

MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. Cadernos Pagu, v. 42, p. 201-248, jan.-jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>. ISSN 0104-8333.

MUCIDA, Ângela. *O sujeito não envelhece: Psicanálise e velhice*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Porto Alegre: AMGH; Artmed, 2013. 800 p.

PEIXOTO, Clarice. *Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade*. In: Barros MML de. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 69-84.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. *Interseccionalidades, direitos e políticas*. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Brasília, v. 21, n. 3, p. 445-454, set.-dez. 2021.

PORTO, Cristiana Cerdeira; RODRIGUES, Daniel da Silva. *Quarta idade e velhice extrema: substituição da polifarmácia por um comprimido de hidromorfona de liberação controlada para o controle da dor crônica*. Revista Dor, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 246-250, set. 2011.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Rio lança programa de empregabilidade para pessoas com idade a partir de 50 anos. *Prefeitura do Rio*. Disponível em: <https://prefeitura.rio/envelhecimento-saudavel-qualidade-de-vida-e-eventos/prefeitura-do-rio-lanca-programa-de-empregabilidade-para-pessoas-com-idade-a-partir-de-50-anos/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SALVADORI, Mateus. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Conjectura, Caxias do Sul, v. 16, n. 1, p. 45-60, jan./abr. 2011.

SESC-SP. Idadismo no Brasil: artigos refletem sobre seu avanço e as consequências deste tipo de preconceito. *SESC São Paulo*. Disponível em:

<https://www.sescsp.org.br/editorial/idadismo-no-brasil-artigos-refletem-sobre-seu-avanco-e-as-consequencias-deste-tipo-de-preconceito/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. *Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Terceira idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional? *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 801–815, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wrkPnT6czKWhgCbszM7RjCK/?lang=pt>.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO. População trans é marginalizada pela sociedade e mercado de trabalho. *SP Bancários*, 2023. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/01/2023/populacao-trans-marginalizada-sociedade-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 2 jun. 2024.

TASCHNER, Gisela B. *A pós-modernidade e a sociologia*. Revista USP, n. 42, p. 6-19, 1999.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT). O que é ageísmo? *TJDFT*. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/ acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/o-que-e-ageismo>. Acesso em: 2 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Transgredindo a idade. *Sextante – UFRGS*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/transgredindo-a-idade/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VERAS, Renato. Fórum envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 10, [s/p], 2007.

VIEIRA, Kay Francis Leal; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; SARAIVA, Evelyn Rúbia de Albuquerque. *A sexualidade na velhice: Representações sociais de idosos frequentadores de um grupo de convivência*. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 36, n. 1, p. 196-209, jan./mar. 2016. DOI: 10.1590/1982-3703002392013.

VOCÊ RH. Empregabilidade de pessoas trans. *Você RH*. Disponível em: <https://vocerh.abril.com.br/diversidade/empregabilidade-de-pessoas-trans>. Acesso em: 2 jun. 2024.

VOLDMAN, D. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FREIRE, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

WIKIPÉDIA. Paulo Rezzutti. *Wikipedia*, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Rezzutti. Acesso em: 2 jun. 2024.

YOUTUBE. Velhice transviada: João W. Nery conta como é ser transidoso no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gu55jmzKAlk>. Acesso em: 2 jun. 2024.